Relatório de Avaliação do Planeamento Municipal

Guimarães
Dezembro 2018

ÍNDICE GERAL

1. Introdução 7
2. Enquadramento geográfico 9
3. População residente e distribuição da população 12
4. Estruturas sociodemográficas 20
4.1 Estrutura etária 20
4.1.1 Pirâmides etárias 20
4.1.2 Índice de envelhecimento 21
4.2. Estrutura profissional 22
4.2.1 População ativa 22
4.2.2 População empregada 22
5. Nível de instrução e qualificação 25
6. Atividades económicas 27
7. Edificado 28
7.1 Edifícios 29
7.2 Alojamentos 32
7.3 Licenciamentos de obras de edificação 34
8. Avaliação dos objetivos estratégicos 38
8.1 Análise dos indicadores 41
8.1.1 Coesão Territorial 41
8.1.1.1 Critério “Uso do solo” 42
8.1.1.2 Critério “Mobilidade” 48
8.1.1.3 Critério “Infraestruturas de saneamento básico” 53
8.1.1.4 FCD Coesão Territorial - Conclusão 55
8.1.2 Património Paisagístico e Cultural 55
8.1.2.1 Critério “Património arquitetónico” 56
8.1.2.2 Critério “Património arqueológico” 58
8.1.2.3 Critério “Identidade” 59
8.1.2.4 FCD Património Paisagístico e Cultural - Conclusão 61

8.1.3 Recursos naturais 62
8.1.3.1 Critério "Riscos naturais" 62
8.1.3.2 Critério "Floresta" 64
8.1.3.3 Critério "Solo" 68
8.1.3.4 Critério "Fragmentação de ecossistemas" 69
8.1.3.5 FCD Recursos Naturais - Conclusão 70
8.1.4 Geração de valor 71
8.1.4.1 Critério "Atratividade" 71
8.1.4.2 Critério "Especificidades territoriais" 72
8.1.4.3 Critério "Âncoras de desenvolvimento" 76
8.1.4.4 FCD Geração de valor - Conclusão 79
8.2 Considerações finais 80
9. Análise do Estado do Ordenamento do Território 81
9.1 Dinâmicas de investimento privado e público 81
9.2 Dinâmicas construtivas 87
11. Conclusão 92
ANEXOS 97
Anexo 1 98
Anexo 2 99

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Mapa de enquadramento geográfico 9
Figura 2 Vilas do Concelho de Guimarães 10
Figura 3 Limite de cidade 11
Figura 4 População residente no Concelho de Guimarães no ano de 2011 14
Figura 5 Taxa de variação da população no Concelho de Guimarães entre os anos de 2001 e 2011 15
Figura 6 Densidade populacional no Concelho de Guimarães no ano de 2011 15
Figura 7 População residente nos limites da cidade por freguesias no ano de 2011 16
Figura 8 Densidade populacional nos limites da cidade por freguesias no ano de 2011 16
Figura 9 População residente nas vilas do Concelho de Guimarães no ano de 2011 18
Figura 10 Variação populacional nas vilas do Concelho de Guimarães nos anos entre 2001 e 2011 18
Figura 11 Variação do número de edifícios no Concelho de Guimarães entre os anos de 2001 e 2011 ... 30
Figura 12 Densidade de edifícios no Concelho de Guimarães no ano de 2011 30
Figura 13 Variação do número de alojamentos entre os anos de 2001 e 2011 33
Figura 14 Densidade de alojamentos no ano de 2011 33
Figura 15 Número de edifícios licenciados entre os anos de 2011 e 2017 36

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução da população residente no município de Guimarães, nos anos de 2001 a 2017 13

Gráfico 2 Pirâmide etária do Concelho de Guimarães, no ano de 1981 20

Gráfico 3 Pirâmide etária do Concelho de Guimarães, no ano de 1991 20

Gráfico 4 Pirâmide etária do Concelho de Guimarães, no ano de 2001 20

Gráfico 5 Pirâmide etária do Concelho de Guimarães, no ano de 2011 20

Gráfico 6 Índices de envelhecimento no Concelho de Guimarães, nos anos de 1991 a 2017 21

Gráfico 7 População empregada por setor de atividade, no ano de 2001 24

Gráfico 8 População empregada por setor de atividade, no ano de 2011 24

Gráfico 9 Percentagem da população empregada por sexo, no Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 25

Gráfico 10 População residente (%) por nível de escolaridade completa no Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 26

Gráfico 11 Percentagem de empresas por atividade económica no Concelho de Guimarães, no ano de 2016 28

Gráfico 12 Edifícios licenciados no Concelho de Guimarães, nos anos de 1995 a 2017 34

Gráfico 13 Edifícios licenciados, por função, nos anos de 2011 a 2017 35

Gráfico 14 Evolução da população no concelho, cidade e vilas de Guimarães, nos anos de 2001, 2011 e 2017 43

Gráfico 15 Evolução do número de equipamentos, por categoria, na cidade de Guimarães, antes e depois da entrada em vigor do PDM de 2015 45

Gráfico 16 Evolução do número de equipamentos, por categoria, nas vilas do concelho, antes e depois da entrada em vigor do PDM de 2015 47

Gráfico 17 Percentagem de equipamentos existentes no concelho de Guimarães, em função da superfície de cada unidade territorial, depois da entrada em vigor do PDM de 2015 48

Gráfico 18 Repartição modal da população de Guimarães, em 2012 50

Gráfico 19 Repartição modal das viagens pendulares para as freguesias da cidade de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 (%) 51

Gráfico 20 Emissões de CO_2/*per capita* - Transportes t CO2/hab, nos anos de 2015, 2016 e 2017 53

Gráfico 21 Evolução das taxas de cobertura da rede de abastecimento de água e da rede de drenagem de águas residuais, nos anos de 2015, 2016 e 2017 (%) 54

Gráfico 22 Número de Imóveis/conjuntos classificados e em vias de classificação, nos anos de 2015 e 2018 56

Gráfico 23 Número de edificações em áreas inundáveis, de 22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018 63

Gráfico 24 Evolução da área florestal, nos anos de 2015 a 2017 64

Gráfico 25 Evolução dos povoamentos florestais de eucalipto e de pinheiro-bravo, nos anos de 2015 a 2017 (%) 65

Gráfico 26 Evolução do número anual de ocorrências de incêndios florestais e da área ardida total (povoamentos e matos), nos anos de 2015 a 2018 67

Gráfico 27 Número de construções em RAN e REN, de 22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018 69

Gráfico 28 Evolução do número de empresas no Concelho de Guimarães, nos anos de 2008 a 2016 72

Gráfico 29 Evolução da população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado, nos anos de 2001 e 2011 (%) 77

Gráfico 30 Evolução da população empregada por sectores de atividade económica, nos anos de 2001 e 2011 (%) 79

Gráfico 31 Percentagem de processos de obras de edificação registados no município, segundo a localização, em função da superfície de cada unidade territorial, de junho de 2015 a setembro de 2018 87

Gráfico 32 Percentagem de processos de obras de edificação registados no município, por categoria funcional da planta de ordenamento, de junho de 2015 a setembro de 2018 89

Gráfico 33 Evolução dos processos de obras de edificação industrial registados no município, por categoria de espaço da planta de ordenamento, de junho de 2015 a setembro de 2018 90

Gráfico 34 Equipamentos, em "espaços de uso especial" da planta de ordenamento, de junho de 2015 a setembro de 2018 91

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 População residente, taxa de variação e densidade populacional em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 1991,2001,2011 e 2017 12

Tabela 2 População residente, taxa de variação, densidade populacional, superfície das vilas do concelho de Guimarães, nos anos de 1991 e 2011 17

Tabela 3 Índice de envelhecimento em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães nos anos de 1981, 1991,2001, 2011 e 2017 21

Tabela 4 População ativa e taxa de variação da população ativa em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 22

Tabela 5 População empregada, taxa de variação da população empregada e taxa de emprego em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 23

Tabela 6 População empregada por setores de atividade em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 23

Tabela 7 População empregada por sexo, em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 24

Tabela 8 População residente (%) com 15 e mais anos e variação da população por nível de escolaridade completo mais elevado em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 25

Tabela 9 Número de empresas em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2008 a 2016 27

Tabela 10 Número de edifícios, taxa de variação e densidade em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 29

Tabela 11 Total de edifícios por tipo de utilização em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 31

Tabela 12 Número, taxa de variação e densidade de alojamentos em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 a 2011 32

Tabela 13 Número e taxa de variação de licenciamentos de obras de edificação em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001, 2011 e 2017 34

Tabela 14 Indicadores de monitorização do PDM de 2015 41

Tabela 15 Número de intervenções no património classificado, de 22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018 58

Tabela 16 Funções de referência instaladas na cidade de Guimarães, nos anos de 2015 a 2018 76

1. Introdução

O presente documento corresponde a uma síntese avaliativa, temporalmente balizada no tempo de vigência do atual Plano, do estado do território municipal de Guimarães. Suportando-se e estruturando-se em função do definido na legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, perante o relativo curto espaço de tempo de execução e aplicação do atual Plano, bem como a inexistência (ainda) de resultados e informação tratada alargada e consolidada, este mesmo documento socorre-se da disposição transitória plasmada no número 2, do artigo 202º, do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, para se conformar como um "relatório de avaliação do planeamento municipal elaborado especificamente para o efeito."

Assim, e porque o relatório avaliação do planeamento municipal visa, no seu momento central, enquadrar e justificar a revisão do Plano atualmente em vigor, o documento em causa tenta percorrer o tempo já decorrido da aplicação do Plano, procurando uma síntese, tão objetiva e analítica quanto possível (que obriga a recursos sistemático a informação dos censos de 2001 e 2011, bem como a utilização de diferentes horizontes temporais em função dos temas – e existência de informação sobre esses temas – tratados) e, em simultâneo, tão percecionada e resultado da experiência e conhecimento adquirido numa prática quotidiano do Plano (ora em ações de planeamento, ora em gestão urbanística).

Sendo uma revisão do Plano sustentada, antes de mais, na imposição legal de adaptação dos planos em vigor à legislação entretanto em aplicação [nomeadamente Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei nº 31/2014, de 30 de maio); Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio); Sistema de Classificação e Qualificação do solo (Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto), em articulação com a publicação de alterações aos regimes jurídicos da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional], é convicção de que esta revisão do Plano também representa uma oportunidade de ajustamento, correção e melhoria do Plano, quer por força de informação adquirida (tanto quanto possível), quer pela identificação de lapsos e omissões influenciadoras da classificação de solo pontual e específica.

Entendendo-se que o período temporal decorrido não é suficiente para produzir informação capaz de potenciar uma análise mais aprofundada, não é crítico relativamente à estratégia e às opções estruturantes assumidas (antes sendo convicção de que tais estratégia e opções

permanecem válidas) e, sobretudo, importa ajustar, corrigir e incorporar planos, legislação e estudos entretanto elaborados de modo a favorecer a aplicação e potenciação do Plano cada vez mais acentuada.

Como tal, este documento estrutura-se numa abordagem analítica - que se cinge e limita à informação estatística existente e, em conjugação (e melhor suprir a fragilidade de informação) – e numa análise mais qualitativa, percecionada e experimentada da prática quotidiana do Plano.

Fixado o âmbito da revisão do Plano como ajustamento e melhoria (e não como momento de crítica e "questionamento" da estratégia e das opções estruturantes) e constatada as condicionantes de informação (e tratamento da mesma), o documento em causa orientou-se para favorecer abrangência temática tão alargada quanto possível de modo a despertar questões, perspetivas, dúvidas, entre outros, que, mais do que obter respostas e clarificação no próprio documento (relatório de avaliação do planeamento municipal), sejam fatores enriquecedores de um trabalho profícuo de revisão do Plano enquanto motor de construção de resposta a essas mesmas questões e dúvidas.

Sendo necessariamente documento enquadrador e motivador, este mesmo documento fixa um "ponto de situação do território" que é, simultaneamente, um "ponto de partida" da revisão do Plano que se projeta tão necessária quanto obrigatória, tão desejada para um planeamento cada vez mais claro, ajustado e qualificado.

2. Enquadramento geográfico

Figura 1 Mapa de enquadramento geográfico

Fonte: DGT; CMG

O Concelho de Guimarães fica situado no Distrito de Braga, pertence à Sub-Região do Ave (NUT III), limitado a norte e noroeste pelos concelhos de Póvoa de Lanhoso e Braga, respetivamente, a sudoeste por Santo Tirso, a sul e sudeste por Felgueiras e Vizela, a nascente pelo concelho de Fafe e a poente por Vila Nova de Famalicão. É atravessado por diversas vias, Estradas Nacionais e Municipais (101, 105, 106, 206 e ligação Silvares/Fermentões), a que foi acrescentado o traçado do Itinerário Complementar 5 (IC5)/Autoestrada 7(A7) e Autoestrada 11 (A11) e o do Itinerário Principal 9 (IP9).

Possui uma área total de 241,05 km^2 (CAOP 2017) que se distribui atualmente por 48 freguesias e uniões de freguesias, resultantes da reorganização administrativa do território de 2013[1], das quais se destacam nove vilas: Brito, Caldas das Taipas, Lordelo, Moreira de Cónegos, Pevidém,

[1] A reorganização administrativa do território de 2013 (Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro), resultou na redução de 69 para 48 freguesias por agregação das mesmas (CAOP 2013).

Ponte, Ronfe, Serzedelo e São Torcato. É um concelho densamente povoado, com uma população residente de 153.645 habitantes (INE 2017).

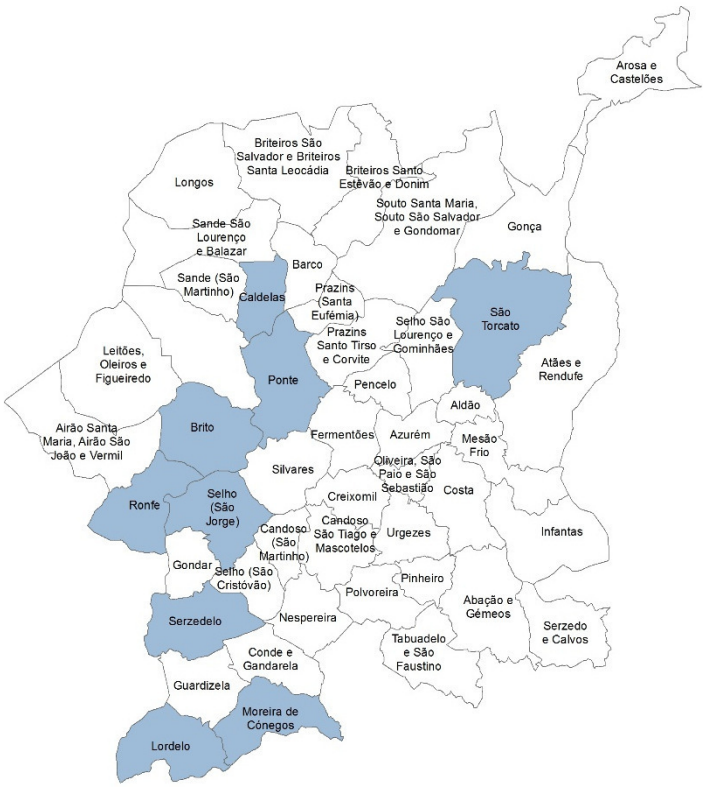

Figura 2 Vilas do concelho de Guimarães

Fonte: DGT; CMG

Ao território municipal, reconhece-se quatro grupos de aglomeração fruto de um conjunto de relações funcionais e espaciais que fundamentam a sua própria organização, suporte e comportamento, a saber:

Grupo A: A cidade abrange, total ou parcialmente, 18 freguesias e corresponde em grande parte ao lugar designada pelo INE como "Guimarães", abarcando a UF de Oliveira do Castelo, São Paio e São Sebastião, onde se localiza o "centro histórico" classificado Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, as freguesias limítrofes de Azurém, Fermentões, Creixomil, Urgezes, Costa e Mesão Frio, incluindo também partes significativas das freguesias de Silvares, Selho (São Jorge)[2], Gondar, Selho (São Cristóvão), Candoso (São Martinho), UF de

[2] Note-se que cerca de 47% da vila de Pevidém integra o limite de cidade.

Candoso São Tiago e Mascotelos, Polvoreira, Pinheiro e ainda parcelas residuais da UF de Atães e Rendufe, Aldão e de Ponte.

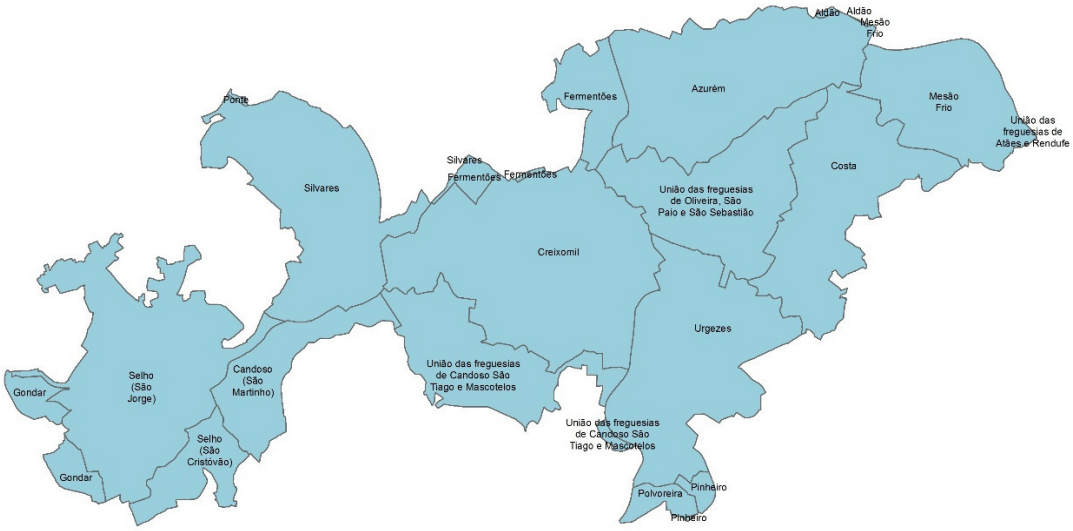

Figura 3 Limite de cidade

Fonte: DGT; CMG

A cidade[3] estende-se por uma área de 19,8 Km^2 e desenvolve-se fundamentalmente num eixo ENE – OSO, na sua maior parte entre os 150 e os 250 metros de altitude, situado a sul do Rio Ave, alongando-se no sentido dos principais eixos viários que atravessam o concelho.

Grupo B: As vilas: Brito, Lordelo, Moreira de Cónegos, Pevidém, Ponte, Ronfe, Serzedelo, São Torcato e Caldas das Taipas. Este conjunto de vilas localiza-se nos principais eixos do concelho e oferecem uma oportunidade de especialização (Caldas das Taipas associado ao termalismo, São Torcato ao nível religioso, Pevidém relacionado com a arqueologia industrial, …)

Grupo C: as freguesias (total ou parcialmente) de Fermentões, Nespereira, Polvoreira, Gondar, Selho S. Lourenço, Guardizela, Aldão e Barco;

[3] O limite de cidade foi definido (para fins estatísticos) no ano de 2018, pela conjugação e relevância de indicadores legais, urbanísticos, funcionais, económicos, demográficos e sociais: limite cidade publicado em 1972 (Decreto nº 328/72, de 22 de agosto); limite de cidade definido internamente em 2010; análise da dinâmica do território; perímetro urbano consagrado no PDM de 2015; áreas urbanizadas, áreas urbanizáveis e espaços verdes cuja proximidade e relação social, lúdica e paisagística com os espaços urbanos assim o justificava; áreas industriais ou outras áreas de interesse económico localizadas nas zonas circundantes; subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na BGRI.

Grupo D: as restantes freguesias.

3. População residente e distribuição da população

Unidade territorial	População residente				Taxa de variação da população residente (%)			Densidade populacional Hab./km2			
	1991	2001	2011	2017	1991-2001	2001-2011	2011-2017	1991	2001	2011	2017
Portugal	9867147	10356117	10561614	10291027	4,9	2	-2,6	107	112	114	112
Norte	3472715	3687293	3689609	3576205	6,1	0,1	-3,1	163	173	173	168
Ave	466074	509968	511737	413854	9,4	0,4	-19,1	374	409	293	285
Guimarães	143984	159576	158124	153294	10,8	-0,9	-3,1	596	660	656	636

Tabela 1 População residente, taxa de variação e densidade populacional em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 1991,2001,2011 e 2017

Fonte: INE

No decénio que mediou entre os momentos censitários de 1991 e de 2001, o concelho de Guimarães conheceu um importante incremento demográfico, averbando um crescimento de 10,8% da sua população residente, valor que superou o alcançado por todas as outras unidades territoriais onde se insere, atingindo uma população de 143.984 habitantes.

Esta dinâmica demográfica manteve-se, ainda que com um desenvolvimento progressivamente mais ténue, até ao ano de 2004, momento em que se registou o valor máximo ao atingir uma população residente de 160.399 habitantes (INE, Estimativas anuais da população residente, 2005).

A partir do ano de 2005 constata-se uma inversão na tendência demográfica antes registada, iniciando-se um período de crescimento negativo que se estende até à atualidade, facto que ficou patenteado já nos Censos de 2011, altura em que se verificou um decréscimo populacional de -0,9%, valor que se tem acentuado, registando no ano de 2017 uma variação negativa da população residente de -3,1%, entrando em linha com o verificado na Região Norte e acima do registado a nível nacional (-2,6%), mas bastante menos desfavorável que o valor da Sub-região do Ave (-19%).

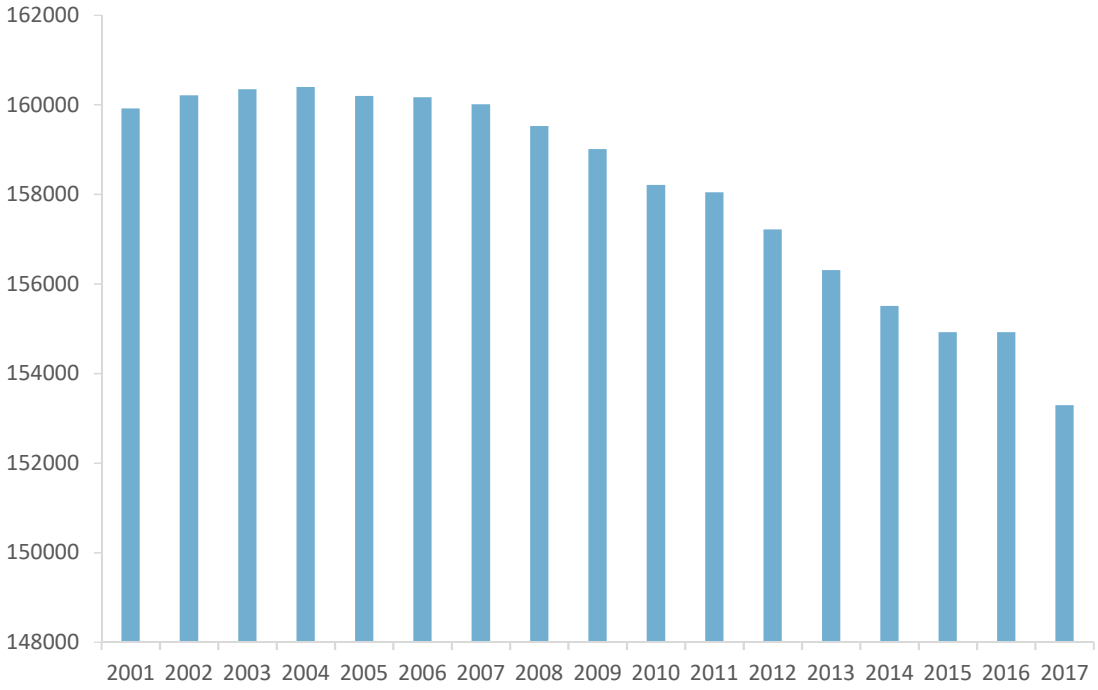

Gráfico 1 Evolução da população residente no município de Guimarães, nos anos de 2001 a 2017

Fonte: INE

O concelho de Guimarães regista atualmente, segundo as estimativas do INE (2017), uma densidade populacional de 636 Habitantes/km^2 e uma população residente de 153.294 habitantes, facto que expõe uma diminuição populacional de 7.105 habitantes nos últimos 13 anos, ditando um recuo médio anual de 546 indivíduos.

A população do concelho de Guimarães representa atualmente 37% da população da Sub-Região do Ave (NUTIII[4]), ocupando a posição de município mais povoado da unidade territorial onde se insere, constituída presentemente pelos municípios de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e de Vizela.

[4] A partir de janeiro de 2015 entrou em vigor uma nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, designada NUTS 2013. A NUT referente à Sub-Região do Ave (onde se insere Guimarães) verificou-se alteração dos limites territoriais, não alterando a designação.

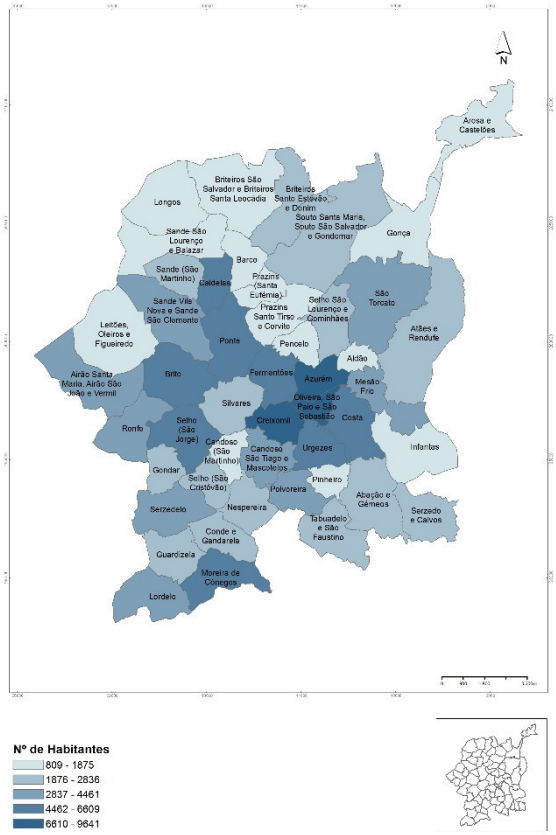

Figura 4 População residente no Concelho de Guimarães, no ano de 2011

Fonte: INE

No que se refere à distribuição da população residente a nível concelhio, Creixomil surge como a freguesia com o maior número de habitantes (9.641), situação alcançada na sequência de um continuado crescimento demográfico entre os Censos de 1991 e de 2011, cabendo, no entanto, à freguesia da Costa o registo de maior incremento demográfico neste período, com um crescimento populacional de 49,4% no período entre os censos efetuados nos anos de 2001 e de 2011, atingindo uma impressiva taxa de crescimento de 109,2 %, se consideramos o tempo mediado entre os censos de 1991 e de 2011. Ressalvando-se o facto, do maior crescimento demográfico, entre 2001 e 2011, acontecer na UF de Prazins Santo Tirso e Corvite (127,7%), em função da agregação destas freguesias.

Entre as áreas mais populosas, e em grande parte entre as mais densamente povoadas, destacam-se ainda as freguesias de Azurém, UF de Oliveira, São Paio e São Sebastião, Ponte, Selho São Jorge, Caldelas, Fermentões, Urgezes e Costa, todas com uma população superior a 5.000 habitantes, seguindo todas elas uma dinâmica de contínuo crescimento populacional,

excetuando a UF de Oliveira, São Paio e São Sebastião, que registou uma taxa de variação populacional negativa de -12,7% (Censos 2011), ocorrência que merece particular menção por corresponder à agregação das freguesias que constituem o núcleo mais central da cidade, não obstante esta manter a maior densidade populacional em todo o território, com 5.250 habitantes/km^2.

Na situação inversa, encontramos, em razão da reorganização administrativa do território das freguesias, Gonça, Prazins (Santa Eufémia), Pinheiro, Pencelo, Aldão, Candoso (São Martinho), Longos e UF de Leitões, Oleiros e Figueiredo, freguesias que acolhem uma população inferior a 1.500 habitantes, as áreas menos povoadas do concelho, cabendo à UF de Arosa e Castelões a posição de freguesia de menor população, registando apenas 809 habitantes, e também de menor densidade populacional com uns escassos 147 habitantes por km^2, verificando ainda a variação populacional mais negativa, registando no período entre 2001 e 2011, uma perda de -22% da sua população residente.

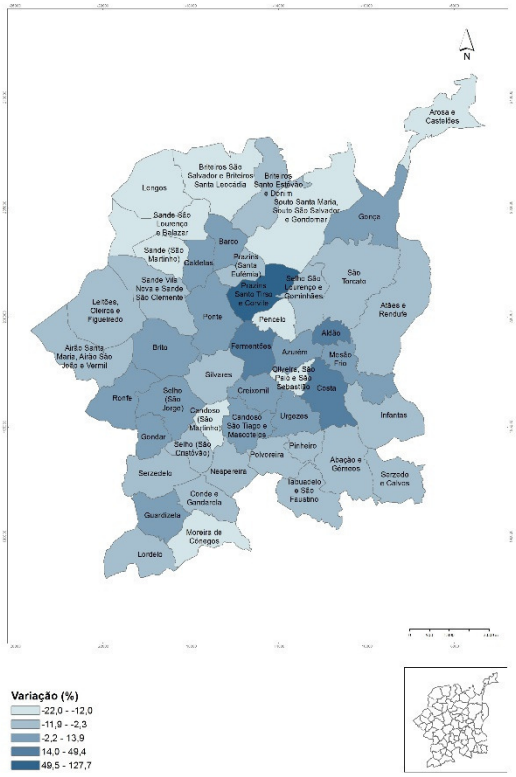

Figura 5 Taxa de variação da população no Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 a 2011

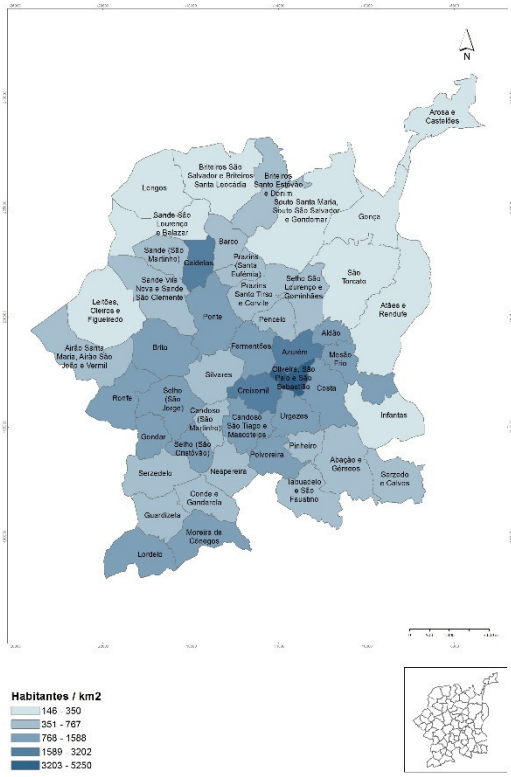

Figura 6 Densidade populacional no Concelho de Guimarães, no ano de 2011

Fonte: INE

É na cidade, em função de fatores de atratividade como a presença de equipamentos das diferentes categorias, que alcançam grandes raios de influência, a forte acessibilidade e maior oferta de emprego, que se concentra grande parte da população vimaranense, albergando 53.249 habitantes, o que representa 33,7% da população concelhia, ou seja, um peso demográfico superior a um terço do total do concelho. Significando um ganho de 2.649 novos habitantes face ao ano de 2001, ou seja, um crescimento de 5,2%.

Cabendo às áreas do núcleo central (UF de Oliveira, São Paio e São Sebastião) e das freguesias que a circundam (Creixomil, Azurém, Costa, Urgezes e Fermentões), 72% do total da população citadina. Sendo que todas estas áreas, às quais se deve somar Mascotelos (atualmente UF de Candoso São Tiago e Mascotelos) e excetuar a UF de Oliveira, São Paio e São Sebastião, registaram nos Censos de 2011 uma variação populacional positiva, afirmando-se como áreas naturais de expansão urbana.

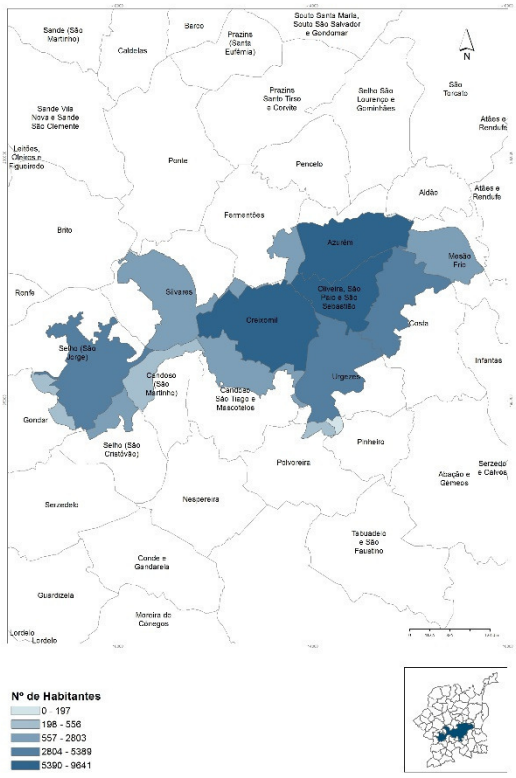

Figura 7 População residente nos limites da cidade por freguesias, no ano de 2011

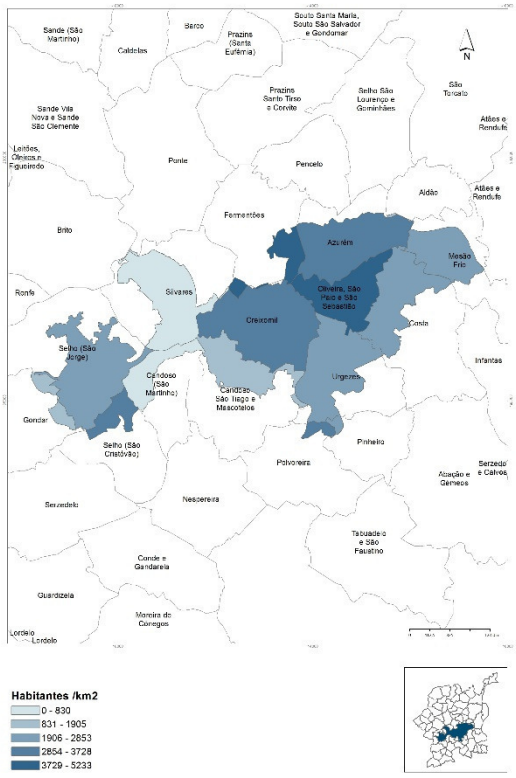

Figura 8 Densidade populacional nos limites da cidade por freguesias, no ano de 2011

Fonte: INE

Ao invés, as freguesias onde se situa o centro histórico registaram, no mesmo período, um substancial decréscimo populacional (-12,7%), facto que encontra no excessivo envelhecimento da sua população residente, a sua principal explicação, verificando-se índices de envelhecimento de 151,3% em Guimarães (Oliveira do Castelo), 289,9% em Guimarães (São Paio) e de 255,3% em Guimarães (São Sebastião). Não sendo por certo alheio a este facto também a degradação e falta de condições de habitabilidade condizentes com os padrões atuais de muitos dos edifícios. Ao que acresce o avanço da função terciária em substituição da habitacional, bem como aos condicionalismos inerentes à reabilitação urbana (nomeadamente económicos, financeiros, construtivos).

Importa, no entanto, salientar, atendendo aos dados referentes ao licenciamento de obras de edificação, no período entre 2011 e 2017, que esta tendência evolui no sentido de conhecer uma inversão.

Unidade territorial	População residente			Variação da População (%)			Densidade populacional			Superfície (km^2)	
	1991	2001	2011	1991 - 2001	2001 - 2011	1991- 2011	1991	2001	2011	2001	2011
Brito	3584	4605	4939	28,5	7,3	37,8	607	781	837	5,9	5,9
Caldelas	3874	5252	5723	35,6	9,0	47,7	1440	1952	2128	2,7	2,7
Lordelo	4848	4641	4287	-4,3	-7,6	-11,6	975	934	863	5,0	5,0
Moreira de Cónegos	5994	5828	4853	-2,8	-16,7	-19,0	1270	1235	1028	4,7	4,7
Ponte[5]	5276	6597	6610	25,0	0,2	25,3	878	852	1100	7,7	6,0
Ronfe	3499	4487	4462	28,2	-0,6	27,5	697	894	889	5,0	5,0
Selho (São Jorge)[6]	4163	5114	5625	22,8	10,0	35,1	801	983	1082	5,2	5,2
São Torcato	3393	3624	3373	6,8	-6,9	-0,6	327	349	325	10,4	10,4
Serzedelo[7]	4057	4073	3680	0,4	-9,6	-9,3	789	792	716	5,1	5,1
Total	34525	39107	37927	13,3	-3,0	9,9	741	840	846	46,6	44,84
Proporção vilas/total	24,0	24,5	24,0	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 2 População residente, taxa de variação, densidade populacional, superfície das vilas do concelho de Guimarães, nos anos de 1991 e 2011

Fonte: INE

A população tem-se fixado, além da cidade, de forma significativa também nas nove vilas que integram o concelho de Guimarães, em função da atratividade pelo seu carácter urbano, sobre as freguesias vizinhas, acolhendo no conjunto uma população residente de 43.552 habitantes,

[5] A criação da freguesia de Corvite, em 22 de agosto de 2003, através da Lei nº 62/2003 - dada a inexistência de qualquer informação estatística, a freguesia em causa não dispõe de representação gráfica (ou outra), integrando a vila de Ponte, a totalidade dos dados.
[6] Valores não considerados por integrar o limite de cidade.
[7] Alteração dos limites administrativos da freguesia de Serzedelo (CAOP 2012.v.1).

ou seja 27,5% da população do concelho, valores corrigidos para 37.927 habitantes e um peso demográfico de 24%, se excluída a Vila de Pevidém por integrar o limite de cidade.

As vilas apresentam pesos e dinâmicas demográficas díspares, surgindo a Vila de Ponte como a mais populosa com 6.610 habitantes, valor que quase dobra o registado na Vila de São Torcato com 3.373 residentes. No que respeita à densidade populacional a Vila de Caldas das Taipas (2.127 hab./km^2) apresenta uma densidade quase sete vezes superior à registada na Vila de São Torcato (325 hab./km^2).

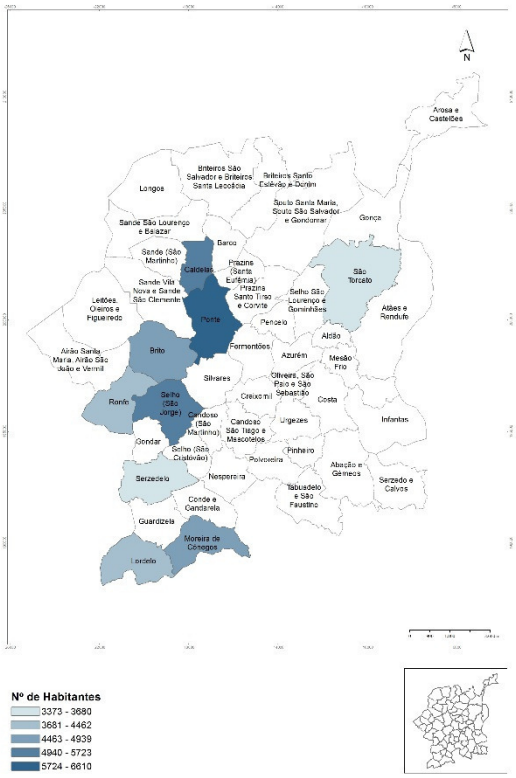

Figura 9 População residente nas vilas do Concelho de Guimarães, no ano de 2011

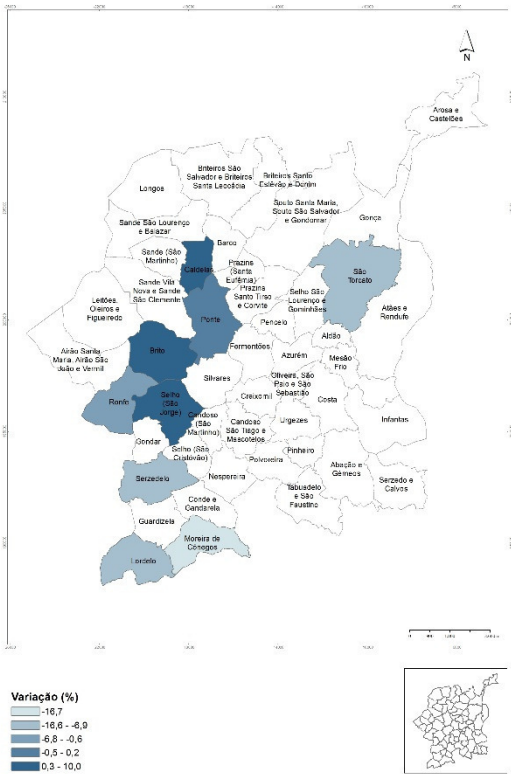

Figura 10 Variação populacional nas vilas do Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 a 2011

Fonte: INE

Releva-se ainda o facto de entre as nove vilas do concelho, quatro apresentarem uma variação populacional positiva, com substanciais ganhos demográficos, caso das vilas de Pevidém, Caldas das Taipas, Brito e Ponte, esta última com um crescimento menor. As outras cinco vilas apresentam decréscimos populacionais, ligeiro na Vila de Ronfe, mas bastante significativos nas restantes, com especial ênfase para as vilas de Lordelo e de Moreira de Cónegos, que averbam

variações populacionais negativas nos momentos censitários de 2001 e de 2011. Sendo de notar que as vilas que apresentam variações populacionais negativas se localizam em áreas mais periféricas do concelho, com maior evidência nas situadas a sudoeste e São Torcato, a única no lado nascente do concelho.

Refletindo a dispersão urbana que caracteriza o concelho, uma parte substancial da população encontra-se disseminada pelas freguesias que não integram a cidade ou as vilas, fixando-se sobretudo ao longo dos principais eixos viários que atravessam o território, com fáceis acessibilidades e propícias à implantação de atividades económicas geradores de oportunidades de emprego. Nas áreas mais periféricas do concelho, a norte, nordeste e sudeste, afastadas do núcleo urbano central, mais rurais e com uma reduzida oferta de equipamentos, há uma menor fixação populacional, correspondendo genericamente às freguesias com um número inferior de residentes, menor densidade populacional e que registam as variações populacionais mais acentuadamente negativas.

4. Estruturas sociodemográficas

4.1 Estrutura etária

4.1.1 Pirâmides etárias

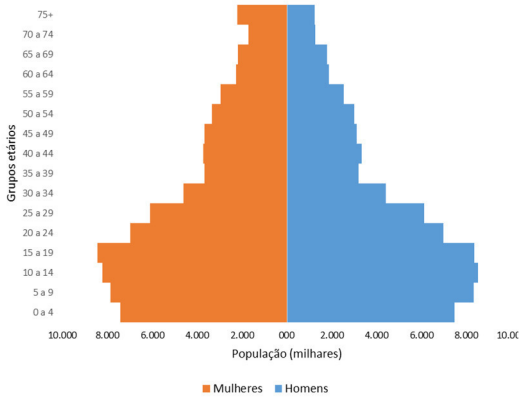

Gráfico 2 Pirâmide etária do Concelho de Guimarães, no ano de 1981

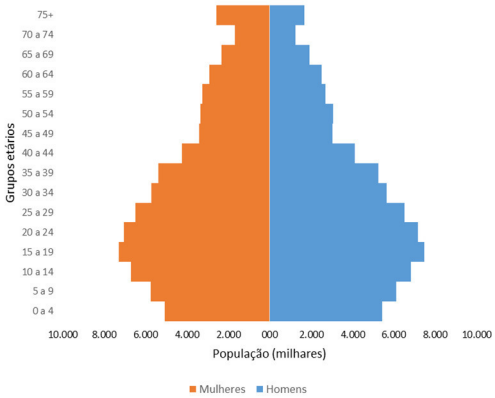

Gráfico 3 Pirâmide etária do Concelho de Guimarães, no ano de 1991

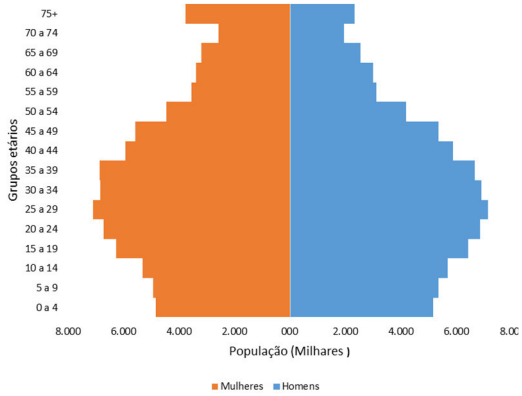

Gráfico 4 Pirâmide etária do Concelho de Guimarães, no ano de 2001

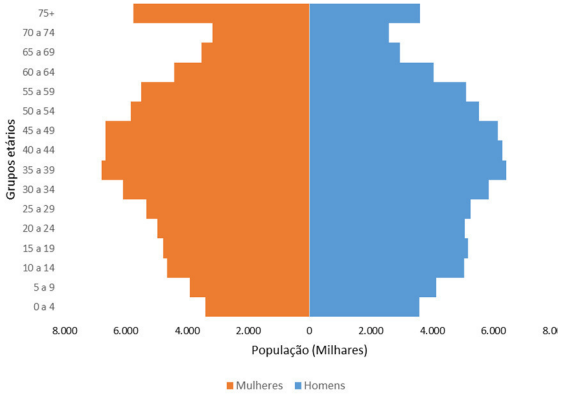

Gráfico 5 Pirâmide etária do Concelho de Guimarães, no ano de 2011

Na pirâmide de 1981 é já visível uma redução na base, em particular da classe etária dos 0 aos 4 anos, o que denota o comportamento regressivo da natalidade. No entanto, ainda mantém uma forma de pirâmide própria de uma população jovem.

Nas pirâmides seguintes verifica-se um acentuar do estreitamento da base e um crescente incremento das classes adultas e cada vez mais das classes dos idosos (65 e mais anos) em

especial a partir de 2001, adquirindo as pirâmides a forma de 'urna', própria das populações em acelerado processo de envelhecimento.

4.1.2 Índice de envelhecimento

	1981	1991	2001	2011	2017
Portugal	44,9	72,1	102,6	127,6	155,4
Norte	33,9	54,7	80,7	114,1	153,3
Ave	26,1	40	61,3	93,8	134,8
Guimarães	21,8	33,7	53,1	88,5	129,6

Tabela 3 Índice de envelhecimento em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães nos anos de 1981, 1991,2001, 2011 e 2017

Fonte: INE

Como se pode constatar, pela análise da tabela, há um acelerado envelhecimento da população em todas as unidades territoriais, aferindo-se ainda que esse facto é bastante mais acentuado a nível nacional e na Região Norte do que na Sub-Região do Ave e no Concelho de Guimarães.

Guimarães regista o menor índice de envelhecimento, mas ainda assim um valor muito elevado.

A comparação entre os valores registados em 1981 (21,8%) com os de 2011 (88,5%) e mais recentemente com as estimativas do INE para o ano de 2017 (129,6%) dá-nos uma precisa ideia de como o número de idosos cresceu e do enorme peso que atualmente atingiu na população face à população jovem.

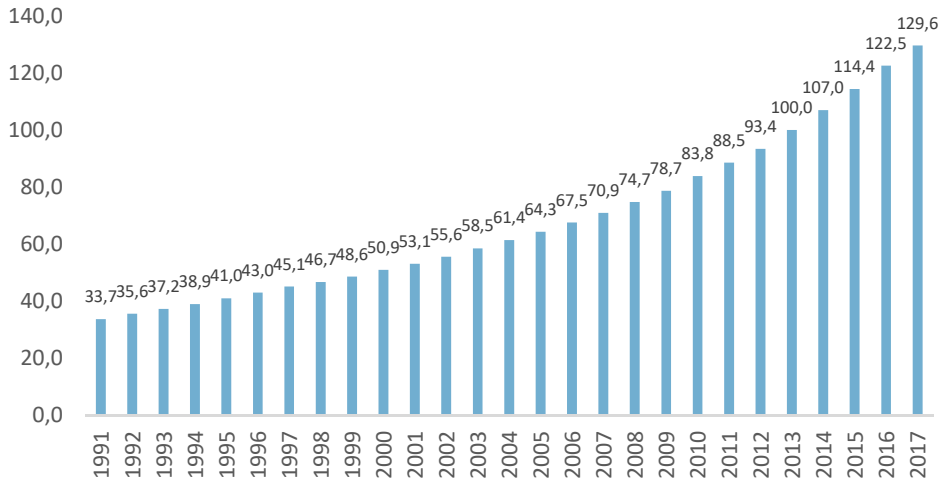

Gráfico 6 Índices de envelhecimento no Concelho de Guimarães, nos anos de 1991 a 2017

Fonte: INE

4.2. Estrutura profissional

4.2.1 População ativa

Unidade territorial	População ativa		Variação da população ativa (%)	Taxa de Atividade (%)	
Anos	2001	2011	2001-2011	2001	2011
Portugal	4990208	5023367	0,7	57,4	55,9
Norte	1775015	1756065	-1,1	58,3	56,1
Ave	215955	209499	-3	62,7	58,5
Guimarães	85832	81191	-5,4	66,9	60,9

Tabela 4 População ativa e taxa de variação da população ativa em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011

Fonte: PORDATA

No momento censitário de 2011, o concelho de Guimarães contava com uma população ativa de 81.191 efetivos, menos 4.641 indivíduos que em 2001, o que significa uma variação negativa de -5,4% face ao registado nos censos desse ano, uma quebra superior ao registado em todas as outras unidades territoriais em que se insere, não obstante manter uma posição predominante ao representar 39,7% da população ativa da Sub-Região do Ave.

No mesmo momento regista uma taxa de atividade de 60,9%, valor superior ao registado a nível nacional, na Região Norte e na Sub-Região do Ave, mas inferior ao ano de 2001, seguindo a tendência registada nas outras unidades territoriais.

A população ativa varia particularmente em função, entre outros fatores, da estrutura etária de uma população e dos movimentos migratórios.

4.2.2 População empregada

População empregada			Variação (%)	Taxa de Emprego (%)	
Anos	2001	2011	2001-2011	2001	2011
Portugal	4650947	4361187	-6,2	93,2	86,8

Norte	1656103	1501883	-9,3	93,3	85,5
Ave	204113	178953	-12,3	94,5	85,4
Guimarães	81304	69615	-14,4	94,7	85,7

Tabela 5 População empregada, taxa de variação da população empregada e taxa de emprego em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011
Fonte: PORDATA

No ano de 2011, o município de Guimarães possuía uma população empregada de 69.615 indivíduos, ou seja, menos 11.689 pessoas com emprego do que no ano de 2001, traduzindo-se numa variação negativa de -14,4%, seguindo a mesma tendência registada nas outras unidades territoriais, mas de uma forma mais acentuada, apesar de ter uma taxa de emprego de 85,7%, inferior apenas aos resultados verificados a nível nacional.

Unidade territorial	Setor Primário (%)		Setor Secundário (%)		Setor Terciário (%)	
Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	5	3,1	35,1	26,5	59,9	70,5
Norte	4,8	2,9	45,8	35,5	49,5	61,6
Ave	2,7	1,5	62,4	49,7	34,8	48,8
Guimarães	1,5	0,8	64,8	51,2	33,7	48

Tabela 6 População empregada por setores de atividade em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011

Fonte PORDATA

Apesar de manter o maior contingente de pessoas empregadas, o setor secundário sofreu, no concelho de Guimarães, um significativo decréscimo, passando de 64,8% da população empregada em 2001 para os 51,2% em 2011, acompanhando de resto a tendência registada em todas as outras unidades territoriais onde se insere. Propensão idêntica seguiu o emprego no setor primário, embora de forma menos considerável pela sua já diminuta expressão.

O setor terciário foi o único a conseguir um reforço do seu peso na massa total da população empregada, acolhendo em 2011 quase metade (48,8%) da população, um significativo ganho face aos anteriores 33,7% dos Censos de 2001, em sintonia com o registado nas outras unidades territoriais.

Guimarães continua a ser um concelho com uma maior preponderância do setor secundário, divergindo amplamente do panorama nacional e regional, onde o setor terciário é destacadamente o mais representativo, embora registe uma aproximação a essa tendência,

alinhando na composição da população empregada por setores de atividade económica apenas com a Sub-Região do Ave na qual se inclui.

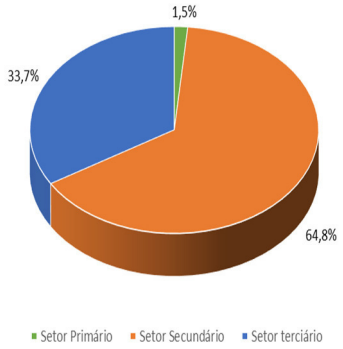

Gráfico 7 População empregada por setor de atividade, no ano de 2001

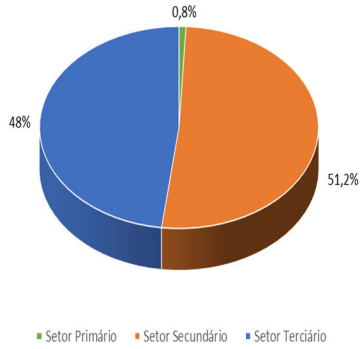

Gráfico 8 População empregada por setor de atividade, no ano de 2011

Fonte: PORDATA

Unidade territorial	Sexo masculino		Sexo feminino	
	2001	2011	2001	2011
Portugal	55,9	52,2	44,1	47,8
Norte	56,5	53,6	43,5	46,4
Ave	54,5	52,7	45,5	47,3
Guimarães	53,1	51,6	46,9	48,4

Tabela 7 População empregada por sexo, em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011

Fonte: PORDATA

No que respeita à repartição por sexo da população empregada, Guimarães segue a mesma tendência exibida nas outras unidades territoriais, registando-se uma predominância do sexo masculino, no que respeita ao número de indivíduos empregados, tanto em 2001 como em 2011, verificando-se, no entanto, um reforço da população feminina empregada em 2011, atenuando a diferença nas proporções antes registadas.

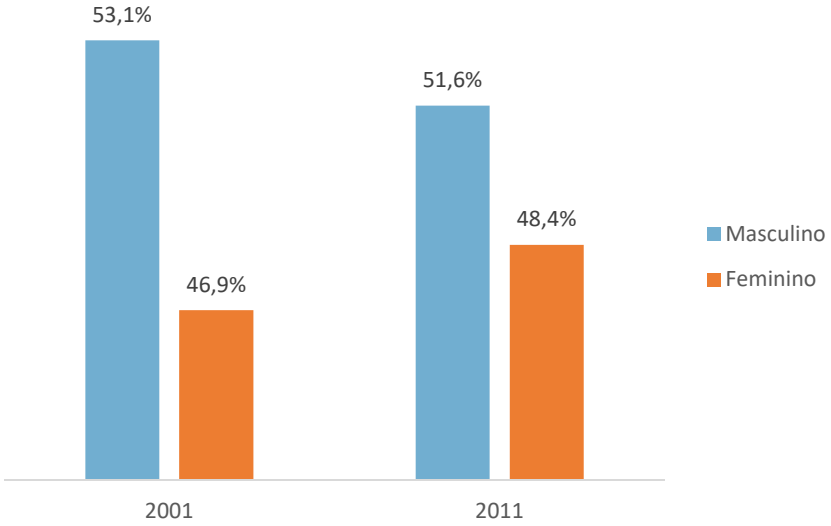

Gráfico 9 Percentagem da população empregada por sexo, no Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011

Fonte: PORDATA

5. Nível de instrução e qualificação

	Sem nível de escolaridade			Básico 1º ciclo			Básico 2º ciclo			Básico 3º ciclo			Secundário			Médio			Superior		
Anos	2001	2011	Vr (%)	2001	2011	Vr (%)	2001	2011	Vr (%)	2001	2011	Vr (%)	2001	2011	Vr (%)	2001	2011	Vr (%)	2001	2011	Vr (%)
Portugal	18	10,4	-42,4	30,2	27,2	-9,9	13,8	12,8	-7,4	16,3	19,1	17,1	13,3	15,7	17,8	0,8	1	27,2	7,6	13,8	83,1
Norte	17,7	10,3	-41,9	32,9	29,7	-9,8	16,7	14,8	-11,5	14,6	18,5	26,1	11,3	14	23,8	0,6	0,8	36,8	6,2	12	94,1
Ave	17,5	10,2	-41,7	34,8	30,9	-11,1	20,3	17,1	-15,6	14	19,2	37,0	9,2	13	41,3	0,4	0,7	86,2	3,9	8,9	128,5
Guimarães	15,8	9	-42,7	36	31,4	-12,8	19,4	16,1	-16,9	14,4	20,2	40,5	9,9	13,2	33,8	0,5	0,7	54,4	4,1	9,3	125,3

Tabela 8 População residente (%) com 15 e mais anos e variação da população por nível de escolaridade completo mais elevado em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011

Fonte: PORDATA

Os níveis de escolaridade completos da população residente conheceram, no período entre 2001 e 2011, um enorme progresso em todas unidades territoriais, com um recuo bastante significativo da população sem nível de escolaridade, bem como do primeiro e segundo ciclos do ensino básico e um substancial crescimento daqueles que concluíram o terceiro ciclo do ensino básico, ensino secundário, ensino médio e ensino superior.

Embora com valores muito aproximados, Guimarães regista o maior decréscimo da população sem nível de escolaridade (-42,7%), bem como nos dois primeiros ciclos do ensino básico (-29,7%). Averbando o maior aumento dos que completam o terceiro ciclo do ensino básico

(40,5%), crescendo menos que a Sub-Região do Ave no ensino secundário (33,8%), ensino médio (54,4%) e ensino superior (125,3%), mas bastante mais elevado que o registado a nível nacional e na Região Norte.

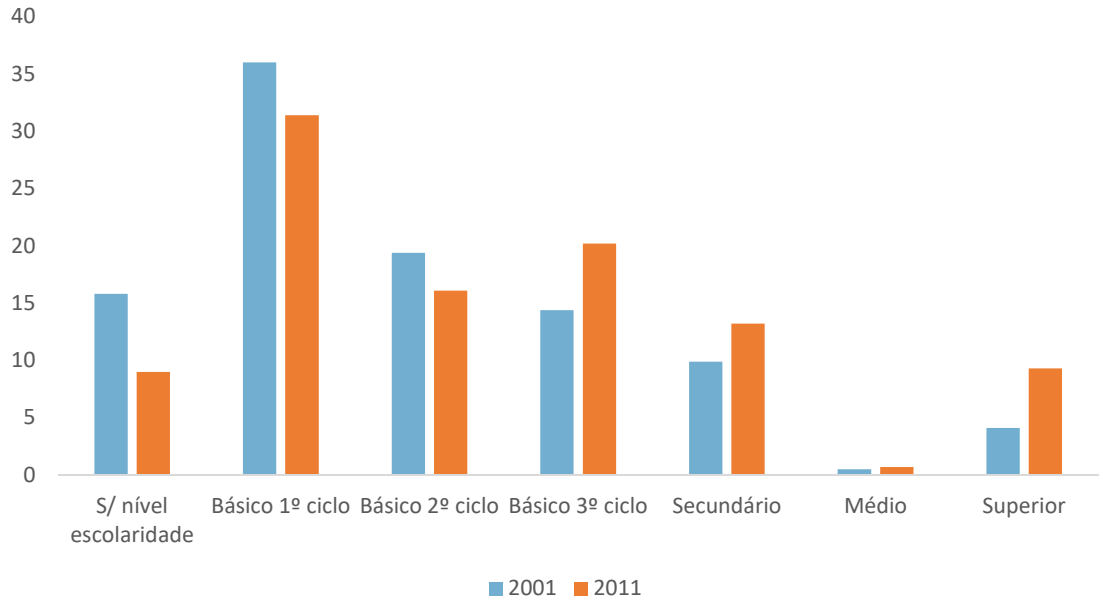

Gráfico 10 População residente (%) por nível de escolaridade completa no Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011

Fonte: PORDATA

A população vimaranense, maior de 15 anos, em 2011 possuía na sua maioria como nível de escolaridade completo o ensino básico (67,7%), com predominância dos que apenas completaram o 1º ciclo do ensino básico (31,4%), cabendo aos que completaram o 2º e 3º ciclos respetivamente 16,1% e 20,2%. Somados os 9% daqueles que não completaram qualquer nível de escolaridade, atinge-se os 76,7%, ou seja, mais de três quartos da população, facto que evidencia o baixo nível de escolaridade da população.

Nos níveis de escolaridade mais elevados Guimarães regista valores aquém dos registados na Região Norte e a nível nacional, sendo similares ou ligeiramente superiores em relação à Sub-Região do Ave, registando 13,2% da população com o ensino secundário completo e apenas 0,7% e 9,3% respetivamente com o ensino médio e superior concluídos.

6. Atividades económicas

Unidade territorial	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	1235989	1199843	1145390	1113559	1065173	1098409	1128258	1163082	1196102
Norte	388722	379271	366595	361159	348819	374475	386677	396653	405518
Ave	39572	38535	37409	36964	36224	36832	37810	38974	40145
Guimarães	15236	14663	14228	14114	13941	14123	14393	14656	15130

Tabela 9 Número de empresas em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2008 a 2016
Fonte: INE

No que respeita ao número de empresas, o Concelho de Guimarães, ao longo do período entre os anos de 2008 e 2016, seguiu os movimentos evolutivos das outras unidades territoriais em que se insere, registando uma evolução regressiva (-8,5%) até ao ano de 2012, acompanhando o ciclo económico recessivo então vivido, embora de uma forma não tão acentuada como a ocorrida a nível nacional (-13,8%) e na Região Norte (-10,3%), acompanhando o sucedido na Sub-Região do Ave (-8,5%).

No período que se seguiu até 2016, verificou-se um movimento de retoma em todas as unidades territoriais, com um crescimento do número de empresas a nível nacional em 12,3%, sendo ainda mais significativo, por lhes permitir ultrapassar o número de empresas recenseados em 2008, na Região Norte e na Sub-Região do Ave que alcançaram respetivamente um crescimento de 16,3% e de 10,8%.

No que se refere ao Concelho de Guimarães houve um crescimento de 8,5%, menor ao alcançado pelas outras unidades territoriais, representando a criação de 1.189 novas empresas, valor no entanto insuficiente para repor as 15.236 empresas recenseadas no ano de 2008.

Em 2016, de entre as 15.130 empresas existentes no Concelho de Guimarães, 3.645, ou seja, quase um quarto do total (24,1%), tinham no 'Comércio por grosso e a retalho', o seu ramo de atividade.

Entre as atividades mais relevantes destacam-se também, com uma proporção superior a 10% do número total de empresas, as 'Indústrias transformadoras' com 2.172 unidades e as 'Atividades administrativas e dos seviços de apoio' com 1.557 empresas. Seguidas pelas

'Atividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares' com (8,9%), 'Actividades de saúde humana e apoio social' (8,9%) e 'Alojamento, restauração e similares' (7,9%).

Excetuando a 'Construção' (5,8%) e 'Outras atividades de serviços' (5,6%), nenhuma das outras atvidades económicas atingem uma proporção superior a 5% do número de empresas.

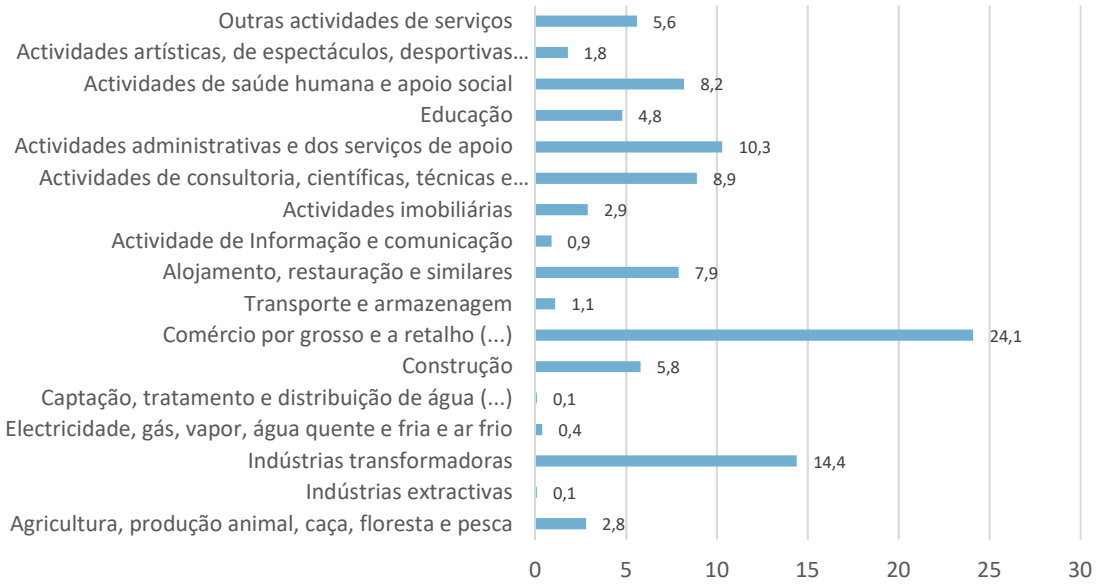

Gráfico 11 Percentagem de empresas por atividade económica no Concelho de Guimarães, no ano de 2016

Fonte: INE

7. Edificado

7.1 Edifícios

Unidade territorial	Nº edifícios		Taxa de variação (%)	Densidade/ Edifícios
	2001	2011	2001 - 2011	2011
Portugal	3160043	3544389	12,2	38
Norte	1100329	1209911	10,0	57
Ave	137723	157558	14,4	126
Guimarães	38912	43928	12,9	182

Tabela 10 Número de edifícios, taxa de variação e densidade em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011

Fonte: INE

O concelho de Guimarães contabilizou nos Censos de 2011 um número total de 43.928 edifícios, o que representa um acréscimo de 12,9%, ou seja, 5.016 edifícios a mais, face ao verificado no ano de 2001, um crescimento, no entanto, inferior ao ocorrido na Sub-Região do Ave, ainda que superior ao da Região Norte e ligeiramente acima da média nacional. O edificado no Concelho de Guimarães correspondia em 2011 a 27,9% do total registado na Sub-Região do Ave.

Segundo os resultados preliminares do INE, em 2017, o Concelho de Guimarães beneficia de um novo incremento do total edificado, passando a contar com 44.880 edifícios familiares clássicos.

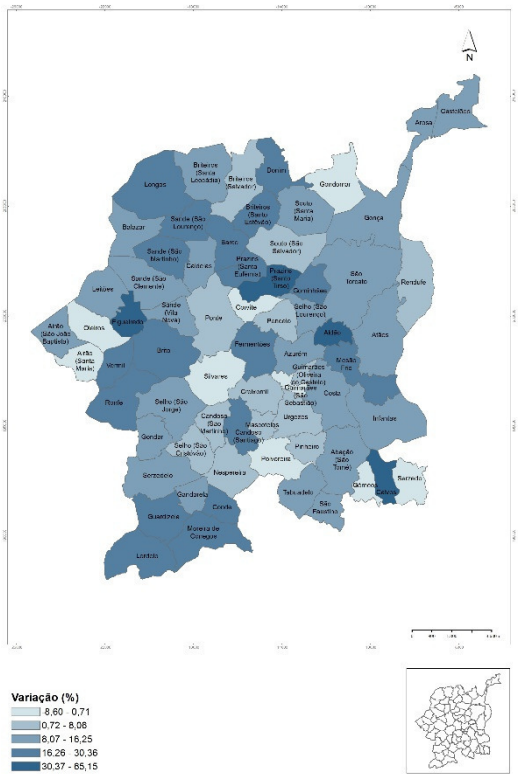

Figura 11 Variação do número de edifícios no Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011

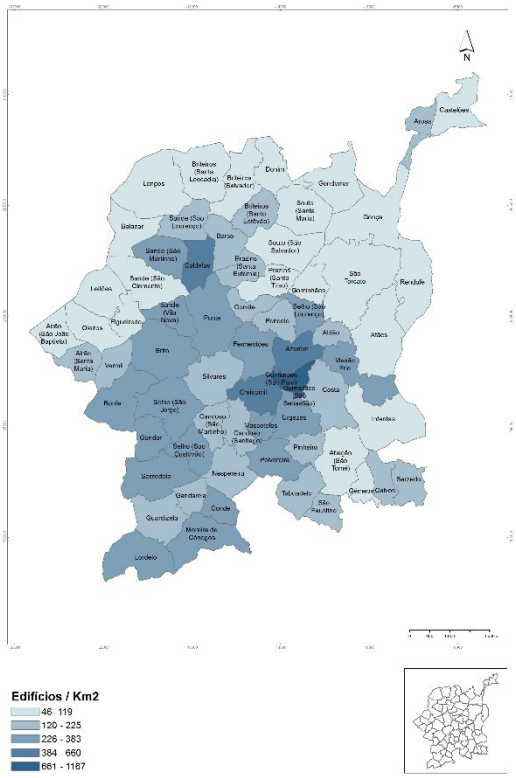

Figura 12 Densidade de edifícios no Concelho de Guimarães, no ano de 2011

Apesar de Creixomil ser a freguesia que reúne o maior número de edifícios (1987) é nas freguesias do núcleo urbano central da cidade (UF de Oliveira, São Paio e São Sebastião) que ocorre a maior densidade do edificado com um registo de 1080 edifícios/ km^2, muito superior aos 182 edifícios/km^2 do concelho, encontrando-se as maiores densidades nas freguesias que integram o limite de cidade e nas vilas, sendo exceção a Vila de São Torcato, pelo seu cariz mais rural e grandes dimensões do território da freguesia. Nas freguesias mais periféricas do concelho verificam-se as menores densidades.

A cidade e as vilas concentram em conjunto 51,2% dos edifícios, ou seja, mais de metade do edificado de todo o concelho. Cabendo ao limite de cidade um total de 11.347 edifícios, o que representa 25,8% do edificado e uma densidade de 573 edifícios/km^2. As vilas congregam 11.148 edifícios, que correspondem a 25,4% do total e a uma densidade de 249 edifícios/km^2.

Ocorre na freguesia de Prazins Stº Tirso (atualmente UF de Prazins Stº Tirso e Corvite) o maior aumento do número de edificações no período entre os anos de 2001 e 2011, atingindo uma taxa de crescimento de 65,2%. Aponta-se como possíveis causas para este incremento o

considerável investimento imobiliário realizado nesta freguesia, que se tem traduzido num incremento significativo de oferta habitacional a preços mais acessíveis, comparando com a demais oferta. Paralelamente, a proximidade à vila de Caldas das Taipas e à cidade tem constituído também um fator preponderante na fixação de população (sobretudo jovens) nesta freguesia. Julga-se que esta tendência assenta em movimentos migratórios internos, sobretudo originários das freguesias de Azurém, Fermentões, Silvares e Caldelas.

Unidade territorial	2001				2011			
	TOTAL	Edifício exclusivamente residencial (100%)	Edifício principalmente residencial (de 50% a 99%)	Edifício principalmente não residencial (até 49%)	TOTAL	Edifício exclusivamente residencial (100%)	Edifício principalmente residencial (de 50% a 99%)	Edifício principalmente não residencial (até 49%)
Portugal	3160041	2887305	239706	33030	3544389	3305062	213090	26237
Norte	1100327	989860	99916	10551	1209911	1116665	85088	8158
Ave	137722	123942	12801	979	157558	146886	9643	1029
Guimarães	38912	34967	3705	240	43928	40989	2654	285

Tabela 11 Total de edifícios por tipo de utilização em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011
Fonte: INE

Dos 43.928 edificios recenseados no concelho de Guimarães 93,3% destinam-se exclusivamente à função residencial, acolhendo em média 1,5 alojamentos familiares clássicos, 6% possuem outra função além da residencial e apenas 0,6% dos edifícios estão adstritos a uma função principalmente não residencial, designadamente industrial, de armazenagem, grandes superficíeis comerciais e ainda restauração e similares. Verificando-se um acréscimo na função residencial e uma quebra nas outras categorias face ao ocorrido no ano de 2001 .

No que respeita à função residencial salienta-se ainda a existência, neste município, de 18 bairros sociais, destinados a agregados familiares carenciados. O parque habitacional social conta com 110 edifícios, todos eles com um número de dois ou mais alojamentos.

7.2 Alojamentos

Unidade territorial	N.º de alojamentos		Taxa de variação (%)	Densidade (Alojamentos/km^2
	2001	2011	2001 - 2011	2011
Portugal	5054922	5878756	16,3	64
Norte	1613781	1850890	14,7	87
Ave	191289	221634	15,9	178
Guimarães	57914	66790	15,3	277

Tabela 12 Número, taxa de variação e densidade de alojamentos em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001 a 2011

Fonte: INE

No período que decorreu entre os censos de 2001 e 2011 foram criados no concelho de Guimarães 8.876 novos alojamentos, o que representa um acréscimo de 15,3% ao antes verificado. Facto que representa um crescimento ligeiramente superior ao da Região Norte (14,7%) e inferior às taxas alcançadas tanto a nível nacional (16,3%) como na Sub-Região do Ave (15,9%).

Em 2017, de acordo com as estimativas do INE, o concelho de Guimarães passou a contar com 68.071 alojamentos familiares clássicos.

A distribuição de alojamentos pelo concelho segue o mesmo padrão do edificado, verificando-se o maior número de alojamentos na freguesia de Creixomil, onde se apurou na altura 4.329 alojamentos, encontrando-se a densidade mais elevada na UF de Oliveira, São Paio e São Sebastião com 2.676 alojamentos/km^2, valor muito acima do registado no concelho com 277 alojamentos/km2.

A cidade reúne cerca de um terço (33,6%) dos alojamentos existentes em todo o concelho, tendo sido recenseados em 2011 um total de 22.423, que traduzem uma densidade de 1.132 alojamentos/km^2.

Nas vilas o número de alojamentos eleva-se a 11.148, representando 25,4% dos alojamentos face ao total concelhio, averbando em conjunto uma densidade de 249 alojamentos/km^2.

Do número total de alojamentos familiares clássicos (66.706) recenseados em 2011, constatou-se a existência de um número considerável de alojamentos que, ao momento dos dos censos, se encontravam vagos (9,2%), facto que leva a considerar uma capacidade de acolhimento potencial de cerca de 14.741 novos habitantes, tendo em conta o número médio de residentes de 2,4 indivíduos por alojamento então apurado.

Os alojamentos devolutos encontravam-se disseminados um pouco por todo o concelho, embora com maior incidência nas freguesias do núcleo urbano central e nas que as rodeiam, verificando-se também, com uma alguma expressão, nas vilas.

Apesar do decréscimo verificado face aos Censos de 2001, subsiste a existência de alojamentos familiares não clássicos, ainda que em número reduzido (10), correspondendo estes a alojamentos precários, sem as condições de habitabilidade necessárias para integrar a categoria de alojamento familiar clássico.

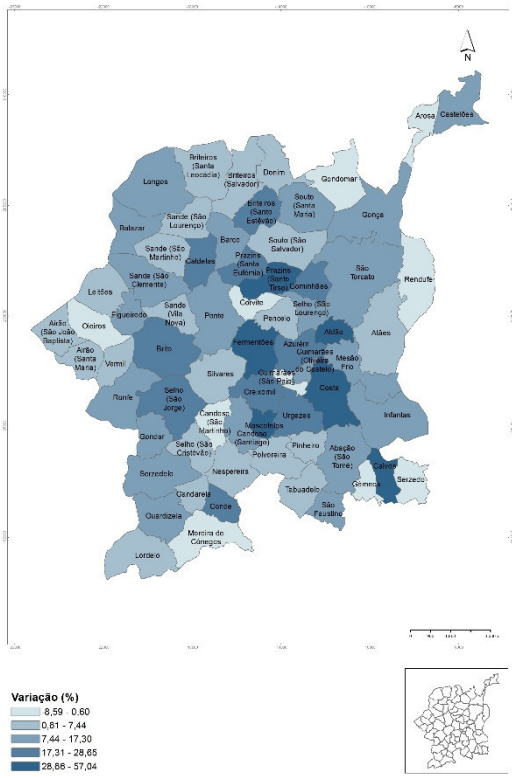

Figura 13 Variação do número de alojamentos, nos anos de 2001 a 2011

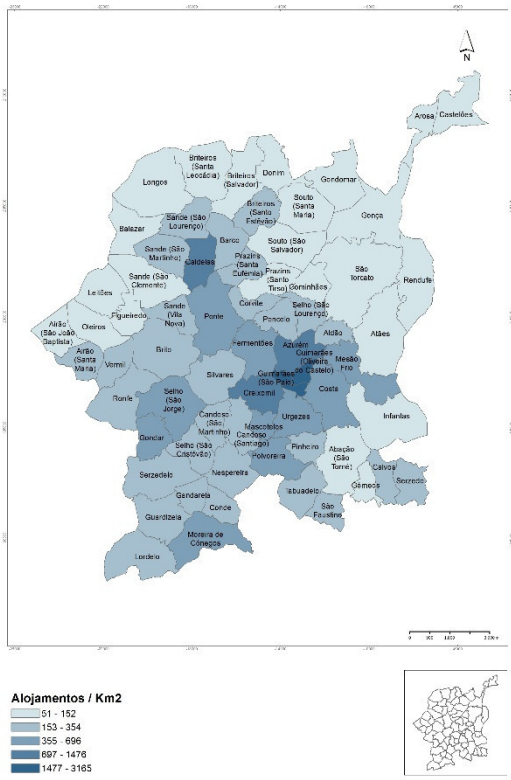

Figura 14 Densidade de alojamentos, no ano de 2011

Fonte: INE

7.3 Licenciamentos de obras de edificação

Unidade territorial	Nº de edifícios licenciados			Taxa de variação de edifícios licenciados (%)	
	2001	2011	2017	2001 - 2011	2011 - 2017
Portugal	63075	25604	18621	-59,4	-27,3
Norte	22853	9069	7680	-60,3	-15,3
Ave	3772	1349	1245	-64,2	-7,7
Guimarães	1031	300	373	-70,9	24,3

Tabela 13 Número e taxa de variação de licenciamentos de obras de edificação em Portugal, Região Norte, Sub-Região do Ave e Concelho de Guimarães, nos anos de 2001, 2011 e 2017

Fonte: INE

Entre os censos de 2001 e de 2011, o Concelho de Guimarães, no que respeita ao número de edificíos licenciados, seguiu a mesma tendência ocorrida nas outras unidades territoriais, mas de forma mais acentuadamente negativa, ao registar uma quebra de -70,9%.

Ao invés, o número de licenciamentos de obras de edificação, no período entre 2011 e 2017, obteve uma variação positiva de 24,3%, divergindo da evolução negativa ocorrida tanto a nível nacional (-27,3%) como na Região Norte (-15,3%) e na Sub-Região do Ave (-7,7%).

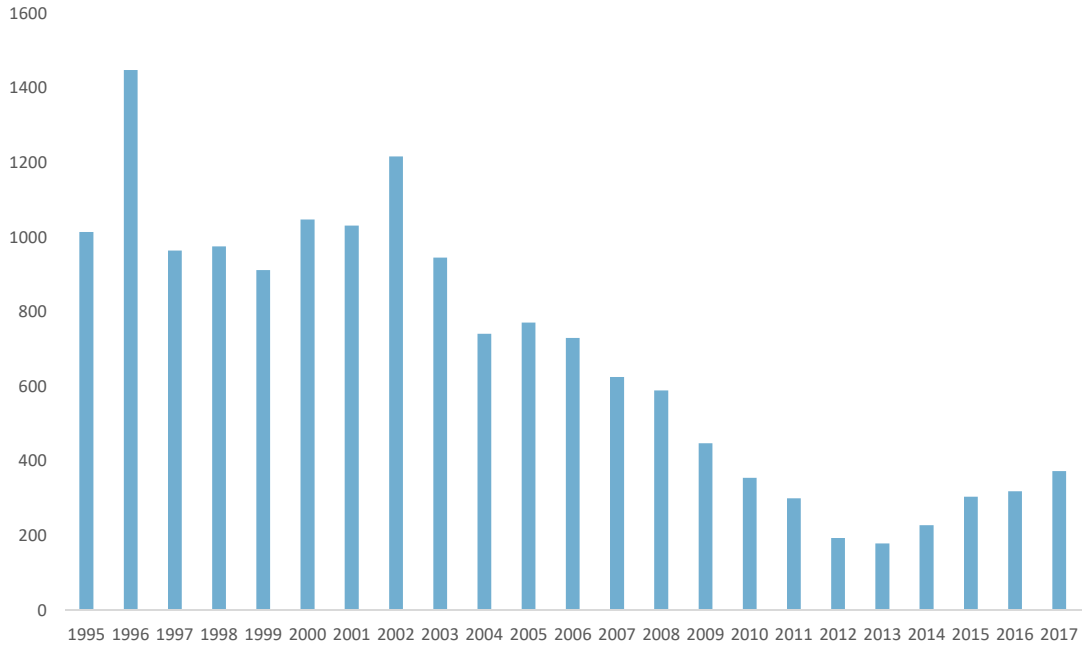

Gráfico 12 Edifícios licenciados no Concelho de Guimarães, nos anos de 1995 a 2017

Fonte: INE

O número de edifícios licenciados, onde se incluem obras de edificação (construções novas, ampliações, alterações e reconstruções) e demolições, conheceram ao longo dos últimos 23 anos em referência, multiplas variações com crescimentos e recuos do número total anual. No período entre 1995 e 2004, foi atingida a quantidade máxima de licenciamentos, registando-se 1.448 no ano de 1996 e 1.216 em 2002, alcançando-se nesta fase valores sempre superiores ou a rondar os 800 licenciamentos.

A partir do ano de 2005 inícia-se uma fase de contínuo decréscimo do número de edifícios licenciados que se estendeu até 2013, ano em que se regista o valor mais baixo de todo o período em apreço, com uns escassos 179 licenciamentos.

Desde o ano de 2014 que se constata uma inversão desta tendência, observando-se um ligeiro e ininterrupto crescimento até ao ano de 2017, altura em que foram apurados 373 licenciamentos, valor ainda muito distante dos valores alcançados nos começos do século.

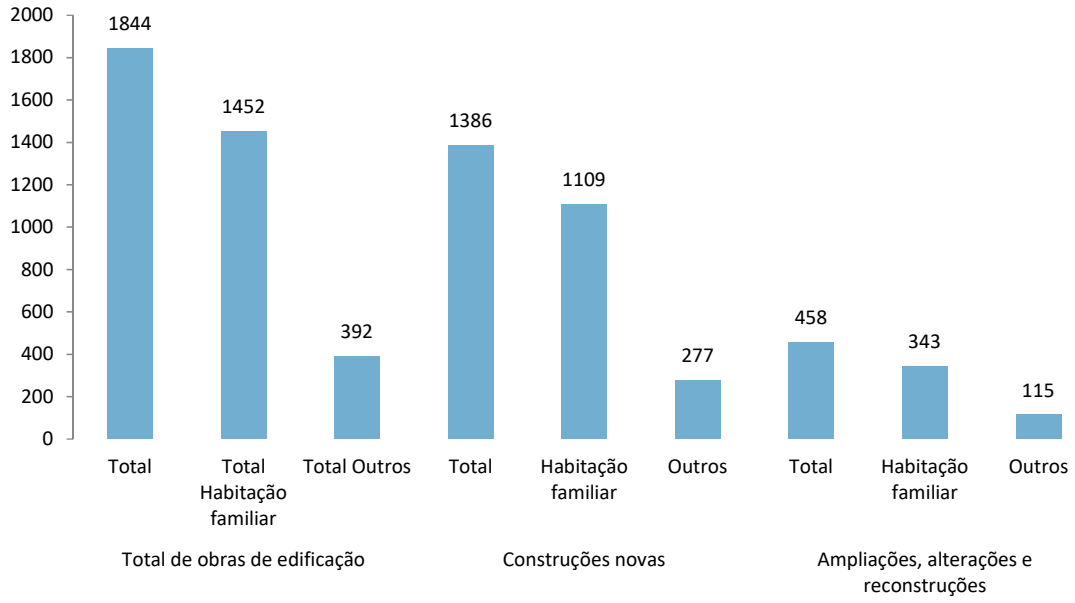

Gráfico 13 Edifícios licenciados, por função, nos anos de 2011 a 2017

Fonte: INE

No período entre 2011 e 2017 foram licenciadas 1.844 obras de edificação, das quais 1.452 destinaram-se a habitação familiar (78,7%) e 392 (21,3%) para outros fins. Destes 1.386 (75,2%) correspondem a construções novas e 458 (24,8%) a obras de ampliação, alteração ou reconstrução.

Neste período todas as freguesias do concelho obtiveram novos licenciamentos de obras de edificação, sendo a Vila de Ponte a que alcançou o maior número, com um total de 89, destes 59 destinados a habitação familiar e 30 para fins distintos.

Pôde-se constatar, de uma forma geral, que o maior número de licenciamentos ocorreu na área das vilas e da cidade, tanto no núcleo central como nas que lhe estão mais próximas, surgindo de permeio, com uma relativa expressão, algumas uniões de freguesia, que pela agregação de freguesias ganharam dimensão, casos de UF de Sande Vila Nova e Sande São Clemente, UF de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar, UF de Briteiros Santo Estêvão e Donim, UF de Atães e Rendufe e UF de Prazins Santo Tirso e Corvite.

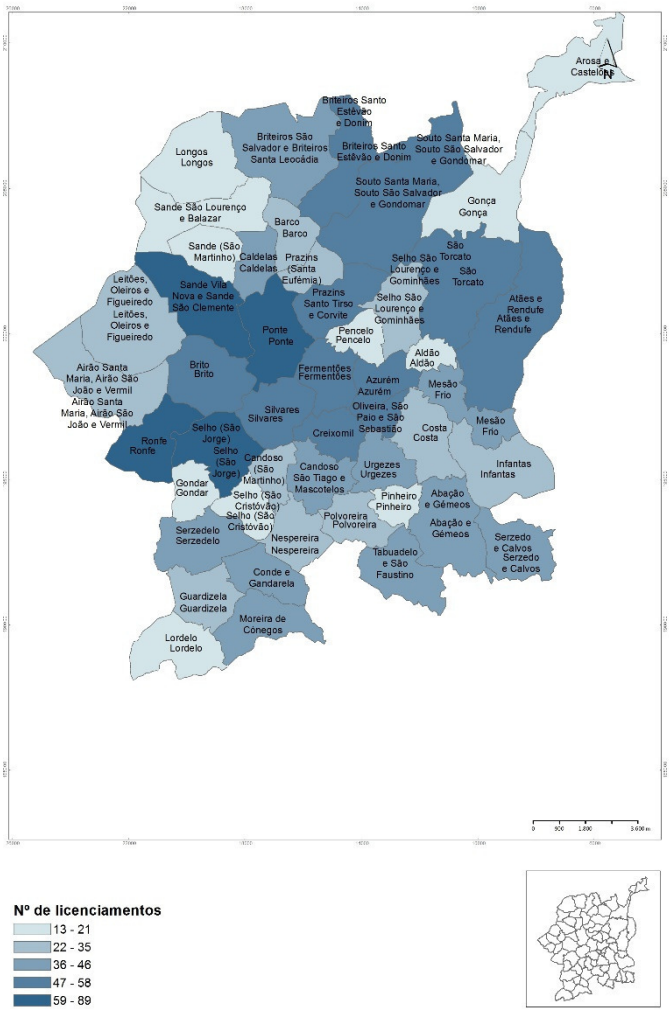

Figura 15 Número de edifícios licenciados, nos anos de 2011 a 2017

No que se refere a construções novas, a Vila de Ponte volta a reunir o maior número de licenciamentos de novas edificações (67), sendo 42 delas para habitação familiar e 25 para outros fins. Verificando-se uma repartição similar à ocorrida com o total de licenciamentos de obras edificadas, excetuando-se o que respeita à UF de Oliveira, São Paio e São Sebastião, que por contar já com uma forte consolidação da malha urbana, acolhe apenas 14 novas construções, destinando-se 11 delas a habitação familiar e 3 outras para fins diversos deste.

Os licenciamentos de obras de ampliação, alteração e reconstrução concentram-se também essecialmente em muitas das freguesias da cidade e nas vilas, cabendo, neste caso, à UF de Oliveira, São Paio e São Sebastião, grande parte dos licenciamentos (43), dos quais 28 destinados à função habitacional e outros 15 para diferentes fins.

O número de obras de edificação licenciadas na UF de Oliveira, São Paio e São Sebastião, nos anos mais recentes, é um importante indicador que revela uma inversão do movimento centrífugo antes sucedido, manifestado pelo abandono do edifícado das áreas urbanas mais centrais, perdas demográficas e acentuado envelhecimento populacional, dando indícios, através das ações de reabilitação urbana efetuadas, de uma recuperação no interesse pela ocupação habitacional destas áreas, sob o forte estímulo dado pelos alojamentos locais, que ascendem, nesta área, atualmente a um número de 52.

8. Avaliação dos objetivos estratégicos

O relatório do Plano Diretor Municipal de Guimarães explicita que esse documento "salvaguarda três requisitos básicos para o planeamento: equilíbrio entre o desejado e a realidade; o compromisso entre o existente e o projetado; o dinamismo apontando um rumo, mas deixando a possibilidade de escolha do melhor caminho em função das circunstâncias do momento. O Plano não pretende reescrever a história, rompendo com a tradição ou com o passado, antes assume a mesma história e identidade deste território como marca indelével e suporte a todo o trabalho. Por isso mesmo, mais do que inovar ou confrontar, o Plano ajusta o território municipal ao momento, procurando entender as suas potencialidades e debilidades, maximizar investimentos e oportunidades, na certeza que o amanhã estará necessariamente "amarrado" à história construída sobre o território, mas também suficientemente diferente para motivar uma revisitação crítica do Plano e um ajustamento ao tempo de então. Como tal, o sucesso deste Plano joga-se no "entretanto", neste tempo entre hoje e o dia da próxima revisão do Plano e na capacidade de contemplar, prever, antecipar e concretizar as expectativas da população na construção de um território municipal tão diverso quanto singular."

Neste sentido, "suportando-se na realidade existente e na história construída deste território municipal, cabe à revisão do Plano "corrigir o passado próximo", preparando a sua adaptação ao tempo d'hoje num compromisso de reescrita de uma estratégia de desenvolvimento territorial atualizada nos seus procedimentos e conceitos, dinâmica e flexível no modo atento como encara a mutabilidade que caracteriza a atualidade, eficaz e eficiente no auxílio e apoio à decisão e gestão municipal sobre o seu território", pelo que se propõe um "conjunto de objetivos estratégicos, visando a persecução dos seguintes pressupostos principais:

1. Consolidação, densificação e expansão do aglomerado central da cidade, seja pelo prolongamento da reabilitação urbana em prática, seja pela (re)qualificação da envolvente ao núcleo urbano central, seja pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de atratividade elevada;

2. Consolidação das vilas como estruturas urbanas qualificadas intermédias entre um território disperso e a cidade consolidada, valorizando-se a especificidade e singularidade de cada unidade administrativa, reforçando o papel de âncora e referência territorial de proximidade;

3. Valorização ambiental e paisagística do território em conjugação com a rentabilização das infraestruturas de suporte e habilitantes, já instaladas e reforço da competitividade do concelho, quer pela indução da diversidade económica, quer pela potenciação da inovação e criatividade, quer pela mobilidade e energia." (Relatório do Plano Diretor Municipal de Guimarães, 2015)

Mais especificamente, do ponto de vista do parque habitacional, o Plano persegue "a qualificação construtiva e conforto de utilização dos edifícios residenciais, favorecendo medidas de eficiência energética, melhor integração paisagística e exposição solar, utilização de materiais perenes e "sustentáveis", procurando igualmente a implementação de uma política de "habitação a custos controlados" que favoreça a requalificação da habitação existente e já instalada e novas formas de promoção (e inserção social) de habitação digna para toda a população municipal necessitada." (Relatório do Plano Diretor Municipal de Guimarães, 2015)

Ao nível das atividades económicas "urge incentivar a diversidade de atividades, (re)qualificar as áreas industriais existentes e efetivar territorialmente a área de logística/terciarização de Silvares. Procura-se igualmente a rentabilização e maximização das infraestruturas instaladas em conjugação com a colmatação e consolidação da rede viária municipal (destacando-se, como novo fator construtivo e da forte importância e impacto no parque tecnológico do AvePark, a acessibilidade prevista na carta de Ordenamento de ligação do parque tecnológico AvePark e nó de acesso à autoestrada A7/A11, Silvares).

O Plano define uma estratégia coerente de instalação, de conservação e de desenvolvimento dos equipamentos, considerando as necessidades sociais e culturais da população e as perspetivas de evolução económica e social. Deste ponto de vista, importa prosseguir a consolidação da rede de equipamentos de proximidade nas vilas e freguesias do concelho, que complementam aquela de mais carga atrativa instalada na cidade (e que também é alvo de consolidação e aprofundamento).

Considera-se que o turismo, incluindo visitantes funcionais, é cada vez mais uma atividade presente no concelho que importa alargar, valorizar e externalizar.

Urge reforçar a sua integração e valorização da transformação qualitativa da paisagem enquanto valor natural e construído fundamental para o concelho.

Importa valorizar os sistemas naturais, enquanto elementos fundamentais no equilíbrio ecológico do território e como fator qualificador do ambiente urbano, no sentido do respeito

pelas suas características intrínsecas e possibilidades imensas no contributo para a construção de um território mais qualificado." (Relatório do Plano Diretor Municipal de Guimarães, 2015)

No contexto dos objetivos estratégicos do PDM pretende-se abordar o seu grau de concretização. Para o efeito, recorreu-se à metodologia de monitorização definida na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Contudo, devido a questões relacionadas principalmente com o curto período de vigência do PDM (desde junho de 2015) e com a ausência de informação, procedeu-se à adaptação do processo de monitorização inicialmente definido na AAE, tendo sido selecionado um conjunto de indicadores considerados mais pertinentes numa perspetiva de monitorização do Plano e que contribuem para uma melhor aferição da evolução ocorrida desde a entrada em vigor do PDM.

Estes indicadores encontram-se estruturados em função de 4 Fatores Críticos para a Decisão (FCD) - Coesão Territorial, Património Paisagístico e Cultural, Recursos naturais, Geração de valor - que por sua vez agregam um conjunto de 21 indicadores (Quadro 1), no período compreendido entre 22 de junho de 2015 (publicação do novo PDM) e 30 de setembro de 2018. Estabeleceu-se ainda, como horizonte temporal os anos de 2001 e 2011, data do penúltimo e último recenseamento da população. No âmbito do tema da mobilidade recorreu-se ainda um inquérito à população realizado no ano de 2012.

FCD	**Indicadores**
Coesão Territorial	População residente na cidade e vilas de Guimarães
	Equipamentos criados na cidade e vilas de Guimarães
	Distribuição modal

	Distribuição modal por motivo
	Emissões de CO_2 - Transportes
	Cobertura da rede de abastecimento de água e da rede de drenagem de águas residuais
Património Paisagístico e Cultural	Imóveis classificados e em vias de classificação
	Intervenções no património classificado
	Sítios arqueológicos classificados
	Ações de promoção da paisagem de Guimarães
Recursos naturais	Edificações em Áreas inundáveis
	Povoamentos florestais de eucalipto e de pinheiro-bravo
	Número ocorrências de incêndios florestais e área ardida
	Construções em RAN e em REN
	Parâmetros de qualidade da água superficial
	Estrutura Ecológica Municipal
Geração de valor	Empresas criadas em Guimarães
	Funções de referência instaladas em Guimarães
	População ativa por sector de atividade
	Ocupação das novas áreas de "atividades económicas"
	Qualificação da população

Tabela 14 Indicadores de monitorização do PDM de 2015

Para cada indicador foi elaborada uma ficha metodológica, contendo um gráfico com uma representação dos valores recolhidos, assim como uma síntese dos resultados obtidos.

8.1 Análise dos indicadores

8.1.1 Coesão Territorial

<table>
<tr><th>FCD</th><th colspan="3">Coesão Territorial</th></tr>
<tr><td>Definição</td><td colspan="3">No PDM de Guimarães de 2015 a coesão territorial refere-se sobretudo à afirmação da cidade de Guimarães e consolidação das vilas, incluindo sobretudo questões de equidade no acesso a equipamentos, acesso e rentabilização de infraestruturas viárias e de saneamento básico e mobilidade para todos.

Os objetivos considerados para o FCD “coesão territorial” são:

a) Racionalizar o uso urbano do solo e a sua expansão, através da nuclearização e qualificação dos aglomerados urbanos, promovendo o seu funcionamento em rede;

b) Acessibilidade e transportes;

c) Rentabilização das redes.</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Critérios</td><td>Uso do solo</td><td rowspan="3">Objetivos de sustentabilidade</td><td>· Racionalizar o uso urbano do solo
· Assegurar a espacialização das políticas económica, social, cultural e ambiental</td></tr>
<tr><td>Mobilidade</td><td>· Promoção de outras formas de circulação e transporte para além do automóvel
· Redução da emissão de gases com efeito estufa</td></tr>
<tr><td>Infraestruturas de saneamento básico</td><td>· Programar as áreas urbanas tendo em conta as redes existentes e programadas
· Rentabilização das redes</td></tr>
</table>

8.1.1.1 Critério “Uso do solo”

Indicador	População residente na cidade e vilas de Guimarães
Fonte de dados	INE
Unidade de medida	Nº
Metas/Objetivos	Aumentar
Horizonte temporal	2001-2017
Periodicidade	Decenal

O FCD Coesão Territorial, englobando os aspetos associados à dinâmica territorial, o seu desenvolvimento e competitividade, está profundamente relacionado com as dinâmicas demográficas e socioeconómicas. O PDM de 2015 ambiciona dois objetivos estruturantes para o desenvolvimento do território concelhio: promover o desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento integrado das freguesias de menor densidade populacional, de forma a atingir um território mais cooperativo e integrado.

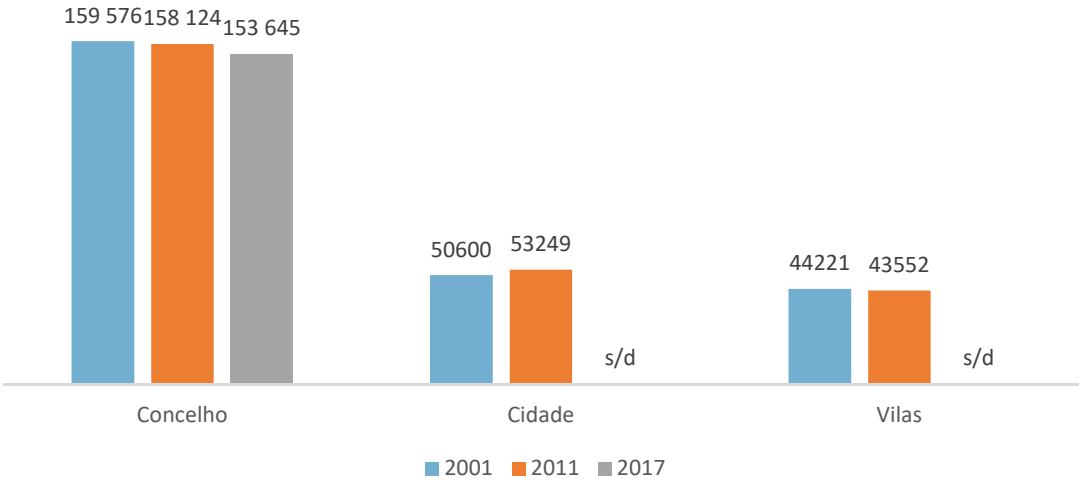

Gráfico 14 Evolução da população no concelho, cidade e vilas de Guimarães, nos anos de 2001, 2011 e 2017

Fonte: INE; CMG

Para os anos de execução do PDM 2015, apenas podemos aferir acerca da evolução da população para a totalidade do território concelhio, apontando-se para uma tendência de decréscimo populacional no concelho de -3,7% no período compreendido entre 2001 e 2017[8].

Contudo, o indicador refere-se aos aglomerados populacionais "cidade" e "vilas" e, para tal, recorreu-se aos dados relativos aos momentos censitários de 2001 e 2011 para explicar a evolução até aí verificada. Para a cidade, durante o período de execução do PDM de 2015, considera-se que em termos demográficos não se verificou nenhum acontecimento que alterasse a tendência confirmada até então. Contudo, para as vilas e para o mesmo período, pode-se apontar para uma ligeira tendência de incremento da população derivado dos primeiros sinais de desestagnação do investimento imobiliário, que tem vindo a concretizar-se num aumento de oferta habitacional.

A evolução da população, no período de 2001 a 2011, apresentada no Gráfico 14, reforça a afirmação da cidade de Guimarães no contexto concelhio, salientando a tendência de polarização do Concelho:

- A maior taxa de crescimento populacional verifica-se na cidade: 5,2% (entre 2001 e 2011);

[8] Estimativas da população.

- O maior peso populacional verifica-se na cidade: 33,7% (2011).

Estes números indicam a consolidação e densificação da primeira periferia da cidade de Guimarães em relação ao centro histórico e expansão da sua área urbana para norte e poente - Azurém, Creixomil, Costa, Fermentões, Mesão Frio, Silvares e Urgezes - motivada quer pelo investimento realizado em acessibilidades e equipamentos, quer pela oferta habitacional.

O peso populacional das vilas em relação ao território concelhio era, em 2011, de 27,5%, tendo para tal contribuído a consolidação das vilas de Brito, Caldas das Taipas, Ponte e Pevidém que se apresentam como estruturas intermédias de proximidade das freguesias à cidade, tendo sido realizada uma aposta no reforço da singularidade de cada uma delas e na nuclearização e valorização das suas áreas centrais, dotando-as de um conjunto de serviços e equipamentos complementares à cidade de Guimarães. O decréscimo populacional de 1,5% justifica-se por uma queda considerável das vilas de Moreira de Cónegos (-19%), Lordelo (-12%) e Serzedelo (-9%). Aponta-se como possíveis causas para este decréscimo:

- o progressivo envelhecimento da população, como consequência quer da diminuição do número de jovens, quer do aumento da população com 65 ou mais anos (tendência nacional);
- os movimentos migratórios inter-concelhios realizados sobretudo por jovens, para os concelhos de Vizela, Santo Tirso (principalmente para as freguesias de Vilas da Aves e S. Martinho do Campo) e Vila Nova de Famalicão (sobretudo para a freguesia de Riba d'Ave);
- o desinvestimento imobiliário (motivado sobretudo pela crise económica de 2008 e pelo "congelamento" de terrenos aptos para a construção), que se tem traduzido numa baixa significativa de oferta habitacional e num aumento dos preços das rendas.

Contudo, nos últimos anos (como apontado anteriormente), o aumento de oferta habitacional nestas vilas tem vindo a fixar população (sobretudo jovens), mostrando sinais de inversão da tendência verificada até 2011.

Tendência observada/evolução	Incremento para a cidade; ligeiro decréscimo para a vilas
Avaliação	O incremento populacional para a cidade associado ao ligeiro decréscimo populacional registado nas vilas, nos anos mais recentes justifica a avaliação **satisfatória** para este indicador.

	Contudo, as dinâmicas mais recentes verificadas nas vilas (sobretudo onde se verificou decréscimo populacional) apontam para uma tendência de incremento da população.

Indicador	Equipamentos criados na cidade e vilas de Guimarães
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	Nº
Metas/Objetivos	Aumentar
Horizonte temporal	Antes de 2015 e depois da entrada em vigor do PDM de 2015
Periodicidade	Anual

O FCD Coesão territorial inclui também as questões da equidade no acesso a equipamentos de utilização coletiva considerando as necessidades sociais e culturais da população e as perspetivas de evolução económico-social.

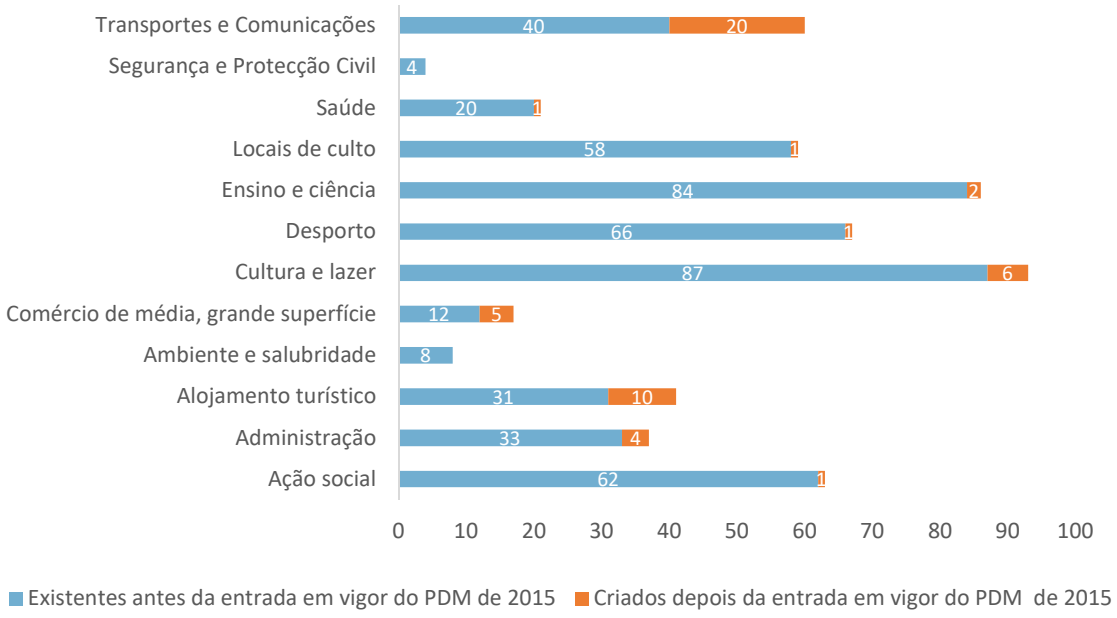

Gráfico 15 Evolução do número de equipamentos, por categoria, na cidade de Guimarães, antes e depois da entrada em vigor do PDM de 2015

Fonte: CMG

Como vimos, é na área da cidade de Guimarães que existe o maior peso em termos demográficos e aqui que se localizam todos os tipos de categorias de equipamentos (administração, alojamento turístico, saúde, ensino, desporto, etc.), abrangendo uma vasta área de influência.

Para o reforço da cidade de Guimarães em termos de oferta de equipamentos em muito contribuiu a elevação do Centro Histórico da Cidade de Guimarães à categoria de Património Cultural da Humanidade, bem como a distinção da cidade como Capital Europeia da Cultura que trouxe consigo a execução de projetos estruturantes, a saber:

- Plataforma das Artes e Criatividade;
- Veiga de Creixomil e sua área de lazer;
- Laboratório da Paisagem;
- CampUrbis;
- Centro Ciência Viva;
- Centro Avançado de Formação Pós-Graduada;
- Requalificação do Espaço Público;
- Regeneração Urbana do Monte Latito e Campo S. Mamede;
- Intervenção no conjunto urbano do Toural.

Igualmente, a cidade assistiu à consolidação e reforço de equipamentos que geram como efeito dominante um incremento de atratividade e oportunidades de novos investimentos e com expressão na melhoria da qualidade de vida dos habitantes, destacando-se, neste contexto, o papel do Pólo de Guimarães da Universidade do Minho, do Hospital de Guimarães (Hospital da Senhora da Oliveira), do Estádio de Futebol D. Afonso Henriques, do Guimarães Shopping e o Espaço Guimarães, do Pavilhão Multiusos e do Centro Cultural Vila Flor.

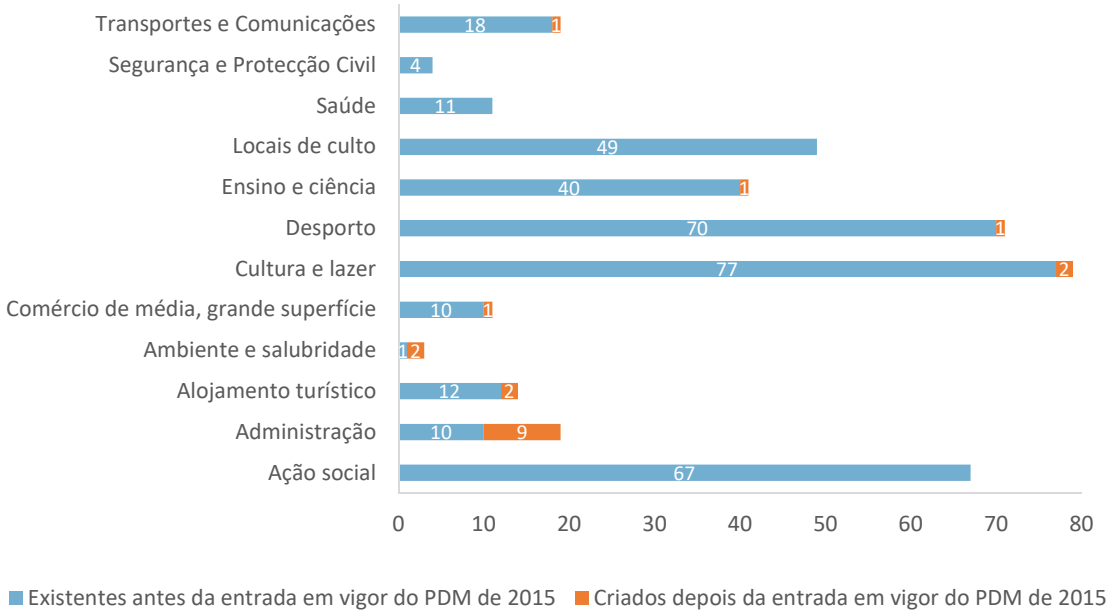

Gráfico 16 Evolução do número de equipamentos, por categoria, nas vilas do concelho, antes e depois da entrada em vigor do PDM de 2015

Fonte: CMG

Durante o período de execução do PDM de 2015, tem-se vindo a assistir ao reforço e consolidação das vilas dotando-as de um conjunto de equipamentos de uma área de influência média (Saúde, Ensino, Administração, Cultura…) complementares à cidade de Guimarães.

Para este reforço das vilas contribuem essencialmente os seguintes equipamentos:

- Na vila de Pevidém – feira, centro de saúde, comércio de média superfície e, mais recentemente a Academia de Música;
- Na vila das Caldas das Taipas – Termas (turismo termal), feira, feira grossista, centro de saúde, escola secundária, EB2/3, comércio de média superfície e alojamento local. A proximidade ao Parque de Ciência e Tecnologia (AvePark) é um fator a considerar.

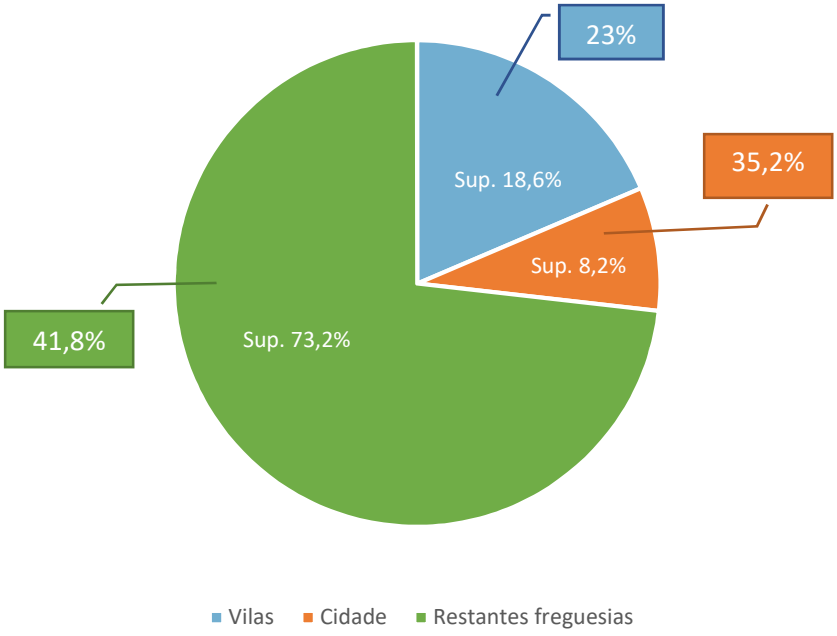

Gráfico 17 Percentagem de equipamentos existentes no concelho de Guimarães, em função da superfície de cada unidade territorial, depois da entrada em vigor do PDM de 2015

Fonte: CMG

Numa análise do Gráfico 17, percebe-se a discriminação positiva concedida à cidade e vilas sem, contudo, comprometer a localização de equipamentos básicos em todas as freguesias do concelho. Confirma-se, desta forma, a existência de uma hierarquia dos aglomerados, fruto da grande importância que os equipamentos protagonizam.

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	Apesar do PDM, por si só, não assegurar a concretização dos equipamentos previstos, a significativa evolução nos anos mais recentes justifica a avaliação **positiva** para este indicador.

8.1.1.2 Critério "Mobilidade"

Complementarmente, o FCD Coesão territorial visa promover a mobilidade para todos, através da redução das distâncias e das necessidades de deslocação, de uma repartição modal mais sustentável e uma melhor gestão da mobilidade, contribuindo para uma redução das emissões.

Indicador	Distribuição modal
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	%
Metas/Objetivos	Diminuir o uso do automóvel
Horizonte temporal	2012
Periodicidade	Anual

O padrão de mobilidade no concelho foi alvo de inquérito realizado no ano de 2012 através de um estudo concretizado no âmbito do projeto Quadrilátero[9]. Considera-se que, durante o período de vigência do PDM de 2015, os dados permanecem inalterados devido à inexistência de alterações significativas ao nível do uso e ocupação do solo.

51% da população reside a menos de 300 m de distância de Transportes Públicos (TP) com frequência inferior a 1 hora. O Transporte Individual (TI) é responsável por 43% das viagens, seguindo-se os Modos Suaves (MS) com 38% e as viagens em TP com 18%.

Para viagens com origem na cidade, o TI tem a maior cota de utilização com 56% (46% - condutor e 10% - passageiro), seguindo-se o modo pedonal (28%) e o modo TP (14%). O modo ciclável, incluído em “outro”, representa apenas 2% do total das viagens.

[9] O Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização é um projeto no âmbito da Associação de Municípios de Fins Específicos composta pelos Municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

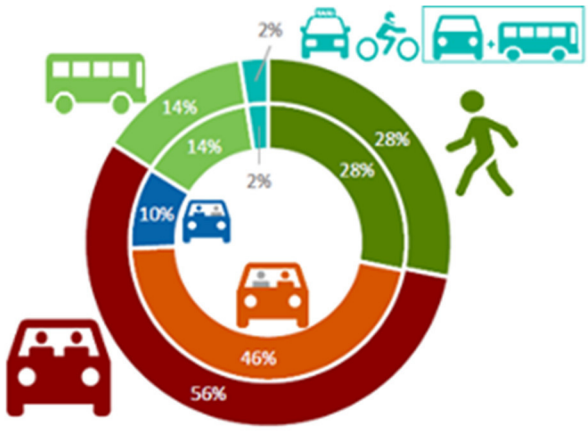

Gráfico 18 Repartição modal da população de Guimarães, em 2012

Fonte: Quadrilátero

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	O TI apresenta uma significativa preponderância em relação aos restantes modos de transporte, pelo que a avaliação para este indicador deverá ser **negativa**. Contudo, com a promoção da nuclearização e do sistema urbano policêntrico, a reorganização produtiva, a construção das primeiras ciclovias (ligações inter e intraconcelhias) e o investimento que tem sido realizado em infraestruturas de TP, Guimarães será capaz de melhorar o desempenho deste indicador transferindo viagens em TI com menos de 5 km, em MS e TP. O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Guimarães (2018), tem, neste contexto, um papel preponderante na medida em que reforça os MS e os TP em detrimento do TI e, simultaneamente, garante níveis de acessibilidade e mobilidade adequados, inclusão social, competitividade e qualidade de vida.

Indicador	Distribuição modal por motivo
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	%
Metas/Objetivos	Diminuir o uso do automóvel nas deslocações para o trabalho
Horizonte temporal	2001-2011
Periodicidade	Anual

Uma análise comparativa dos valores dos padrões de mobilidade (considerando movimentos casa-trabalho) da população residente para as freguesias na área municipal (de acordo com os Censos de 2001 e 2011), permite concluir uma grande evolução do TI (de 39% para 60%) face aos outros modos, e uma redução de 7% e 13% para o transporte coletivo rodoviário (TCR) e o modo pedonal, respetivamente. Estes dados revelam uma evolução pouco sustentável na escolha modal e refletem bem o desempenho passado no que à mobilidade diz respeito.

Não existindo dados mais recentes, considera-se que, durante o período de vigência do PDM de 2015, a tendência de evolução permanece pouco alterada devido à inexistência de transformações significativas ao nível do uso e ocupação do solo.

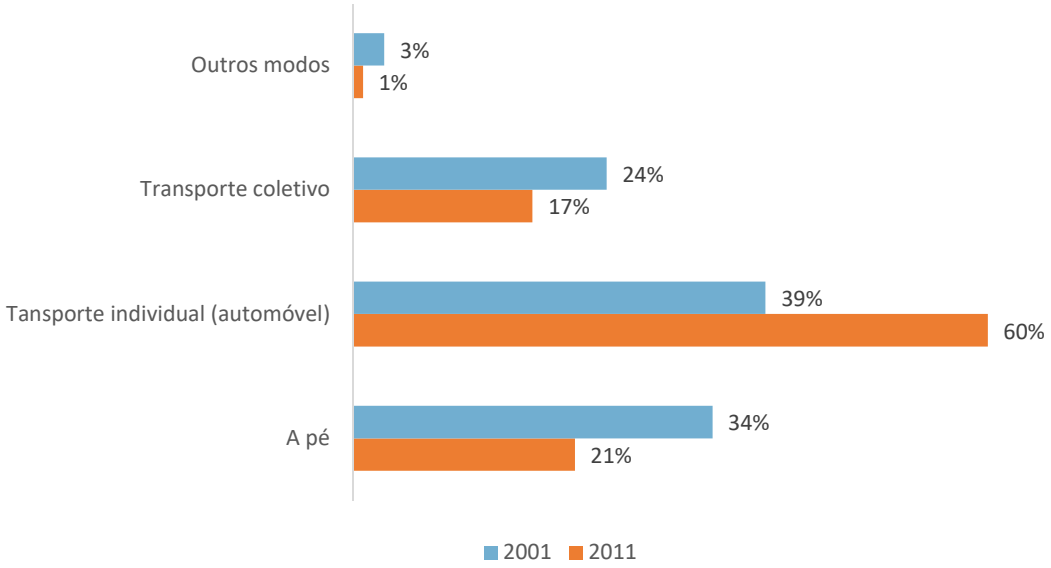

Gráfico 19 Repartição modal das viagens pendulares para as freguesias da cidade de Guimarães, nos anos de 2001 e 2011 (%)

Fonte: INE

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	Nas deslocações casa-trabalho, o TI apresenta uma significativa preponderância em relação aos restantes modos de transporte, pelo que a avaliação para este indicador deverá ser **negativa**. Com a promoção da nuclearização e do sistema urbano policêntrico, a reorganização produtiva, a construção das primeiras ciclovias (ligações inter e intraconcelhias) e o investimento equipamentos de proximidade e em infraestruturas de TP, Guimarães será capaz de melhorar o desempenho deste indicador transferindo viagens em TI com menos de 5 km, em MS e TP. O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Guimarães (2018), tem, neste contexto, um papel preponderante na medida em que reforça os MS e os TP em detrimento do TI e, simultaneamente, garante níveis de acessibilidade e mobilidade adequados, inclusão social, competitividade e qualidade de vida.

Indicador	Emissões de CO_2 - Transportes
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	t CO2/hab
Metas/Objetivos	Reduzir
Horizonte temporal	2015-2017
Periodicidade	Anual

No que diz respeito às emissões de CO_2 *per capita* relacionadas com o setor dos transportes, verifica-se uma tendência de decréscimo (-1,46% entre 2015 e 2017). Os últimos dados divulgados pela Agência Europeia do Ambiente indicam que, em contexto europeu, Portugal surge em primeiro lugar quando se fala em eficiência de automóveis novos, com uma frota automóvel nova mais eficiente e com menores emissões de poluentes. A forma de cálculo do imposto é decisiva na compra de veículos mais amigos do ambiente (o imposto pesa o CO_2 em 30%). A juntar à tendência nacional, nos últimos anos, o município tem aplicado várias medidas para reduzir as emissões de carbono, nomeadamente através da divulgação dos veículos híbridos e elétricos e da promoção de meios de transporte alternativos ao automóvel.

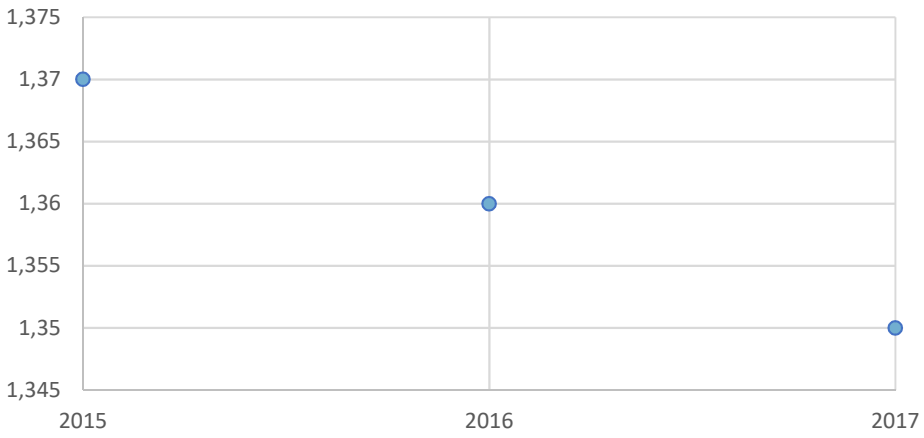

Gráfico 20 Emissões de CO_2/*per capita* - Transportes t CO2/hab, nos anos de 2015, 2016 e 2017

Fonte: Plano de Ação para a Energia Sustentável de Guimarães, 2017

Tendência observada/evolução	Decréscimo
Avaliação	Apesar do TI apresentar uma significativa preponderância em relação aos restantes modos de transporte, a renovação da frota automóvel (verificada nos últimos anos) com maior eficiência e com menores emissões de poluentes, justifica o significativo decréscimo de emissões de CO2, contribuindo para uma avaliação **positiva** para este indicador.

8.1.1.3 Critério "Infraestruturas de saneamento básico"

As redes de água e saneamento são infraestruturas essenciais para a qualidade de vida das populações e por isso constituem um importante ativo em matéria de coesão territorial.

Indicador	Cobertura da rede de abastecimento de água e da rede de drenagem de águas residuais
Fonte de dados	Vimágua
Unidade de medida	%
Metas/Objetivos	Aumentar
Horizonte temporal	22 de junho de 2015 a 31 de setembro de 2017
Periodicidade	Anual

A Vimágua, EIM, SA é a entidade gestora dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais dos Municípios de Guimarães e Vizela e tem vindo a realizar um trabalho de maximização das infraestruturas habilitantes para construções já instaladas no terreno.

No que se refere à cobertura total do concelho das redes de abastecimento de água e das redes de drenagem de águas residuais (aproximadamente 98% e 90%, respetivamente, para o ano de 2017), é possível constatar (Gráfico 21) uma evolução positiva rumo às metas definidas para este indicador, devido sobretudo:

- aos investimentos realizados para a extensão do sistema abastecimento de água e do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais;
- à hierarquização dos aglomerados urbanos com efeitos sobre o destino dos investimentos em infraestruturas de saneamento básico;
- à contenção do povoamento difuso, com impactes positivos muito significativos no acesso às infraestruturas de saneamento básico.

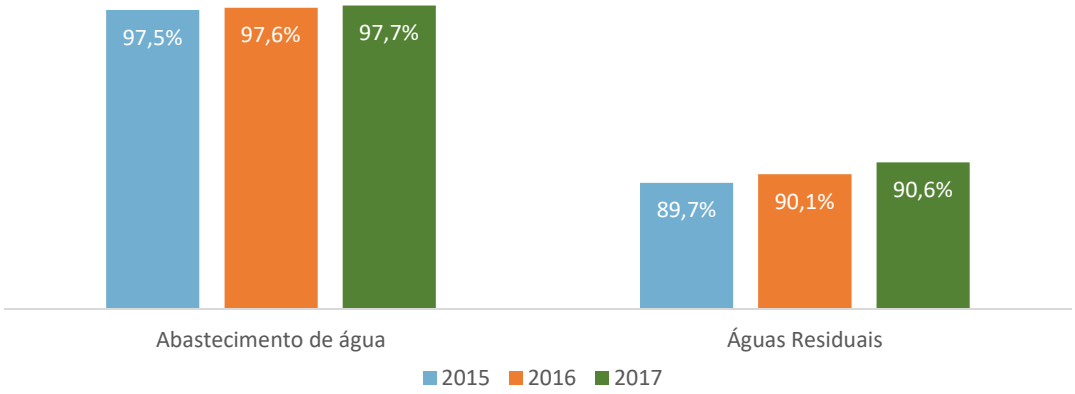

Gráfico 21 Evolução das taxas de cobertura da rede de abastecimento de água e da rede de drenagem de águas residuais, nos anos de 2015, 2016 e 2017 (%)

Fonte: Vimágua

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	Ao programar áreas urbanas tendo em conta redes de drenagem de águas residuais e abastecimento de água existentes e programadas e a rentabilização das redes, o PDM assume um papel preponderante na otimização destas infraestruturas. O incremento das taxas de cobertura nos anos mais recentes justifica a avaliação **positiva** para este indicador.

8.1.1.4 FCD Coesão Territorial - Conclusão

Durante o período de execução do PDM de 2015, a aferição da coesão territorial permitiu concluir, de uma forma genérica, o seguinte:

- A afirmação da cidade de Guimarães;
- A consolidação das vilas de Brito, Caldas das Taipas, Ponte e Pevidém, suscetível de desencadear efeitos de sinergia em freguesias menos favorecidas;
- Fragilidades na estruturação urbana das vilas de Moreira de Cónegos, Lordelo e Serzedelo;
- Aumento da área de influência dos equipamentos e das infraestruturas, com redução do tempo médio das deslocações;
- Maior acessibilidade às infraestruturas de saneamento básico.

8.1.2 Património Paisagístico e Cultural

<table>
<tr><th>FCD</th><th colspan="3">Património Paisagístico e Cultural</th></tr>
<tr><td>Definição</td><td colspan="3">O património paisagístico e cultural, considerados como suporte da memória coletiva e como elemento formador das identidades territoriais e da cultura de um país, representa hoje um incentivo crucial para as regiões pela sua qualidade, diversidade e originalidade. É neste contexto, que se pretende avaliar de que forma estão salvaguardados e valorizados os elementos fundamentais que estabelecem este FCD.

É objetivo deste FCD a proteção e valorização do património concelhio, enquanto fator de diferenciação territorial e preservação da identidade concelhia.</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Critérios</td><td>Património arquitetónico</td><td rowspan="3">Objetivos de sustentabilidade</td><td>· Preservação e valorização do património arquitetónico</td></tr>
<tr><td>Património arqueológico</td><td>· Preservação e valorização do património arqueológico</td></tr>
<tr><td>Identidade</td><td>· Reforço da identidade do território
· Proteger o carácter e a diversidade da paisagem</td></tr>
</table>

8.1.2.1 Critério "Património arquitetónico"

Indicador	Imóveis classificados e em vias de classificação
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	Número
Metas/Objetivos	Aumentar
Horizonte temporal	22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018
Periodicidade	Anual

O FCD Património Paisagístico e Cultural inclui estratégias de preservação e valorização patrimonial que possam contribuir para a diversidade e qualificação dos lugares, aumentando a sua atratividade e reforçando a sua autenticidade, de modo a provocar um efeito significativo na dinamização do modelo territorial.

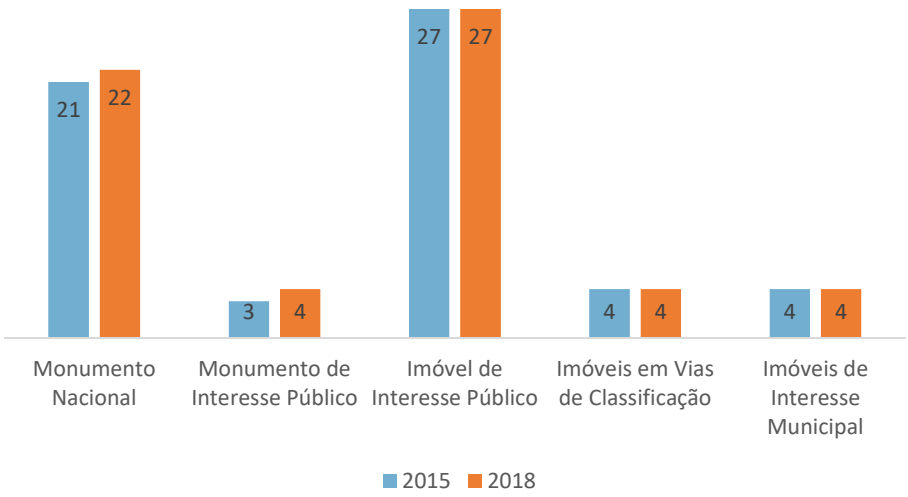

Gráfico 22 Número de Imóveis/conjuntos classificados e em vias de classificação, nos anos de 2015 e 2018

Fonte: CMG; DRCN

Ao longo do espaço temporal analisado (entre 2015 e 2018) verificou-se um incremento de imóveis classificados e em vias de classificação (59 para 61). Dos 61 imóveis classificados inventariados em 2018, verificaram-se as seguintes alterações da categoria de proteção em relação a 2015:

- Casa e Quinta do Ribeiro, em Selho São Cristóvão, viu alterada a categoria de proteção de imóvel em vias de classificação para Monumento de Interesse Público;
- Santuário de Santa Maria Madalena da Falperra, na Falperra (integra parcialmente a freguesia de Longos), viu alterada a categoria de proteção de Imóveis em vias de classificação para Monumento Nacional;
- Abertura do procedimento de classificação para Imóvel em Vias de Classificação do Posto duplo de abastecimento de combustíveis de Covas, em Creixomil;
- Abertura do procedimento de classificação para Imóvel em Vias de Classificação da Casa e Quinta da Covilhã, no lugar da Covilhã, em Fermentões;
- Abertura do procedimento de classificação para Imóvel de Interesse Municipal da «Casa Mota-Prego ou Casa dos Carvalhos», na UF Oliveira, São Paio e São Sebastião.

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	O reforço da classificação do património monumental de Guimarães nos anos mais recentes justifica a avaliação **positiva** para este indicador.

Indicador	Intervenções no património classificado
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	Número
Metas/Objetivos	Aumentar
Horizonte temporal	22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018
Periodicidade	Anual

Com vista à preservação e valorização do património arquitetónico, no período de vigência do PDM de 2015, verificaram-se as seguintes principais intervenções nos elementos patrimoniais classificados:

Designação	Intervenções
Castelo de Guimarães	Conservação (Intervenções pontuais)
Muralhas de Guimarães	Conservação (Intervenções pontuais)
Paço dos Duques de Bragança	Conservação (Intervenções pontuais)
Centro Histórico de Guimarães	Alteração e conservação
	Demolição, alteração e conservação
	Demolição e alteração
Igreja e Oratórios de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos	Restauro
Capela de Nossa Senhora da Conceição	Restauro

Tabela 15 Número de intervenções no património classificado, de 22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018

Fonte: CMG

Tendência observada/evolução	_
Avaliação	Embora não existindo dados quantitativos que possam aferir a sua execução podemos afirmar que as ações de preservação e valorização do património construído é uma tarefa a longo prazo e constitui uma preocupação constante nas políticas de desenvolvimento estratégico do município.

8.1.2.2 Critério "Património arqueológico"

Indicador	Sítios arqueológicos classificados
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	Número
Metas/Objetivos	Aumentar
Horizonte temporal	22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018
Periodicidade	Anual

O património arqueológico identificado em Guimarães integra todos os vestígios e bens encontrados no subsolo ou à superfície que permitam melhor conhecer a história do concelho.

Não obstante estarem inventariados 210 sítios arqueológicos, apenas 4 merecem estatuto nacional de proteção (Tabela 17), sendo que ao longo do período de execução do PDM de 2015, não houve lugar a novas classificações de património arqueológico.

Designação	**Categoria de proteção**	**Tipologia**
Lápide das Taipas (Ara de Trajano)	Monumento Nacional	Inscrição
Via romana de Braga a Guimarães (2 marcos miliários, Série Capela)	Monumento Nacional	Miliário
Citânia de Briteiros	Monumento Nacional	Povoado Fortificado
Estação arqueológica da Penha	IIP - Imóvel de Interesse Público	Povoado

Tabela 17 Número de sítios arqueológicos classificados, em 2018

Fonte: CMG; DRCN

Tendência observada/evolução	Sem alteração
Avaliação	Nos anos mais recentes, não se tem verificado um reforço na classificação do património arqueológico de Guimarães.

8.1.2.3 Critério "Identidade"

Indicador	Ações de promoção da paisagem de Guimarães
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	Número
Metas/Objetivos	-
Horizonte temporal	22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018
Periodicidade	Anual

As características particulares do território concelhio, associado ao modelo difuso e o conceito policêntrico estabelecido no PDM, tornam essencial o desenvolvimento de ações de promoção e valorização da paisagem do território.

As principais áreas verdes são protegidas nos termos do PDM de 2015, a área de construção é reduzida em 26% e o planeamento baseia-se nos elementos naturais e ecológicos e são preservados os corredores e os sistemas ecológicos.

Guimarães está ainda comprometida em promover a qualidade da sua paisagem, destacando-se as seguintes ações:

- Agenda 21 Local (documento de 2005, revisto em 2014);
- Plano de Gestão dos Espaços Verdes que resultou na certificação ambiental de áreas verdes urbanas (2016);
- Plantação anual de 2 mil novas árvores em contexto urbano, reforçando a ligação património cultural/histórico e natureza (em curso);
- Classificação de vários exemplares de árvores/ arvoredos (em curso);
- Classificação de áreas de interesse identificadas (classificação da Montanha da Penha como Área Protegida a nível local, em curso);
- Desenvolvimento do projeto «Rede de Percursos de Natureza» (em curso), que se juntam aos percursos já existentes;
- O Plano de Ação de Despoluição do Rio Ave, bem como o Plano de Ação de Despoluição do Rio Vizela (em curso);
- Projeto de reabilitação e valorização dos Rios Vizela, Bugio e Ferro, da nascente até à foz (em curso);
- Educação e mobilização no âmbito do compromisso Guimarães mais Verde e do Programa de Educação para a Sustentabilidade Ambiental – PEGADAS (em curso):
    - Para promover a eliminação de espécies invasoras;
    - Para plantar 15 mil árvores autóctones – Guimarães mais Floresta - com a participação da comunidade/empresas;
    - Para preservar a biodiversidade local - Brigadas Verdes: grupos de voluntários de todas as freguesias;
- Sensibilização e Educação em Paisagem:
    - Postais Ilustrados (Considerada World Inspiring Case pela Bernard van Leer);
    - Exposição Arte da Terra;
    - Paisagem Aprendizagem territorial;
    - Seminário Internacional Arte e Paisagem;
- Plano de Paisagem - avaliação da paisagem quanto à sua qualidade, políticas e medidas de proteção aplicáveis, gestão e/ou planeamento:
    - Ação 2 – Análise e Diagnóstico da paisagem (em curso): Inquérito à Paisagem (trabalho com cada uma das freguesias do concelho) que visa a identificação de valores paisagísticos no âmbito local (naturais e culturais). Este inquérito é o

reflexo da Participação em Paisagem e foi desenhado considerando as boas práticas e os modelos de participação em paisagem aplicados noutras realidades europeias que aplicam da Convenção Europeia da Paisagem;

- Projeto Heréditas - base de dados do Património Cultural e Natural de Guimarães (em curso);
- Programa Intermunicipal de Salvaguarda da Paisagem dos Sacromontes - Programa "pioneiro" para salvaguarda da paisagem dos Sacro Montes (em curso).

Tendência observada/evolução	_
Avaliação	Dar prioridade à paisagem é um pilar fundamental nas opções estratégicas do município.

8.1.2.4 FCD Património Paisagístico e Cultural - Conclusão

Durante o período de execução do PDM de 2015, a aferição FCD Património Paisagístico e Cultural permitiu concluir, de uma forma genérica, o seguinte:

- A importância que Guimarães tem na história tem imposto uma continua e acérrima estratégia municipal de defesa do património cultural e paisagístico voltada para um conjunto de ações/procedimentos com vista a preservar e valorizar as riquezas patrimoniais do território concelhio.

8.1.3 Recursos naturais

<table>
<tr><th>FCD</th><th colspan="3">Recursos naturais</th></tr>
<tr><td>Definição</td><td colspan="3">A preservação dos recursos naturais é uma necessidade premente, uma vez que dela depende a biodiversidade e, consequentemente, a manutenção de códigos genéticos únicos, essenciais para:

· Desenvolvimento de medicamentos;
· Produção de alimentos;
· Diversas atividades económicas, nomeadamente o turismo.
A biodiversidade não só fornece os referidos benefícios diretos, como também garante um sistema de suporte da vida. Ela é exigida para a reciclagem dos elementos essenciais, como o carbono, o oxigénio e o azoto. É igualmente responsável por mitigar a poluição, proteger os lençóis de água, combater a erosão dos solos, prevenção de riscos naturais e atua como um tampão relativamente às variações do clima.</td></tr>
<tr><td rowspan="5">Critérios</td><td>Riscos naturais</td><td rowspan="5">Objetivos de sustentabilidade</td><td>· Proteger pessoas e bens</td></tr>
<tr><td>Floresta</td><td>· Controlar as monoculturas de espécies de rápido crescimento e as invasoras lenhosas
· Proteção das espécies florestais autóctones e das folhosas de folha caduca
· Defesa da floresta contra incêndios</td></tr>
<tr><td>Solo</td><td>· Salvaguarda dos solos pedologicamente evoluídos
· Racionalizar a expansão urbana
· Controlar a impermeabilização dos solos</td></tr>
<tr><td>Recursos hídricos</td><td>· Proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens</td></tr>
<tr><td>Fragmentação de ecossistemas</td><td>· Evitar a fragmentação de habitats e promover a obtenção do continuum naturale</td></tr>
</table>

8.1.3.1 Critério “Riscos naturais”

Indicador	Edificações em áreas inundáveis
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	Número
Metas/Objetivos	-
Horizonte temporal	22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018
Periodicidade	Anual

A intenção deste indicador é o de fazer convergir preocupações de desenvolvimento urbano com as preocupações de garantir a segurança de pessoas e bens[10]. Para isto, não basta as áreas inundáveis constituírem uma condicionante na definição do modelo de organização do território do PDM. A prática de urbanização deverá assegurar a manutenção do escoamento ao nível do pré-existente ao mesmo tempo que se promovem soluções de ocupação que permitam a infiltração e ou retenção do escoamento excedente.

Não sendo possível estabelecer comparação com cenários anteriores, uma vez que a delimitação das zonas inundáveis só aconteceu com a publicação do PDM de 2015, podemos afirmar que as novas edificações, em zonas inundáveis, são muito pontuais (9) e respondem ao consagrado no regulamento do PDM: acontecem em áreas urbanas consolidadas e em situações de colmatação.

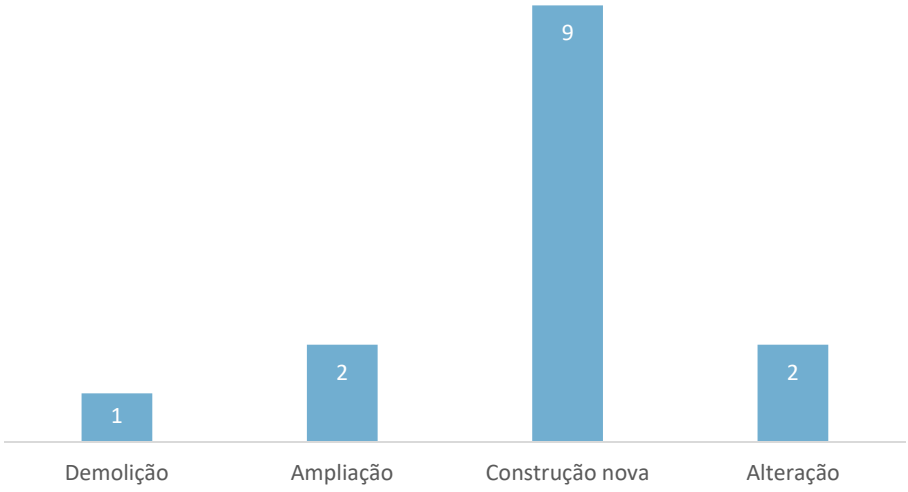

Gráfico 23 Número de edificações em áreas inundáveis, de 22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018

Fonte: CMG

Tendência observada/evolução	Decréscimo
Avaliação	A análise deste indicador indica uma tendência de fazer convergir preocupações de desenvolvimento urbano com as preocupações de garantir a segurança de pessoas e bens, justificando uma avaliação **positiva** para este indicador.

[10] Note-se que, na avaliação da evolução do risco climático para os principais impactos associados a eventos climáticos com consequências para o município de Guimarães, conclui-se que os riscos climáticos que apresentam um potencial de aumento mais acentuado e preocupante (mais prioritários), são os relacionados com a precipitação excessiva/cheias/inundações/danos (Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Guimarães).

8.1.3.2 Critério "Floresta"

Indicador	Área florestal
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	ha
Metas/Objetivos	-
Horizonte temporal	2015 a 2017
Periodicidade	Anual

A área florestal do concelho de Guimarães é bastante extensa, abrangendo cerca de 37,2% do território concelhio (89,7 km^2).

Ao longo do período de execução do PDM de 2015, tem vindo a verificar-se um aumento da área florestal (1,3%), devido sobretudo a expensas da ocupação de solo agrícola. A este facto não são alheias as condicionantes à edificação em áreas de solo florestal fixadas quer no PDM quer no PMDFCI.

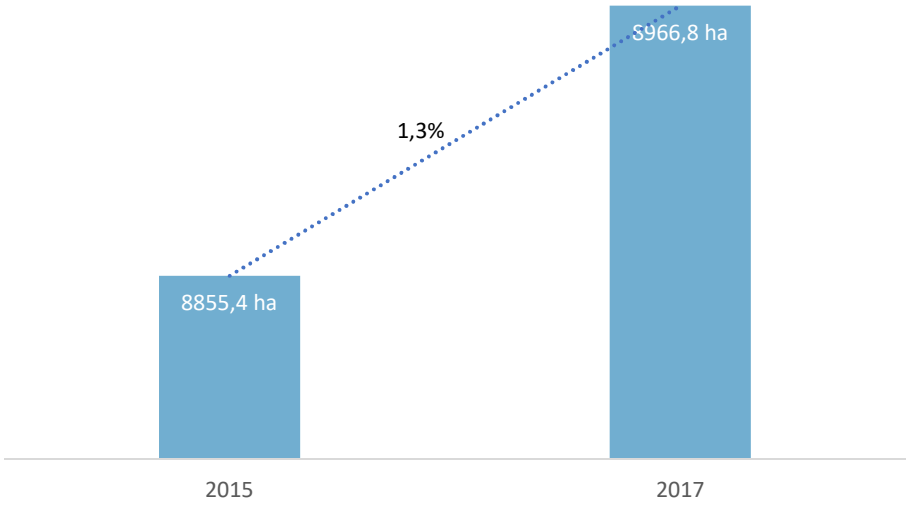

Gráfico 24 Evolução da área florestal, nos anos de 2015 a 2017

Fonte: DGT, CMG

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	O significativo aumento da área florestal nos anos mais recentes justifica a avaliação **positiva** para este indicador.

Indicador	Povoamentos florestais de eucalipto e de pinheiro-bravo
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	ha
Metas/Objetivos	Diminuir
Horizonte temporal	2015 a 2017
Periodicidade	Anual

Constitui objetivo do PDM a proteção da floresta através de ações que privilegiem a conservação dos valores e recursos naturais como o solo, a água e a biodiversidade.

Neste esquema tripartido do solo florestal (Gráfico 25), verifica-se um contínuo crescimento e domínio do eucalipto que ocorre principalmente em detrimento do pinheiro-bravo, resultado essencialmente da regeneração descontrolada do eucalipto em área ardida.

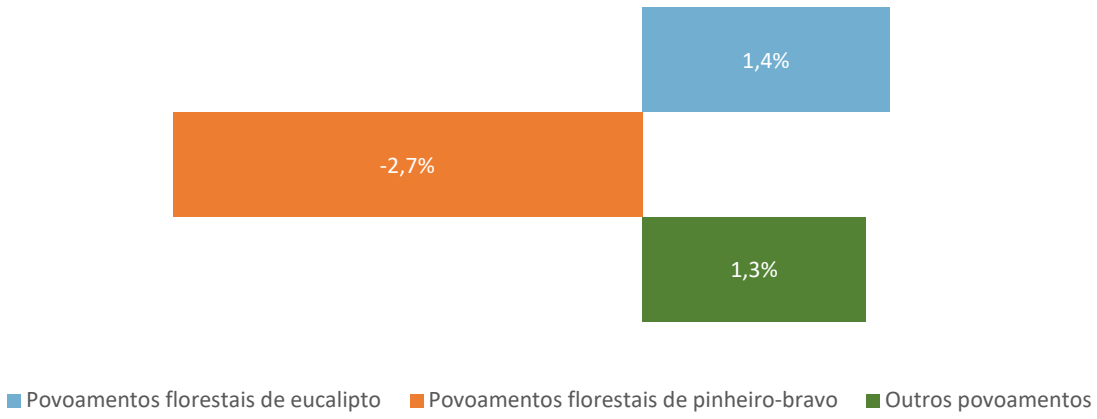

Gráfico 25 Evolução dos povoamentos florestais de eucalipto e de pinheiro-bravo, nos anos de 2015 a 2017 (%)

Fonte: DGT, CMG

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	O contínuo aumento dos povoamentos florestais de eucalipto em detrimento dos povoamentos florestais de pinheiro-bravo justifica a avaliação **negativa** para este indicador. Espera-se, a curto prazo, uma diminuição dos povoamentos florestais destas duas espécies a favor de um aumento de espécies autóctones, de entre as quais se destaca o carvalho-alvarinho, o castanheiro, a azinheira, o sobreiro, o medronheiro e a oliveira. Conclui-se a necessidade de uma intervenção mais eficiente na gestão florestal através, nomeadamente do desenvolvimento e implementação do Plano Municipal de Ordenamento da Floresta.

Indicador	Ocorrências de incêndios florestais e área ardida
Fonte de dados	CMG; ICNF
Unidade de medida	Número; ha
Metas/Objetivos	Diminuir
Horizonte temporal	2015 a 2017
Periodicidade	Anual

Constitui objetivo do PDM a proteção da floresta através da prevenção florestal onde se pretende diminuir o número de incêndios florestais e a sua incidência em termos de área ardida.

De acordo com os dados disponibilizados pelo ICNF, no período compreendido entre janeiro de 2015 e outubro de 2018, foram registadas um total de 159 ocorrências (28 em 2015, 80 em 2016, 25 em 2017 e 26 em 2018) que resultaram em 1575,84 hectares de área ardida.

O ano de 2016 destaca-se pelo número de ocorrências (80) bem como pela dimensão da área ardida (567,3 ha).

O ano de 2017 apresenta valores mais baixos em número de ocorrências em relação ao ano anterior, mas valores muito semelhantes em termos de área ardida.

O ano de 2018[11] destaca-se neste contexto, com os valores mais baixos em termos de área ardida registados no período em análise (45,3ha).

Comparando os valores do ano de 2015 com o último ano de 2018 destaca-se que se registaram menos 7% de ocorrências e que em 2018 ardeu menos 89% da área em relação ao ano de 2015.

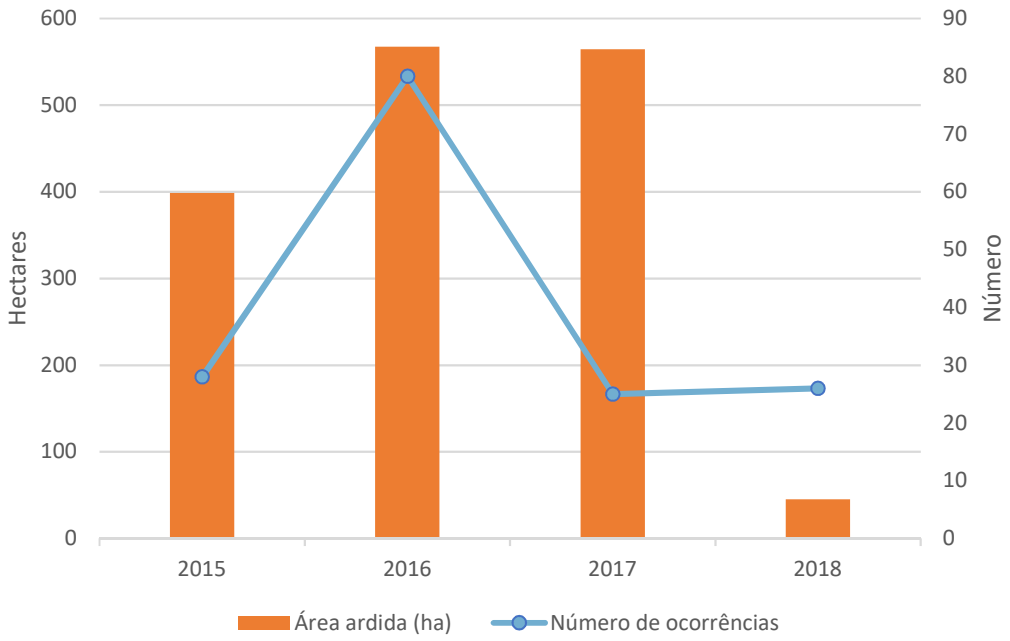

Gráfico 26 Evolução do número anual de ocorrências de incêndios florestais e da área ardida total (povoamentos e matos), nos anos de 2015 a 2018

Fonte: ICNF; CDOS

No sentido de avaliar a eficácia dos objetivos do Plano, neste eixo estratégico, foram registadas algumas alterações entre o ano 2015 e 2018, que se traduziram sobretudo numa diminuição da área ardida devido à prática das seguintes medidas preventivas aplicadas pelo município:

1. Diminuição da carga combustível;
2. Aumento das áreas de limpeza marginais com a notificação do GTF aos proprietários florestais;
3. Aumento das áreas de gestão de combustíveis das infraestruturas rodoviárias;
4. Deteção precoce dos incêndios;
5. Sensibilização da população para o correto uso do fogo;

[11] Dados provisórios.

6. Operacionalização do PMDFCI 2015 - as medidas preventivas contra incêndios são as constantes do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, PMDFCI, e que fazem parte integrante do PDM.
7. Operacionalização do Plano Operacional Municipal, POM, 2016.

Tendência observada/evolução	Decréscimo
Avaliação	Apesar do PDM, por si só, não assegurar a concretização deste objetivo, o significativo decréscimo de área ardida justifica a avaliação **positiva** para este indicador.

8.1.3.3 Critério "Solo"

Indicador	Construções em RAN e REN
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	Número
Metas/Objetivos	
Horizonte temporal	22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018
Periodicidade	Anual

A Reserva Agrícola Nacional, bem como a Reserva Ecológica Nacional constituem instrumentos da política de ordenamento do território fundamentais para garantir um correto ordenamento do espaço, permitindo salvaguardar os solos pedologicamente evoluídos, racionalizar a expansão urbana, controlar a impermeabilização dos solos, bem como proteger os valores e recursos naturais, garantindo a estabilidade ecológica.

Em áreas de RAN e de REN as construções implantadas no período de vigência do PDM (43 em RAN e 27 em REN), com a prévia autorização de inutilização de solo agrícola da entidade tutelar, limitaram-se às seguintes situações:

- Construção de instalações de apoio à produção, transformação e exploração de produtos agrícolas, pecuários ou silvícolas (na RAN);

- Construções que se destinem exclusivamente à gestão, transformação de produtos florestais e à deteção e combate aos incêndios florestais (na REN);
- ampliações de edificações existentes;
- novas construções, de acordo com a área mínima de parcela exigida em regulamento.

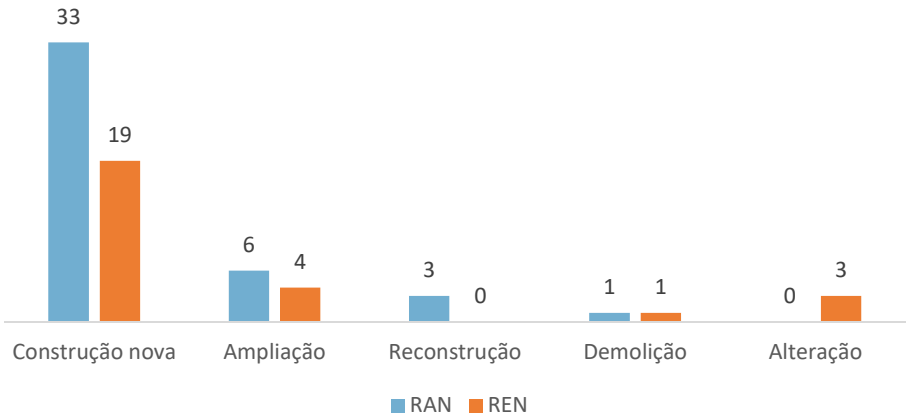

Gráfico 27 Número de construções em RAN e REN, de 22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018

Fonte: CMG

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	Constituindo instrumentos que têm permitido controlar as formas de urbanização (restrições ao uso do solo), salvaguardando os valores ecológicos e o Homem, a avaliação terá de ser **positiva** para este indicador.

8.1.3.4 Critério "Fragmentação de ecossistemas"

Indicador	Estrutura Ecológica Municipal
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	-
Metas/Objetivos	-
Horizonte temporal	-
Periodicidade	Anual

A Estrutura Ecológica Municipal do concelho de Guimarães, representa cerca de 72% e consiste na "identificação, preservação e promoção de componentes biofísicas, interligando e valorizando os sistemas naturais e culturais através do reconhecimento unidades da paisagem marcantes no território concelhio, com vista à integração destes sistemas, garantindo a sua continuidade e o funcionamento entre eles."

Não sendo possível estabelecer comparação com cenários anteriores, uma vez que a delimitação Estrutura Ecológica Municipal só aconteceu com a publicação do PDM de 2015, podemos afirmar que dos 408 processos com alvará de licença, no período de execução do PDM, 135 dizem respeito a novas construções que incluíram de raiz preocupações com a componente da valorização ambiental e paisagística.

Tendência observada/evolução	_
Avaliação	Embora não existindo dados quantitativos que possam aferir a sua execução podemos afirmar que a EEM tende a constituir um instrumento cada vez mais eficaz para re-focalizar a política urbanística e a política ambiental, contribuindo para uma gestão urbanística mais atenta, coerente e qualificada.

8.1.3.5 FCD Recursos Naturais - Conclusão

Durante o período de execução do PDM de 2015, a aferição do FCD Recursos Naturais permitiu concluir, de uma forma genérica, o seguinte:

- O crescimento urbano do território concelhio não tem contribuído para agravar a ocorrência de inundações urbanas;
- A frequência do aparecimento de espécies invasoras, fruto dos incêndios florestais e de uma gestão silvícola pouco eficiente, tem originado composições com grande suscetibilidade à deflagração e propagação de incêndios;
- A proliferação do eucalipto o que reduz significativamente a contribuição da floresta para a conservação dos recursos naturais;

· A Estrutura Ecológica Municipal, a Reserva Ecológica Nacional e a Reserva Agrícola Nacional como principais figuras que têm contribuído para a qualificação ambiental do território concelhio;

8.1.4 Geração de valor

FCD	**Geração de valor**		
Definição	A instauração da nova ordem económica determinada fundamentalmente pela globalização dos mercados obriga a pensar sobre estratégias de promoção dos territórios que ressaltem todos os atrativos da sua oferta e os diferenciem. Neste contexto, o presente FCD aborda o capital de recursos naturais, humanos e infraestruturais relevantes para a geração de valor no concelho, pelo que está intimamente relacionado com os anteriores FCD.		
Critérios	Atratividade	**Objetivos de sustentabilidade**	· Captação de investimento
	Especificidades territoriais		· Valorização dos recursos específicos
	Âncoras de desenvolvimento		· Aproveitamento do potencial que decorre da existência de estruturas como a Universidade do Minho e o Parque de ciência e Tecnologia

8.1.4.1 Critério "Atratividade"

Indicador	Empresas criadas no Concelho de Guimarães
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	Nº
Metas/Objetivos	Aumentar
Horizonte temporal	2008-2016
Periodicidade	Anual

Desde o ano de 2008 até ao ano de 2016, o Concelho de Guimarães registou um incremento no nº de empresas na ordem dos 3,2%. Em 2016, as atividades com maior peso são o comércio por grosso e a retalho (24,1%) e a indústria transformadora (14,4%).

Nos últimos anos, as atividades com melhor saldo positivo são o comércio e as atividades imobiliárias.

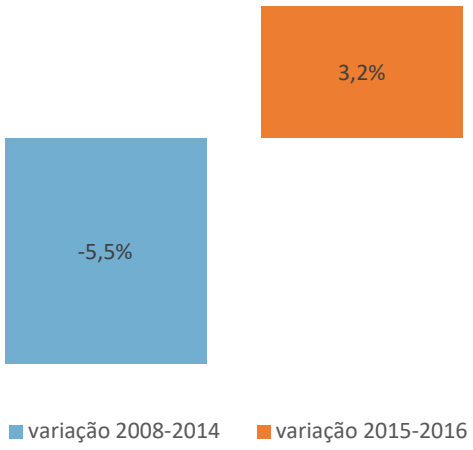

Gráfico 28 Evolução do número de empresas no Concelho de Guimarães, nos anos de 2008 a 2016

Fonte: INE

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	A análise deste indicador indica um saldo **positivo**, destacando-se o papel da estratégia para o desenvolvimento económico preconizada pelo município, essencialmente a partir de 2014.

8.1.4.2 Critério "Especificidades territoriais"

Indicador	Funções de referência instaladas na cidade de Guimarães
Fonte de dados	CMG
Unidade de medida	Número
Metas/Objetivos	Aumentar
Horizonte temporal	22 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2018
Periodicidade	Anual

Neste indicador pretende-se abordar Guimarães pela sua afirmação pela qualidade urbana, associada a um quadro funcional diferenciador e atrativo.

Logo à partida, surge a imagem da cidade ao facto "aqui nasceu Portugal", a classificação do centro histórico como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO e o grande volume de imóveis classificados, como elementos que traduzem o forte papel que o património monumental e histórico assume, constitui também um fator de valorização de Guimarães.

Para além da revitalização do centro histórico, e do (re)uso do edificado para instalar funções de referência (Centro Cultural de Vila Flor, Complexo Multifuncional de Couros, Biblioteca, Câmara Municipal, Posto de Turismo, Museus, Pousada, etc.), localizaram-se ao longos dos últimos anos, nas novas áreas de crescimento contíguas à cidade velha, o Pólo de Azurém da Universidade do Minho, o Hospital, o Pavilhão Multiusos, a Cidade Desportiva, o Estádio Afonso Henriques, os centros comerciais e a Estação de Camionagem, o Parque da Cidade e o Teleférico da Penha, a Pousada de Santa Marinha da Costa, a renovação da estação dos CF e os novos hotéis.

Mais recentemente, Guimarães tem fixado um conjunto de 18 novas funções de referência que (re)marcam uma condição urbana singular e com grande potencial de atratividade:

Ano	Identificação	Local	Descrição
2015	Centro Ciência Viva de Guimarães – Curtir Ciência	Cidade: UF Oliveira, São Paio e São Sebastião	O Centro Ciência Viva de Guimarães promove a cultura científica e tecnológica, designadamente ao nível da educação e fomenta a motivação para a aprendizagem científica que decorre no contato precoce com conhecimento científico, seus agentes e processos.
	Universidade das Nações Unidas		A UNU é uma instituição de referência mundial para o ensino e investigação no domínio do governo eletrónico que tem como anfitriã a Universidade do Minho. Trata-se de um laboratório de ideias global ("think tank") e uma organização de ensino de pós-graduação estabelecida em 1972 por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas.
	Campus de Couros		O Campus de Couros é a extensão citadina do Campus de Azurém, onde estão instalados cursos de outros domínios artísticos, nomeadamente o curso de teatro, o curso de Design de produto e o Centro Avançado de Formação Pós-Graduada,

			ambos instalados em antigas fábricas de curtumes.
	Pólo de Guimarães do Instituto Politécnico do Cávado e Ave	Barco	Este pólo aumenta a oferta de formação profissional permanente em Guimarães, estabelecendo a interação do ensino superior com o tecido empresarial, bem como a prestação de serviços nas áreas científicas e tecnológicas à comunidade envolvente e, em especial, aos jovens, empresários, empresas e seus trabalhadores.
2016	Academia de Música Comendador Albano Coelho Lima	Cidade: Selho S. Jorge	A Academia de Música Comendador Albano Abreu Coelho Lima (AMCAACL), é uma sucessão da Escola de Música da Sociedade Musical de Pevidém (SMP). Ao longo de toda a sua história a SMP teve como um dos seus principais objetivos formar os seus próprios músicos. Promover a divulgação cultural e artística através de concertos, audições escolares e intercâmbios com outras Escolas de Música do País. Poderá ainda organizar outras atividades ligadas à música.
	Reabilitação do Largo de Donães	Cidade: UF Oliveira, São Paio e São Sebastião	Reabilitação do Largo de Donães, no Centro Histórico, sendo devolvido à fruição pública um quarteirão situado entre a Rua da Rainha e a Rua Egas Moniz.
	Casa da Memória de Guimarães		A Casa da Memória é um centro de interpretação e conhecimento que expõe, interpreta, reflete e comunica testemunhos materiais e imateriais que contribuam para um melhor conhecimento da cultura, território e história de Guimarães e das suas pessoas.
	Welcome Center		É um local próprio para atendimento e acolhimento ao turista, que poderá aceder a informações genéricas no âmbito do turismo, cultura, ambiente, serviços, mobilidade, lazer, desporto, negócios, entre outras áreas.
	Salas de Ensaio do Teatro Jordão, Couros		As salas de ensaio para bandas de garagem no Teatro Jordão, em Guimarães podem ser utilizadas para projetos musicais individuais ou coletivos, profissionais ou amadores, de qualquer expressão ou corrente musical.
	Biblioteca - campus de Azurém	Cidade: Azurém	É um espaço multifuncional que combina os serviços mais tradicionais de biblioteca com outros recursos e serviços inovadores, para além de espaços acessíveis para o estudo individual ou em grupo, espaços para a realização de cursos e aulas, áreas para a realização de pequenos eventos e zonas de lazer.

2017	Academia de Ginástica de Guimarães	Cidade: Costa	Com uma função fundamentalmente formativa, a Academia de Ginástica constitui um dos principais e mais estratégicos projetos para a continuação da promoção da política desportiva de Guimarães, mantendo o concelho no topo ao nível internacional, contemplando a prática das disciplinas de Ginástica Rítmica, Ginástica Artística e Ginástica Acrobática.
	Centro de Educação e Interpretação Ambiental	Cidade: Costa	Este equipamento, além de requalificar a denominada antiga "Casa do Lavrador" do Penha-Centro Escutista de Guimarães, proporciona a criação de um espaço de sensibilização, formação e educação para a preservação da natureza, sustentabilidade e ambiente, dotando o Município de Guimarães de um «espaço de excelência» para a educação ambiental e interpretação da natureza
	Polidesportivo das Taipas	Vila: Caldas das Taipas	A construção do Polidesportivo das Taipas é a concretização dum projeto ambicioso e que promete dinamizar a economia local, ao mesmo tempo que transforma e valoriza o património natural da vila. Esta obra transformará o Parque de Lazer das Taipas, dotando-o de melhores condições de apoio à população, mantendo as áreas de elevado valor ambiental, cultural e paisagístico, potencializando e racionalizando, assim, os recursos naturais que ali existem.
	Centro de Ciclismo do Minho	UF Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondomar	Integrando uma pista de Cross Country Olímpico, o Centro de Ciclismo do Minho – Guimarães pretende ser um espaço para a prática de ciclismo de competição e de lazer, podendo ser utilizado por qualquer cidadão.
2018	1ª fase da Ecovia	Cidade: Mesão Frio, Costa, Creixomil, UF Oliveira, São Paio e São Sebastião	A primeira fase da Ecovia de Guimarães tem uma extensão de 16,5 quilómetros, unindo o percurso existente da Pista de Cicloturismo de Mesão Frio ao Parque da Cidade de Guimarães e à Veiga de Creixomil, incluindo os trajetos na encosta de Mesão Frio, na antiga linha de caminho-de-ferro que liga à rotunda da Avenida D. João IV, na Rua das Eiras, no Caminho Real ao viaduto da Variante de Creixomil, entre outros.
	Residência para Investigadores	Cidade: UF Oliveira, São Paio e São Sebastião	A criação da Residência para Investigadores tem por objetivo o uso temporário de cientistas, artistas e criativos que, desejando trabalhar em Guimarães, encontram aqui o espaço temporário em função do respetivo projeto.
	Gabinete da Juventude		Tem como função a "dinamização de todas as dimensões relacionadas com a juventude, com vista ao desenvolvimento de um

			concelho cada vez mais atrativo para os jovens vimaranenses".
	Núcleo digital do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia		O objetivo deste pólo digital é desenvolver projetos, como soluções digitais para sistemas de mobilidade nas cidades, nomeadamente no sector dos transportes. Este núcleo junta-se ao DTx que já tem vindo a desenvolver materiais inteligentes, tecnologias digitais e soluções baseadas na inteligência artificial.

Tabela 16 Funções de referência instaladas na cidade de Guimarães, nos anos de 2015 a 2018

Fonte: CMG

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	O significativo número de funções de polarização com uma vasta área de influência (regional, nacional e internacional), nos anos mais recentes, justifica a avaliação **positiva** para este indicador.

8.1.4.3 Critério "Âncoras de desenvolvimento"

Indicador	Qualificação da população
Fonte de dados	PORDATA
Unidade de medida	%
Metas/Objetivos	Aumentar
Horizonte temporal	2001 e 2011
Periodicidade	Anual

Considerando todos os níveis de escolaridade da população ativa, o ensino superior enquanto nível de escolaridade completo mais elevado é o mais representativo, em termos de evolutivos, na estrutura de habilitações da população empregada (125%). Não é de descurar o papel da Universidade do Minho (Pólo de Azurém e CampUrbis) na qualificação das pessoas, da cidade e

da sua envolvente e na criação de sinergias que procuram aumentar a competitividade e a afirmação de Guimarães no contexto nacional e internacional.

Paralelamente, o 3º ciclo do ensino básico (41%), o ensino secundário (34%) e o ensino médio (54%), representam uma evolução positiva ao longo do período em análise.

Ao contrário, a população residente com 15 e mais anos sem qualquer nível de escolaridade 843%), o 1º e 2º ciclo do ensino básico (13% e 17%, respetivamente), tem vindo a conhecer uma tendência de significativo de declínio.

Pode-se afirmar que esta tendência de significativo decréscimo, nos anos mais recentes, se pronunciará e se alastrará ao 3º ciclo do ensino básico, tendo em conta que a partir de 2009 a escolaridade obrigatória se fixou no nível secundário.

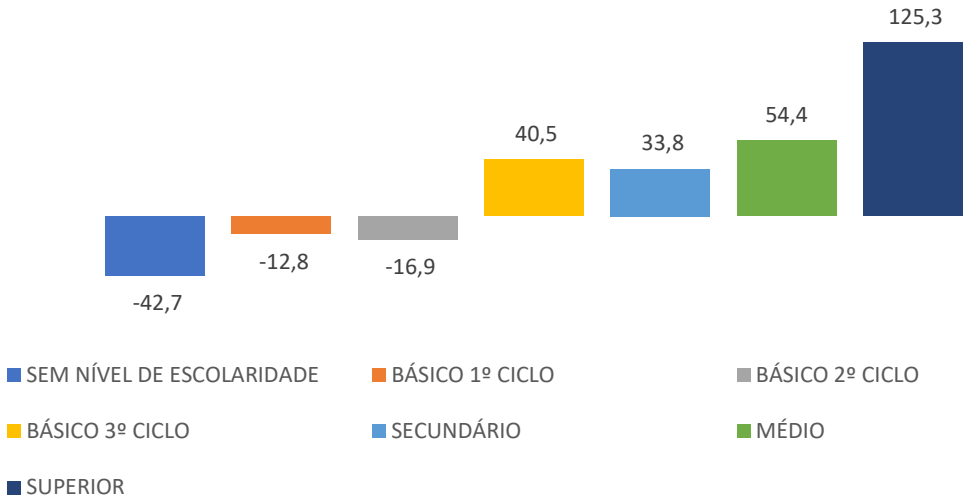

Gráfico 29 Evolução da população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado, nos anos de 2001 e 2011 (%)

Fonte: PORDATA

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	Os dados referentes à proporção da força de trabalho indicam uma evolução positiva na qualificação da população ao longo dos últimos anos, justificando uma avaliação **positiva** para este indicador.

Indicador	População ativa por sector de atividade no concelho de Guimarães
Fonte de dados	PORDATA
Unidade de medida	%
Metas/Objetivos	-
Horizonte temporal	2001 e 2011
Periodicidade	Anual

No que se refere ao setor primário, a agricultura é frequentemente como modo de subsistência ou complemento de outras atividades, principalmente a atividade industrial. O significativo decréscimo da população que se dedica em exclusivo ao Sector Primário (47%), ao longo dos últimos anos, não indica necessariamente um decréscimo na influência que este tem na economia do concelho, porque se bem que secundarizada em relação ao sector industrial, ganha importância relevante no quadro da pluriatividade, verdadeiro motor do desenvolvimento socioeconómico desta região e fator de defesa contra as cíclicas crises do mercado de trabalho.

O setor secundário conheceu também um decréscimo (apesar de manter o maior peso de pessoas empregadas), passando de 64,8% da população empregada em 2001 para os 51,2% em 2011.

A atividade terciária foi a única a registar um reforço do seu peso (42%), um ganho a que não será alheia, entre outros aspetos, a influência do Pólo de Guimarães da Universidade do Minho e a elevação do Centro Histórico da cidade de Guimarães à categoria de Património Cultural da Humanidade pela UNESCO.

No entanto, em Guimarães continua a prevalecer o setor secundário devido ao tecido empresarial muito denso (predominando PME's), à proximidade de cidades com forte peso industrial (sobretudo Braga e Porto), às boas ligações rodoviárias e por se encontrar disseminada nas próprias instalações industriais (nos sectores dos têxteis, das cutelarias e de couros, principalmente).

Mais recentemente tem-se vindo a verificar a terciarização do setor secundário, destacando-se o papel das escolas profissionais (garantindo a criação de uma reserva de população jovem

qualificada nas áreas mais solicitadas pelas empresas) e da Universidade do Minho (nomeadamente nos domínios das engenharias de materiais e polímeros, sistemas de produção e software), do CampUrbis (o campus de Couros onde estão instalados cursos de outros domínios artísticos, nomeadamente o curso de Design de produto e o Centro Avançado de Formação Pós-Graduada) e do AvePark (acolhe um conjunto de empresas de base tecnológica, centros de investigação e desenvolvimento e instituições universitárias).

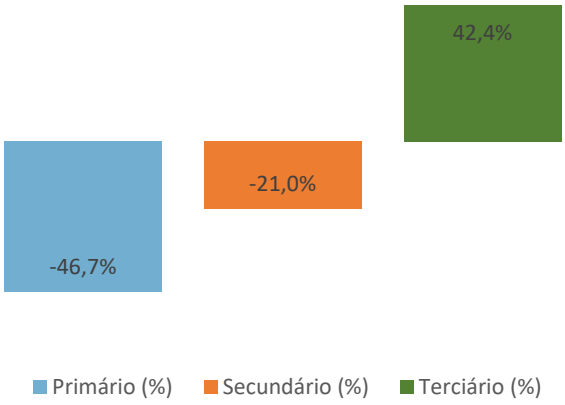

Gráfico 30 Evolução da população empregada por sectores de atividade económica, nos anos de 2001 e 2011 (%)

Fonte: PORDATA

Tendência observada/evolução	Incremento
Avaliação	Pode-se dizer que se assiste a uma evolução **positiva** rumo às metas de definidas para o presente FCD devido sobretudo à afirmação da cidade de Guimarães, mas também ao impacte positivo de infraestruturas como a Universidade do Minho, o CampUrbis ou o AvePark.

8.1.4.4 FCD Geração de valor - Conclusão

Guimarães tem-se afirmado ao nível de geração de valor, aproveitando as especificidades existentes, nomeadamente ao nível do património construído e outras funções de referência (cultura, saúde, comércio, …) da capacidade de afirmação do ensino superior e da presença de centros de I&D de excelência associados à Universidade do Minho, que em muito têm

contribuído para a diversificação da base económica e para o desenvolvimento de serviços avançados, constituindo pilares de diferenciação e atracão do território concelhio.

8.2 Considerações finais

Ao longo do processo de monitorização, pode-se afirmar, numa abordagem geral, que o curto período de vigência do PDM de 2015 não foi o suficiente para que a sua execução tivesse resultados expressivos no ordenamento do território concelhio.

Neste processo alguns objetivos estratégicos do PDM mostraram-se de difícil monitorização devido à escassez de informação quantitativa que incorpore as preocupações neles expressas assim como devido ao grau de subjetividade envolvido na sua avaliação.

Verificou-se ainda que alguns dos temas analisados não são, por si só, assegurados pelo PDM, mas são o reflexo das preocupações nele explanadas.

Acresce ainda o facto das dinâmicas urbanas decorrem de um complexo conjunto de fatores que ultrapassa amplamente as caraterísticas da normativa utilizada (nomeadamente as questões relacionadas com a crise socioeconómica que teve efeitos no período em análise).

Apesar deste cenário, podemos concluir que no curto período de vigência do novo PDM se tem verificado uma tendência de convergência dos indicadores analisados com os objetivos estratégicos definidos no PDM de 2015, pelo que o exercício de planeamento realizado no âmbito do novo PDM tem-se mostrado ajustado à realidade do território do município.

9. Análise do Estado do Ordenamento do Território

9.1 Dinâmicas de investimento privado e público

A cidade – enquanto território ocupado e transformado, ou seja, enquanto urbano – é resultado da necessidade do ser humano em relacionar-se com outros seres humanos, fazendo da comunidade (que todos constituem) a grande célula viva de suporte ao desenvolvimento e crescimento da mesma (cidade). Doutra forma, se a cidade existe pela necessidade, a cidade desenvolve-se e cresce em função da dinâmica de resposta e capacidade de se ajustar, reagir e arriscar perante os cenários que, à mesma, se deparam e emergem como solução às necessidades identificadas.

Porque assim é, ler e analisar a dinâmica do investimento público e investimento privado registado, no caso, no município de Guimarães é boa razão de auxílio da avaliação do estado da ocupação e transformação do território e contributo para a pertinência das regras e opções expressas nos instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

A este nível – urbanístico, investimento público e investimento privado – ou seja, o desenvolvimento da atividade de urbanização e edificação registada e sua regularidade/continuidade de investimento (que significa a transferência de valor financeiro em espécie para o território), seja público ou privado, é resultado, num primeiro momento, de três referenciais:

1. A realidade urbana tal como existe;
2. Os instrumentos de gestão territorial aplicáveis;
3. A prática de planeamento registada.

E será a relação e articulação destes três referenciais que, somados como um todo, traduzirão como o poder público e os cidadãos conseguiram fomentar a urbanização e edificação no território e, assim, favorecer o desenvolvimento urbanístico de Guimarães.

Motivados e influenciados por fatores muito diversos – mas, sabendo-se que o investimento público é, por princípio, indutor de investimento privado e que este investimento privado implica forçosamente investimento público e constatando-se em confronto dialético entre o público e o privado, o serviço e o lucro, a generalização e a especificidade, o investimento comunitário e o investimento individual – como o contexto económico nacional e internacional, realidade sociocultural local, entre outros, a avaliação da ocupação e transformação do

território faz-se da respetiva agregação de informação e posterior leitura e avaliação, não sendo possível (ou desejável) ocultar ou relativizar qualquer desses fatores.

Considerando-se um retrato (parcial) do quotidiano territorial, o investimento que a cidade vai registando é precursor de um futuro que se deseja (mais) ponderado e percursor de um caminho que exige, cada vez mais, informação, monitorização e ação.

Deste modo, estruturar-se-á o desenvolvimento da análise deste tema (necessariamente sinética) – dinâmica do investimento público e privado do território municipal – em função dos três pontos acima mencionados (realidade urbana existente; os instrumentos de gestão territorial aplicáveis e a prática de planeamento registada) – fixada temporalmente a partir de junho de 2015 para, num segundo momento, detalhar a dinâmica de investimento identificada em função de:

1. A relação entre os investimentos público e privado;
2. Antecedentes, ou seja, a realidade à data da entrada em vigor do atual plano diretor municipal (PDM),
3. O investimento público (previsto e concretizado;
4. O investimento privado: funções, tipologias, modelos, incidência territorial, …

Por fim, centrar-se-á o texto numa síntese conclusiva de modo a procurar identificar tendências imobiliárias e de investimento e eventuais assimetrias territoriais, procurando alimentar um diagnóstico assertivo e favorecer a adoção do melhor caminho para a solução.

Assim:

Análise de caráter mais qualitativo

1. a data de entrada em vigor da denominada revisão do PDM coincide, de forma genérica, com uma alteração da perceção do contexto económico que o país registava então.

A primeira metade da presente década foi marcada pela palavra “crise” e uma repercussão na economia e comportamento das pessoas e do “mundo empresarial” que, no campo da construção imobiliária e do investimento público, conheceu forte retrocesso e abrandamento.

Se tal se julga passível de generalização a nível nacional, no caso específicos de Guimarães, a mesma realidade divergiu quando investimento público ou investimento privado.

Na verdade, 2010-2015 coincidiu com o período mais intenso de Guimarães capital europeia da cultura e que representou um investimento público (quer material, quer intangível) muito avultado, como talvez nunca ocorrido.

Neste período, o investimento público foi alvo de uma intensa ação de requalificação do espaço público, reabilitação urbana e construção de novos equipamentos que se condensou numa dinâmica (municipal) pública muito relevante.

Ao invés, do ponto de vista do investimento privado, e fruto dos condicionalismos económicos e sociais registados, o mesmo sofreu forte abrandamento, podendo mesmo afirmar-se que ao nível de determinadas tipologias edificatórias e modelos de urbanização – habitação coletiva e operações de loteamento (em operações de expressão física – o investimento foi reduzido, porventura no seu grau limiar inferior. Ou seja, neste período temporal, Guimarães viveu de forma contrastante entre uma visibilidade e intensidade do investimento público fortemente expressivos e uma anulação e redução do investimento privado, nalguns momentos, demasiado indesejável e alargada.

Como já mencionado, a entrada em vigor da revisão do PDM ocorre num momento em que este contexto económico condicionado e limitado ganha maior liberdade e alarga expetativas positivas ao nível da economia e segurança de investimento. E tal, repercute-se (ao nível do investimento privado, numa perceção de que este mesmo investimento (re)começa a ganhar velocidade para, num segundo momento, confirmar-se tal no território com o emergir de (novos) edifícios de habitação coletiva e consolidação da habitação unifamiliar, em simultâneo com a afirmação de uma realidade industrial fomentadora de inúmeras operações e investimentos edificatório de novas indústrias ou ampliações de construções industriais existentes.

Ao nível do investimento público, muito embora não sendo possível prosseguir com a intensidade e dimensão do investimento público antes observado (ao qual poderemos também associar um quadro comunitário de apoio financeiro em mudança), o investimento público continuou a registar-se presente no território, agora com maior visibilidade em intervenções de menor dimensão, muitas delas de caráter mais infraestrutural e alargadas a todo o território.

Desta forma, poder-se-á concluir que, em 2018, a realidade urbana existente em Guimarães revela-se (na sua perceção e expetativa) com dinâmica de investimento público e privado a um nível favorável, estando hoje a verificar-se a concretização de forte investimento público – como beneficiação viária alargada, reabilitação e requalificação de construções existentes de forte expressão física e histórica para equipamentos, obras viárias expressivas programadas e, ao nível do investimento privado, em curso e em tramitação, e um número muito elevado de obras e construções privadas, sobretudo a nível industrial e habitacional (embora com menor

velocidade e quantidade – ou dito de outra forma, com menor expressão do que aquela que é percecionada pelo "mercado" como necessária).

2. os instrumentos de gestão territorial aplicáveis centram-se, de forma exclusiva e dominante, no PDM, o qual conhece um tempo de aplicação muito longo (desde 1994 até 2015) e sofre de um processo de revisão igualmente muito extenso no tempo (entre treze e quinze anos). Tal significou duas realidades incontornáveis: por um lado, uma incapacidade do plano em responder às mudanças que, no território e nas cidades, se verificaram a uma velocidade cada vez maior; por outro lado, a expectativa crescente, e de alguma forma, mais pressionante de que a revisão do PDM se afirmasse urgente para responder às necessidades e anseios entretanto manifestados.

Se é certo que existe a convicção de que mesmo limitado por estas duas realidades, o PDM (primeira geração) não foi inibidor ou condicionador de forma grave do desenvolvimento urbanístico de Guimarães, não deixa de ser perceção de que a revisão do PDM abriu um novo contexto e cenário de atuação mais favorável, nomeadamente na clarificação do solo urbano e rural e fixação de regras mais estáveis e objetivas aplicáveis ao solo urbano, o dito solo reservado preferencialmente para "construção".

Ao nível da relação entre a dinâmica de investimento e o plano, é perceção de que este mesmo plano se se afigura melhor enquadrar a intervenção em solo urbano - nomeadamente ao nível habitacional – não deixa de revelar dificuldades em acompanhar a dinâmica específica da atividade industrial e em despoletar o desenvolvimento programado do solo urbanizável, não registando a respetiva concretização da operação urbanística alargada e concertada, antes e apenas operações urbanísticas pontuais, específicas e contíguas a solo urbano.

3. quer como prática instalada no município, quer como complemento necessário e desejado ao PDM, a prática do planeamento em Guimarães destacou-se pela elaboração de estudos urbanísticos complementares, nomeadamente aqueles denominados "estudos de centralidades para as áreas centrais das freguesias" e estudos prévios para três unidades operativas de planeamento e gestão, realidade esta que contribui para melhor acompanhar a dinâmica do investimento no município, nomeadamente ao nível da intervenção pública e edificação privada. E tal, revela-se importante porque reconhecida e incontornável a relação de interdependência entre o investimento público – enquanto indutor de melhor ambiente urbano e, como tal, favorecedor de investimento privado – e o investimento privado – enquanto elemento que implica espaço público qualificado e infraestruturado.

Como síntese desta análise, dir-se-á, mais qualitativa e subjetiva, observa-.se uma dinâmica de investimento que, ao nível público, mesmo perante a exclusividade do momento associado à capital europeia da cultura, não conheceu abrandamento expressivo e prejudicial, antes continuando a manifestar-se em múltiplas intervenções concretizadas e programadas, e (ao nível privado) observou um impulso – nomeadamente nas suas componentes funcionais industrial e habitacional – a partir de 2015, significativa e fortemente contrastante com o passado (à data recente).

Análise de caráter mais quantitativo

Referencia-se esta análise mais quantitativa a um conjunto de dados estatísticos relativos às operações urbanísticas registadas no município, quer do ponto de vista municipal, quer ao nível privado.

Do ponto de vista público, e de modo a confirmar a dinâmica observada, lista-se um conjunto de intervenções ora já realizadas, ora em processo de adjudicação e concretização, ora em fase de projeto, que ilustra (julga-se de forma inequívoca) a forte dinâmica de investimento público acima identificada. A saber, e sem ordem temporal ou hierárquica (referenciada a 2015 até à presente data): construção de equipamento desportivo, academia de ginástica; construção de ecovia, primeira fase e projeto para a rede ciclável municipal, segunda fase; construção da via do AvePark (ligação da A7 ao parque de ciência e tecnologia AvePark); reabilitação de edifício para residência para investigadores; requalificação da zona das Hortas e construção de bacias de retenção relativas à regularização do caudal da ribeira de Couros; reabilitação e refuncionalização do edifício Jordão e garagem avenida; construção do parque de estacionamento de camões; reabilitação da casa de Donães e (re)construção do largo de Donães; beneficiação viária a alargada a todo o município; (re) infraestruturação elétrica ao nível de LED; requalificação da área central da vila das Taipas; construção de polidesportivo das Taipas; requalificação da zona nascente do campus universitário, parque de lazer de Ardão e outros distribuídos pelo município.

Este conjunto de intervenções significa um investimento muito acentuado a nível financeiro, revelando uma dinâmica de investimento contínua e consistente.

Ao nível privado, cruza-se informação relativa ao “destino da obra” e freguesias associadas (de forma a exemplificar as funções mais dominantes assim como eventual concentração territorial do investimento) e alguns indicadores de “urbanismo”- como alvarás de licença, número de requerimentos, … - que se julga ilustrar a atividade registada ao longo de um período temporal

suficientemente longo para estabelecer tendências (porque ano mais próximo da presente data, fixa-se o ano de 2017 como aquele de referência e recorre-se a um intervalo temporal de sete anos para análise da evolução de alguns indicadores de urbanismo e, assim, melhor concluir sobre tendências e resultados).

No que reporta ao "destino da obra", conclui-se que, para um universo de 381 obras, em 2017, 85% das mesmas concentram-se nas funções de habitação e indústria, assumindo a função habitacional o maior peso e predomínio (77% da totalidade das obras).

Significando, em média, um número mensal de obras superior a 30, estas mesmas obras localizam-se maioritariamente em freguesias ditas urbanas, com particular destaque para aquelas situadas no primeiro anel da área urbana central do município (Anexo1).

Particularmente expressivo (porque revelador, de facto, de uma tendência positiva e consolidada), o indicador de alvarás de licença de construção confirma um crescimento contínuo a partir de 2015, o qual é complementado com o crescimento do número de processos abertos, quer de "obras particulares", quer de loteamentos.

Não sendo impactantes de modo direto (já que são ferramentas para se atingir determinado fim e não o "fim" em sim mesmo) o volume de pareceres técnicos reflete tendência positiva e crescente (Anexo2).

Síntese

De um modo global e abrangente, julga-se poder concluir que a dinâmica de investimento público e privado registada em Guimarães desde 2015 é positiva e crescente, revelando uma consolidação de ação e resultados ao nível da urbanização e edificação.

Sendo tal uma conclusão que se entende poder considerar consensual (em sede de trabalhos futuros de revisão do PDM), importa verificar e evidenciar se tal traduz a consolidação e densificação do solo urbano e a diminuição de pressão edificatória sobre o solo rural já que tal foi, e continua a ser, objetivo central para o território municipal.

9.2 Dinâmicas construtivas

Aos fenómenos demográficos, sociais, económicos e culturais que contribuem para a transformação dos tecidos urbanos, juntam-se também as dinâmicas construtivas que ocorreram no território, no período de execução do PDM de 2015, para aferir a concretização dos principais objetivos do PDM.

A partir de uma análise dos processos registados no município segundo a localização geográfica, posteriores à aprovação do novo PDM, verifica-se um reforço significativo das centralidades propostas (a centralidade já afirmada da cidade e área urbana, bem como as polarizações emergentes das vilas e respetivas áreas de influência), representado, em 26% do território concelhio, quase metade das intenções de construir em relação ao restante concelho (Gráfico 31).

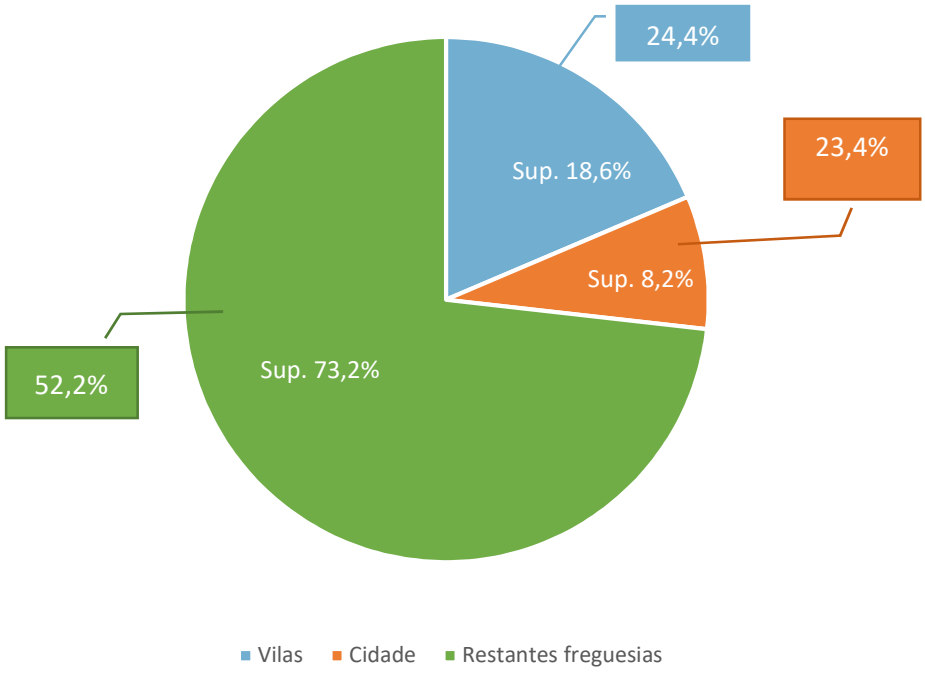

Gráfico 31 Percentagem de processos de obras de edificação registados no município, segundo a localização, em função da superfície de cada unidade territorial, de junho de 2015 a setembro de 2018

Fonte: CMG

Analisando as categorias funcionais de qualificação do solo que possam expressar a concretização do modelo territorial do novo PDM (Gráfico 32), segundo um regime de uso do solo que garanta a contenção e qualificação das áreas edificadas, pode-se constatar que:

- Grande parte das operações urbanísticas recaiu em espaços residenciais (55,3%) e espaços centrais (14,2%), das categorias operativas solo urbanizado e solo urbanizável;
- Nos espaços urbanos de baixa densidade, tendo-se verificado um peso de cerca de 4,6% face ao total dos processos registados;
- Nas áreas de edificação dispersa (que correspondem a 1,2% do concelho) as intenções de construir representam cerca de 2,3%;
- Nos aglomerados rurais, observa-se que no período de vigência do PDM apenas se registaram 4 processos (0,1%), sendo que esta categoria funcional apenas representa 0,05% do território concelhio.
- Nas categorias do solo rural onde se verificam menos condicionalismos à edificação (aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa) apenas representam cerca de 2,5% dos processos registados no município.
- Nos espaços de uso múltiplo agrícola e florestal incidiram cerca de 5% das intenções de construir.
- Apesar dos grandes condicionalismos à edificação regulamentados para as categorias espaços agrícolas, espaços florestais de produção e espaços florestais de proteção (65% do território concelhio), verifica-se nestas áreas cerca de 11% das intenções de construir.

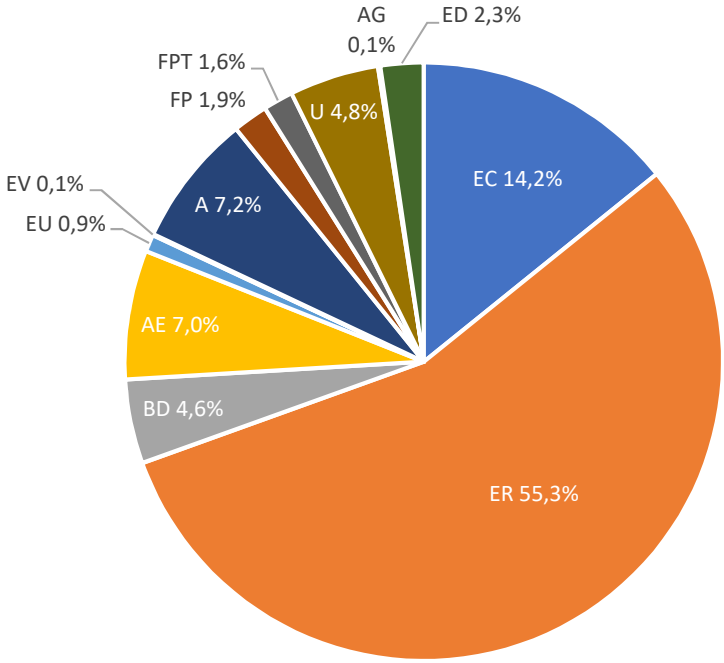

Gráfico 32 Percentagem de processos de obras de edificação registados no município, por categoria funcional da planta de ordenamento, de junho de 2015 a setembro de 2018

Fonte: CMG

Perante este cenário, podemos concluir que no curto período de vigência do novo PDM se tem verificado uma tendência para a consolidação urbana, já que grande parte (82%) das intenções urbanísticas têm incidido nas categorias funcionais adequadas do solo urbano, que representam apenas 25% do território do município, pelo que o exercício de planeamento realizado no âmbito do PDM tem-se mostrado ajustadas à realidade do território do município.

Considerando especificamente os espaços de atividades económicas, a partir da percentagem de licenças industriais, pode-se verificar que dos 111 processos com alvará de licença industrial, a maioria (39%) localiza-se em espaços de atividades económicas, sendo a maioria referentes a novas construções (Gráfico 33). Nas categorias espaços centrais e residenciais se registaram 33 processos, 16 referentes a novas construções, 17 relacionados com ampliações.

Através da análise deste indicador pode concluir-se que as indústrias tendem a localizar-se em áreas ponderadas para este feito, qualificadas ao nível da infraestruturação, do desenho urbano e da articulação com os traçados e a malha envolvente.

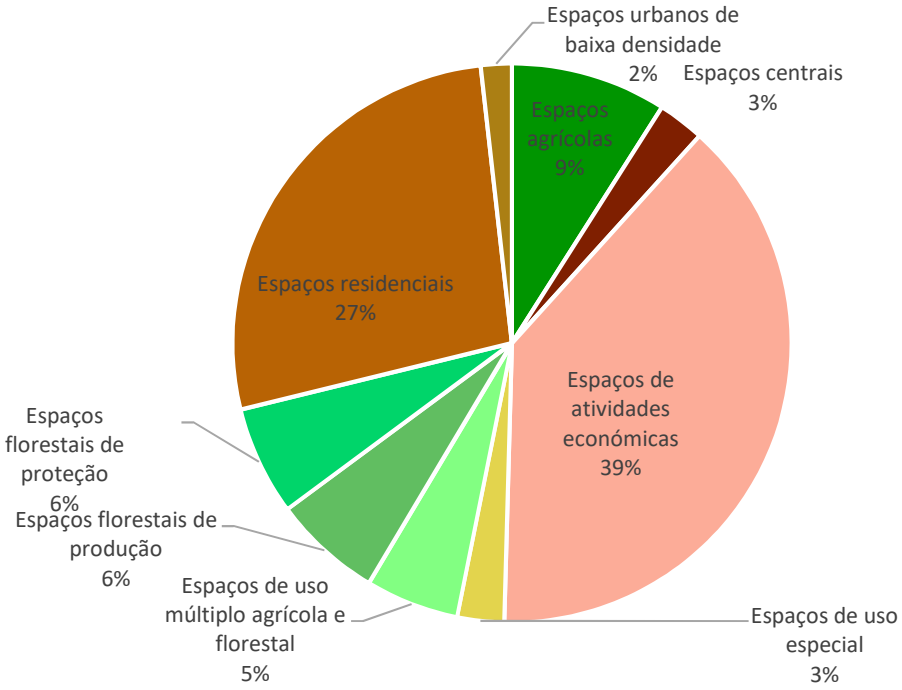

Gráfico 33 Evolução dos processos de obras de edificação industrial registados no município, por categoria de espaço da planta de ordenamento, de junho de 2015 a setembro de 2018

Fonte: CMG

No que diz respeito aos espaços de uso especial (Gráfico 34), verificou-se uma localização criteriosa dos equipamentos em função do respetivo zonamento proposto no PDM.

Contudo, decorridos 3 anos sobre a vigência do PDM e, apesar da preocupação com em programar áreas de vocação de uso coletivo, a verdade é que o grau de execução do Plano é muito reduzido, tanto ao nível da iniciativa privada como da iniciativa pública, sendo relevante referir que apenas um dos equipamentos previstos chegou a ser executado.

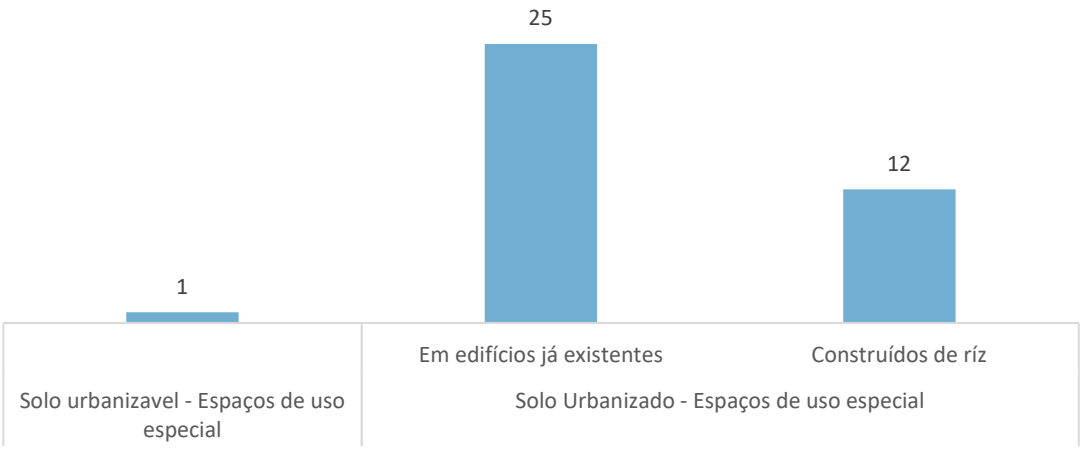

Gráfico 34 Equipamentos, em "espaços de uso especial" da planta de ordenamento, de junho de 2015 a setembro de 2018

Fonte: CMG

Síntese

A confrontação dos indicadores analisados referentes às dinâmicas construtivas do sistema urbano, indica uma tendência de convergência com os objetivos estratégicos, estando a assistir-se a uma consolidação dos esquemas funcionais e respetivos zonamentos, de acordo com o que foi ponderado no modelo territorial pretendido.

11. Conclusão

Por força do período de vigência e aplicação do atual plano diretor municipal (aproximadamente três anos), resulta consensual que tal é insuficiente para produzir resultados claros no território e marcar fisicamente quer a confirmação, quer a alteração das opções estratégicas assumidas no Plano.

Sabendo-se que o tempo do território é um tempo longo, de transformação, maturação e consolidação mas, em simultâneo, requer uma monitorização e análise permanente de crítica e revisão, importa "olhar" para estes três anos (aproximadamente) em função quer de uma perspetiva mais objetiva, analítica e estatística (como o documento em causa tenta realizar perante a informação disponível e alcançada), quer de uma perspetiva mais subjetiva e fundamentada na experiência e conhecimento adquirido ao longo deste período temporal e que permitem percecionar, de forma complementar, o "resultado" já verificado no território do Plano em vigor.

Necessariamente sintético, e num esforço de objetivação, como elementos caraterizadores fundamentais do Plano e que se demonstram influenciadores da prática do planeamento e sua repercussão no território:

1. O tempo decorrido entre a conclusão da proposta do Plano (final de 2011) e a entrada em vigor do mesmo (junho 2015) foi muito extenso (entre três e quatro anos), o que implicou um tempo longo de aplicação do anterior plano diretor municipal, não se evitando assim eventuais contradições entre o consagrado nesse mesmo (primeiro) Plano, a proposta de revisão do Plano e autorizações administrativas de urbanização e edificação concretizadas. Tal significa necessariamente (até porque muitas dessas autorizações foram já materializadas no território) (re)olhar para o Plano e para o território, avaliando criticamente os efeitos produzidos na realidade e eventuais implicações na classificação de solo e desenvolvimento urbanístico assumido;

2. A proposta do Plano introduziu um conjunto de novos conceitos, parâmetros urbanísticos e figuras de planeamento – como a aplicação do Decreto Regulamentar 9/09, de 29 de maio, índices urbanísticos e estrutura ecológica municipal – que foram "fazendo caminho" no sentido da perceção da sua importância e impacto no território, resultando (é convicção) ao longo destes três anos de vigência, um crescimento do entendimento

favorável da importância destes conceitos, parâmetros e figuras sem prejuízo de eventuais ajustamentos inerentes a uma prática diária de planeamento "pouco habitual" a este conjunto de elementos (à data, ou seja, anterior a junho 2015, em Guimarães);

3. Por força do tempo já decorrido, verifica-se hoje a existência de um conjunto de informação cartográfica e fotográfica mais densa e atualizada, o que permite um conhecimento detalhado mais aprofundado do território e, assim, a visibilização de um conjunto de situações (seja contradições de classificação de solo, lapsos cartográficos, omissões de construções e cadastro, …) que importa atender porque, independentemente da sua escala e dimensão, se revelam pertinentes a um ajustamento, tanto maior quanto possível, entre os instrumentos de gestão territorial e o próprio território;

4. A entrada em vigor de uma "nova legislação" sobre instrumentos de gestão territorial e política de ordenamento do território, a qual implica, obrigatoriamente, a sua inserção e visibilização nas figuras de planeamento municipal e ponderação crítica dos seus efeitos, nomeadamente (e porque diretamente relacionadas) no solo urbano e solo rústico / rural;

5. A tendência observada – e que se reforça e confirma no contacto diário da gestão urbanística – para a nuclearização e reforço das tipologias mais densas (nomeadamente nos principais aglomerados urbanos).

Esta realidade, aliada à experiência e conhecimento adquirido ao longo de três anos (aproximadamente) de aplicação direta do Plano produziu um conhecimento específico, e de diversas dimensões, da realidade do território que se julga útil, e desde que possível, necessário incorporar na análise e monitorização crítica do Plano.

Como referido, necessariamente sintetizados, estes cinco fatores revelam-se indicadores da pertinência da revisão do plano diretor municipal em vigor e (re)olhar para o seu conteúdo numa atitude crítica, não de questionar diretamente a estratégia e as opções do Plano em vigor (não só porque é convicção de que as mesmas se revelam perspetivar caminho correto como também porque o tempo decorrido é ainda curto para transformação mais profunda e substantiva), mas de ajustamento e monitorização do Plano, tentando assim favorecer o seu desempenho enquanto documento operativo e de quotidiano (quando, na realidade, é essencialmente estratégico e de tempo longo) e documento influenciador da melhor ocupação e transformação do solo.

Por tudo isto, e em forma de conclusão, entende-se ser possível fixar um conjunto de princípios de atuação que, se espelham os resultados de três anos (aproximadamente) de aplicação do Plano (e, portanto, constituírem razões para a sua alteração), indiciam a estruturação do trabalho a realizar (e, como tal, serem critérios de trabalho e decisão).

Sem preocupação hierárquica, entende-se que, em função da leitura feita ao tempo de aplicação do Plano já decorrido, seus efeitos e resultados e ajustamento ao contexto do momento, serão princípios/critérios de atuação:

1. Adaptação do Plano à legislação aplicável no sentido do evidente cumprimento do normativo legal aplicável e da clarificação (porque a lei assim perspetiva) da dicotomia solo urbano – solo rústico/rural, questionando criticamente o denominado solo urbanizável (e que, fruto da sua ocupação (ou não) e transformação (ou não), em concretização ou programação) deverá ser alvo de reavaliação e afetação aos mesmos solos urbano e rústico;

2. Incorporação crítica no Plano (significando tal a revisão ou correção da classificação do solo) das situações objeto de ocupação e transformação do solo ocorridas entre 2012 e 2015, e que o atual Plano não atendeu por força do seu contexto processual e de tramitação específico;

3. Introdução e ajustamento ao Plano dos resultados inerentes ao regime excecional de regularização da atividade económica (RERAE), autorizações excecionais (resultantes de reconhecimento de interesse público previsto na Lei) de ocupação de solo classificado como Reserva Agrícola Nacional e / ou Reserva Ecológica Nacional, existência de operações de loteamento devidamente regularizadas em solo agrícola, bem como da elaboração de outros Planos e figuras de planeamento que implicam, direta ou indiretamente, com o planeamento municipal (plano estratégico de desenvolvimento urbano, áreas de reabilitação urbana, …);

4. Ajustamentos da classificação do solo em função de três realidades específicas:

    a. Acertos em função de realidades cadastrais que se repercutem em incoerência da classificação do solo;

b. Acertos em função de elementos físicos visíveis (e, à data, não tidos em conta, desconhecidos ou inexistentes) como caminhos públicos, muros expressivos, linhas de água, …) que motivam clarificação da classificação do solo;

c. Acertos funcionais e de continuidade que resultam da análise, caso a caso, de situações que se revelam contraditórias com a classificação do solo na envolvente direta e que admite a sua revisão (sem gerar continuidade ou precedente);

5. Revisão do regulamento do Plano em nome de uma permanente clarificação e assertividade do seu articulado;

6. Incorporação de informação que, não diretamente repercutora no território (do ponto de vista urbanístico) se revela importante do ponto de vista administrativo (por exemplo, acertos e ajustamentos de limites administrativos em função da CAOP).

Em síntese, dir-se-á que esta revisão do plano diretor municipal, que resulta necessária da leitura do presente documento, é diretamente proporcional ao tempo e resultados que o Plano em vigor já produziu e que se materializa num processo de ajustamento e clareza das opções estratégicas, técnicas e operativas assumidas, numa resposta cada vez mais assertiva da legislação obrigatoriamente a observar, à prática de planeamento e gestão urbanística desejavelmente mais rigorosa e qualificada na resposta a dar e à produção de resultados favorecedores de uma constante melhoria do território municipal.

Há muito tido como "disperso", denominado outras tantas vezes como "difuso", considerado mesmo como ausência de modelo urbano, a realidade territorial do município e, numa perspetiva alargada, do vale do Ave, é (convictamente) o reflexo de um modelo urbano apoiado numa prática social e cultural há muito consolidada no território (e constantemente reinterpretada) e que não se "resolve" ou transforma por força da imposição de Planos ou Decretos.

É convicção de que a leitura crítica e permanente do território (e uma prática de atuação sobre este mesmo território) continuada e em busca de melhoria permanente será o caminho a percorrer no sentido de uma relação das pessoas com o território mais ajustada e assertiva.

Porque, na verdade, e em síntese, é disso que trata o planeamento. E que esta revisão do plano diretor municipal (que, da leitura deste documento, emerge como possível e desejável) procurará responder, encarando o Plano não como um produto "cristalizado no tempo e nas

opções” mas como um processo que, a todo o tempo, se regressa criticamente para avaliar, interpretar e melhorar.

Dir-se-á que este talvez seja o melhor mote para esta revisão do Plano: mais do que inovar ou transformar, questionar substancialmente ou reformular, procurará melhorar. E fazer caminho!

ANEXOS

	Destino da Obra											
Freguesia	**Act. recreativas e culturais**	**Agricultura**	**Comércio tradicional**	**Equip. de apoio a infância**	**Estab. de rest. e de bebidas**	**Habitação familiar**	**Indústria extractiva**	**Indústria transformadora**	**Transportes**	**Uni. comerciais de dim. relevante**	**Uso geral**	**Total Geral**
ALDAO						3						**3**
AZUREM						12					2	**14**
BARCO						3		2		1		**6**
BRITO						11					1	**12**
CALDELAS						8				1	1	**10**
CANDOSO (S MARTINHO)						3		1				**4**
COSTA			1			13						**14**
CREIXOMIL						13					1	**14**
FERMENTOES			1			5				1	2	**9**
GONCA						2		1				**3**
GONDAR						2						**2**
GUARDIZELA						1					1	**2**
INFANTAS	1					3						**4**
LONGOS											2	**2**
LORDELO						3		1				**4**
MESAO FRIO						6		1				**7**
MOREIRA DE CONEGOS						4		1			1	**6**
NESPEREIRA						5				1	1	**7**
PENCELO						1		1				**2**
PINHEIRO						1		1				**2**
POLVOREIRA			1					2			1	**4**
PONTE						19	1	1			2	**23**
PRAZINS (STA EUFEMIA)						7					1	**8**
RONFE						13		2			1	**16**
SANDE (S MARTINHO)						2						**2**
SAO TORCATO						8					1	**9**
SELHO (S CRISTOVAO)						2						**2**
SELHO (S JORGE)						19		1			3	**23**
SERZEDELO						5		1		1	1	**8**
SILVARES						6		1			3	**10**
UNIÃO FREGUESIAS DE ABAÇÃO E GÉMEOS						5						**5**
UNIÃO FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO SÃO JOÃO E VERMIL						6		1			2	**9**
UNIÃO FREGUESIAS DE AROSA E CASTELÕES						2						**2**
UNIÃO FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE						9						**9**
UNIÃO FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM						9		3	1		1	**14**
UNIÃO FREGUESIAS DE BRITEIROS SÃO SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA						6						**6**
UNIÃO FREGUESIAS DE CANDOSO SÃO TIAGO E MASCOTELOS					1	10		5			2	**18**
UNIÃO FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA						6					2	**8**
UNIÃO FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO		1	1			2						**4**
UNIÃO FREGUESIAS DE OLIVEIRA, SÃO PAIO E SÃO SEBASTIÃO				1		6				2		**9**
UNIÃO FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE						7		1			1	**9**
UNIÃO FREGUESIAS DE SANDE SÃO LOURENÇO E BALAZAR						2					1	**3**
UNIÃO FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE						14		2			1	**17**
UNIÃO FREGUESIAS DE SELHO SÃO LOURENÇO E GOMINHÃES						6						**6**
UNIÃO FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS						6					1	**7**
UNIÃO FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO SÃO SALVADOR E GONDOMAR						5		1			1	**7**
UNIÃO FREGUESIAS DE TABUADELO E SÃO FAUSTINO						6					1	**7**
URGEZES						9						**9**
Total Geral	**1**	**1**	**4**	**1**	**1**	**296**	**1**	**30**	**1**	**7**	**38**	**381**

Indicadores	2010	Δ%	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016	Δ%	2017	Δ%
Processos Abertos																
Obras particulares	614	- 8,9%	656	+ 6,8%	388	- 40,9%	406	+ 4,6%	544	+ 34,0%	577	+ 6,1%	688	+ 19,2%	672	- 2,3%
Loteamentos	177	- 15,7%	211	+ 19,2%	125	- 40,8%	149	+ 19,2%	152	+ 2,0%	174	+ 14,5%	219	+ 25,9%	230	+ 5,0%
Total	**791**	- 10,5%	**867**	+ 9,6%	**513**	- 40,8%	**555**	+ 8,2%	**696**	+ 25,4%	**751**	+ 7,9%	**907**	+ 20,8%	**902**	- 0,6%
Ascensores	576	+ 1457%	508	- 11,8%	49	- 90,4%	24	- 51,0%	37	+ 54,2%	40	+ 8,1%	16	- 60,0%	9	- 43,8%
Requerimentos Entrados																
Obras Particulares	8956	- 7,4%	9603	+ 7,2%	7925	- 17,5%	6944	- 12,4%	6651	- 4,2%	6994	+ 5,2%	7457	+ 6,6%	8097	+ 8,6%
Loteamentos	1453	- 5,0%	1340	- 7,8%	1118	- 16,6%	971	- 13,1%	882	- 9,2%	1044	+ 18,4%	1184	+ 13,4%	1146	- 3,2%
Total	**10409**	- 7,1%	**10943**	+ 5,1%	**9043**	- 17,4%	**7915**	- 12,5%	**7533**	- 4,8%	**8038**	+ 6,7%	**8641**	+ 7,5%	**9243**	+ 7,0%
Ascensores	728	+ 2106%	992	+ 36,3%	443	- 55,3%	460	+ 3,8%	417	- 9,3%	521	+ 24,9%	423	- 18,8%	393	- 7,1%
Licenças, Autorizações e Admissões de Comunicação Prévia																
Construção	926	- 12,9%	959	+ 3,6%	700	- 27,0%	744	+ 6,3%	714	- 4,0%	878	+ 23,0%	928	+ 5,7%	1056	+ 13,8%
Utilização	1463	+ 27,6%	1093	- 25,3%	954	- 12,7%	783	- 17,9%	658	- 16,0%	574	- 12,8%	705	+ 22,8%	800	+ 13,5%
Loteamento	26	+ 4,0%	13	- 50,0%	23	+ 76,9%	16	- 30,4%	18	+ 12,5%	12	- 33,3%	20	+ 66,7%	20	+ 0,0%
Alteração Lot.	113	+ 7,6%	100	- 11,5%	83	- 17,0%	97	+ 16,9%	91	- 6,2%	109	+ 19,8%	154	+ 41,3%	145	- 5,8%
Total	**2528**	+ 8,0%	**2165**	- 14,4%	**1760**	- 18,7%	**1640**	- 6,8%	**1481**	- 9,7%	**1573**	+ 6,2%	**1807**	+ 14,9%	**2021**	+ 11,8%
Vistorias																
Utilização	333	+ 12,1%	218	- 34,5%	193	- 11,5%	137	- 29,0%	78	- 43,1%	38	- 51,3%	12	- 68,4%	12	+ 0,0%
Pareceres Técnicos																
Obras Particulares	2535	- 30,2%	3049	+ 20,3%	2686	- 11,9%	5367	+ 99,8%	5996	+ 11,7%	6186	+ 3,2%	6782	+ 9,6%	7232	+ 6,6%
Loteamento	939	- 1,4%	1499	+ 59,6%	1329	- 11,3%	1323	- 0,5%	1121	- 15,3%	1384	+ 23,5%	1631	+ 17,8%	1652	+ 1,3%
Total	**3474**	- 24,2%	**4548**	+ 30,9%	**4015**	- 11,7%	**6690**	+ 66,6%	**7117**	+ 6,4%	**7570**	+ 6,4%	**8413**	+ 11,1%	**8884**	+ 5,6%

Fonte: Aplicação Urbanismo

Δ% - Variação homologa em percentagem